



A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CURRÍCULO DO CURSO
TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: A
EXPERIÊNCIA DO IFSULDEMINAS / CAMPUS PASSOS

Wendell Lopes de Azevedo Braulio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestrado.

Orientador: Dr. Alvaro de Oliveira Senra.

Rio de Janeiro
agosto de 2018

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CURRÍCULO DO CURSO
TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: A
EXPERIÊNCIA DO IFSULDEMINAS / CAMPUS PASSOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestrado.

Wendell Lopes de Azevedo Braulio

Banca Examinadora:

Presidente, Professor Dr. Alvaro de Oliveira Senra (CEFET/RJ)

Professora Dra. Nara Maria Carlos de Santana (CEFET/RJ)

Professor Dr. Renato Nogueira dos Santos Junior (UFRRJ)

Rio de Janeiro
agosto de 2018

B825 Braulio, Wendell Lopes de Azevedo
A implementação da lei 10.639/2003 no currículo do curso técnico em produção de moda integrado ao ensino médio : a experiência do IF Sul de Minas / Campus Passos / Wendell Lopes de Azevedo Braulio.—2018.

124f. : il. (algumas color.) , grafs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.

Bibliografia : f. 121-124

Orientador : Alvaro de Oliveira Senra

1. Relações étnicorraciais. 2. Ensino profissional. 3. Identidade racial. 4. Moda. I. Senra, Alvaro de Oliveira (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

RESUMO

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DO IFSULDEMINAS / CAMPUS PASSOS

Wendell Lopes de Azevedo Braulio

Orientador:

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Senra

Resumo da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em relações étnico-raciais.

A proposta deste projeto de pesquisa pretendeu analisar a presença/problema envolvendo a discussão das relações étnico-raciais no Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS – Campus Passos. Pude perceber a existência de demandas acerca da Lei 10.639/2003 na direção da compreensão no que tange a diversidade racial. Logo, pretendi compreender os possíveis efeitos na construção de um ensino de Moda que contemplasse as origens e as marcas do povo brasileiro. Em tese, a escola não deve ser necessariamente um campo de reprodução do racismo; porém, ela pode e deve ser um campo em disputa, onde sejam debatidas e difundidas as concepções e as práticas que tenham como objetivo a equidade racial entre negros(as) e brancos(as). Para tal intento, utilizei como fonte de pesquisa o meu próprio local de trabalho, que se constituiu na delimitação espacial do objeto pesquisado, me levando a abordar os problemas e perspectivas de dentro dos muros da Instituição onde leciono, em contraposição a sala de aula em que cursei o Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER), oferecido pelo CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca), de onde tive oportunidade de produzir relatos de experiências que contribuíram para a consolidação dos objetivos dessa pesquisa exploratória que começou com o levantamento de dados das fichas de matrícula, de uma das três turmas do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS – Campus Passos e um questionário que foi aplicado nas três turmas (1^a, 2^a e 3^a série) para aferir se haviam possíveis discrepâncias nos dados obtidos. Realizei o estado da arte deste curso, neste nível, na rede federal do estado de Minas Gerais, bem como uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, que me possibilitou a construção de uma teoria da identidade. Por fim, produzi uma breve análise crítica do PPC e do currículo do Curso em questão, que me permitiu ensaiar algumas respostas para a questão: Como se dá a construção da identidade negra no currículo do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio?

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, Moda, Lei 10.639/2003

ABSTRACT

THE IMPLEMENTATION OF LAW 10.639/2003 IN THE CURRICULUM OF THE TECHNICAL COURSE IN FASHION PRODUCTION INTEGRATED TO HIGH SCHOOL: AN EXPERIENCE OF IFSULDEMINAS / CAMPUS PASSOS.

Wendell Lopes de Azevedo Braulio

Aadvisor:

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Senra.

Abstract of monograph submitted to Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, as partial fulfillment of the requirements for the degree of racial ethnic relations máster.

The proposal of this research project aimed to analyze the presence / problem involving the discussion of ethnic-racial relations in the Technical Course in Fashion Production Integrated to High School of IFSULDEMINAS - Campus Passos. I was able to perceive the existence of demands on the law 10.639 / 2003 in the direction of the understanding regarding racial diversity. Therefore, I tried to understand the possible effects on the construction of a Fashion teaching that contemplated include the origins and the marks of the Brazilian people. In theory, school should not necessarily be a breeding ground for racism; however, it can and should be a contested field, where conceptions and practices aimed at racial equality between blacks and whites are debated and disseminated. For this purpose, I used as my research source my own work place, which consisted in the spatial delimitation of the researched object, leading me to approach the problems and perspectives within the walls of the Institution where I teach, in opposition to the classroom in (PPRER) offered by CEFET / RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca)), where I had the opportunity to produce reports of experiences that contributed to the consolidation of the objectives of this exploratory research that started with the data collection of enrollment forms, one of the three classes of the Technician Course in Fashion Production Integrated to High School of IFSULDEMINAS - Campus Passos and a questionnaire that was applied in the three classes (1st, 2nd and 3rd grade) to to verify if there were possible discrepancies in the data obtained. I performed the state of the art of this course, at this level, in the federal network of the state of Minas Gerais, as well as a brief bibliographic review on the subject, which enabled me to construct a theory of identity. Finally, I produced a brief critical analysis of the PPC and the curriculum of the Course in question, which allowed me to rehearse some answers to the question: How does the construction of the black identity in the curriculum of the Technical Course in Fashion Production Integrated to High School happens?

Keywords: Ethnic-racial relations; Fashion; Law 10.639/2003

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a **Cintia Coutinho Cardoso**, minha esposa, a **João Fernando Cardoso Braulio** meu filho e em memória a **Fernando Cardoso**, meu sogro e pai de coração.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, que me manteve vivo e com energia para empreender este trabalho, pois eu e minha família investimos dois anos de nossas vidas nessa maratona acadêmica. A **Cintia Coutinho Cardoso**, minha companheira, confidente, amada e amante, obrigado por acreditar que eu conseguiria, mesmo quando eu já não acreditava que seria possível. Ao meu filhote e grande amigo **João Fernando Cardoso Braulio**, companheiro de todas as horas, que nunca esqueceu de me abraçar quando percebia que o peso nos meus ombros era insuportável, que brigava comigo para eu não faltar as aulas do mestrado, para acabar logo e podermos andar de bicicleta. Tenho uma dívida eterna com você e sua mãe. A **Glorinha**, minha mãe de coração, que me recebia como um filho que morava distante, sempre disposta; mesmo diante dos mais diversos desafios nunca se negou a estender as mãos para me ajudar. A **Fernando Cardoso**, meu pai de coração, sinto falta da sua presença física. A Dona **Ivonete**, minha mãe, mulher de fibra que vem amolecendo a cada dia e deixando esse amor bonito transbordar. A **João Batista**, meu pai, meu amigo, e a todos os meus familiares encarnados e desencarnados. A **Lucia Helena**, por ter mantido a ordem em minha vida, mesmo que uma vez por semana, adoro tomar café com você. A **Elliane Sá Epstein**, meu alicerce psicológico, sem você nada disso seria possível, em nossos encontros você me dizia que a minha felicidade deveria estar comigo e não com as pessoas, ou nos lugares, ou na profissão. E esta etapa concluída é a construção dessa felicidade real.

A todos os docentes do IFSULDEMINAS – Campus Passos, que dividem comigo a grande tarefa de educar se educando. **Bete**, obrigado pelo e-mail em 2016, divulgando o edital do concurso do mestrado, ele me possibilitou ingressar no PPRER, isso mudou a minha vida, sua presença altera minha vida. A **Vanessa Mayumi Io**, você fez uma verdadeira fisioterapia da minha escrita, fui para Argentina em busca desse sonho com o seu empurrão, porém uma das mãos era sua e a outra a da professora **Luciana Marchetti**, que traduziu o meu sonho em forma de texto, com um carinho indescritível. A **Patrícia Oliveira**, sem a sua energia, que contagia, nós não seríamos felizes, obrigado pelas substituições que me possibilitaram aprofundar conceitos sobre branquitude no Rio de Janeiro. A **Franciele Menegucci**, você é meu oráculo acadêmico, você me faz querer mais nessa área, pois podemos conseguir tudo com

gentileza, você é a prova disso. A **Mariana Teixeira**, que sem me conhecer, cedeu uma bibliografia digital inesperada, que me orientou durante a construção da minha escrita, que me ajudou em momentos difíceis, me encorajando a seguir em frente, gratidão. A **Antoniette Camargo de Oliveira**, um anjo em minha vida, sempre me surpreendendo. Ao núcleo de professores mais próximo, que me relatei ao longo desses dois anos de escrita: **Rodrigo Cardoso, Renê Hamilton e Camila Codonho**, os ensinamentos acadêmicos em bate-papos informais foram incríveis, obrigado pela amizade que se fortalece a cada dia. **João Marcos**, valeu pelo peixe, pelo som, pelo apoio e por estar sempre por perto.

Obrigado aos amigos que fiz dentro das salas enegrecidas do PPRER e em especial, a **Márcia Golçalves**, que me tirava sempre do sério e me ensinava muito sobre branquitude na prática, ao **Italo Jardim**, que contribuiu generosamente com a minha primeira apresentação naquela sala diversa, a **Simone Braz** pela liderança positiva que exercia em sala e a **Priscilla Rosa** que me fez entender sobre o que eu estava escrevendo ao gritar “Ô BRANCÃO”, no corredor do CEFET-RJ para se despedir de mim, sentirei muitas saudades de vocês. Ao **Alessandro Conceição** e a **Carol Neto** que impactaram a minha trajetória no meu exercício de devir negro, admiro vocês dois. Ao grupo nuclear de orientandos que compus com **Aline Nascimento, Jorge Augusto Ribeiro e Adriano Rocha**, as orientações coletivas foram incríveis e a admiração que eu já sentia por vocês se multiplicou.

A todos os professores envolvidos com o PPRER, em especial a **Roberto Borges**, que enegreceu meus horizontes com aquela sala repleta de gente incrível que provocaram uma inflexão em minha subjetividade branca. Ao professor **Luis Felipe Carvalho** pelas aulas mais anárquicas que já tive, cara, você é genial. As professoras **Marcele Linhares Viana e Nara Maria Carlos de Santana**, que fizeram para da minha banca de qualificação e apontaram erros, valorizaram acertos e contribuíram com orientações valiosíssimas.

A todos os alunos de minha trajetória como docente e em especial, a **Gabriela Moreira, Raiane, Raissa, Giovana e Adelaia Reis**, vocês me tornaram diferente e estão modificando as práticas docentes dos professores brancos do IFSULDEMINAS, continuem.

A todos os meus amigos e amigas e em especial, a **Perses Canellas** que me

conheceu com um pouco mais de idade que o meu filho tem hoje, que me cedeu sua biblioteca negra e me inspira com a sua vida Griot, uma verdadeira contação de histórias. A **Geny Guimarães**, pelas conversas, pelas viagens, pela aprendizagem, quero te ter para sempre, fico feliz de ser seu amigo, assim como de **Luis Henrique Silva Novais** que cuidou do meu filho, o incentivando a cantar, e que vive uma poesia que chama de vida.

A **Aline Faria** pela admiração mútua que temos um pelo outro. Ao meu compadre e grande amigo **Richard Fonseca**, você é uma inspiração e ao meu irmão por escolha, **Eduardo Maia**, vocês três me fizeram acreditar que eu posso ir muito mais longe.

A direção do IFSULDEMINAS – Campus Passos, que me proporcionou condições para concretizar essa etapa na minha formação continuada, em especial ao diretor **João Paulo**, pela garra inspiradora, a **Bruna Bordini**, pela competência e doçura e a **Yeda Maria Antunes Siqueira**, minha amiga.

E por fim, ao meu orientador e agora amigo **Alvaro de Oliveira Senra**, seus ensinamentos, sua generosidade, seu profissionalismo foram primordiais para minha construção de saberes, você nunca deixou minha autoestima diminuir. Sempre vi diante de ti um ser humano aspirando a melhorar, sempre me encorajou e reconheceu o meu esforço. Aprendi muito contigo, **OBRIGADO**.

EPIGRAFE

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito”.

Chico Xavier

SUMÁRIO

Introdução	21
1 Apresentação	27
1.1 Relevância do Tema	29
1.2 O ano de instalação do campus Passos	30
1.3 O ano de instalação do curso médio integrado de Produção de Moda	30
1.4 A importância do curso para a região	31
1.5 A Moda na economia de Passos	34
1.6 A demanda de mão-de-obra qualificada pelos empresários da região	35
1.7 A questão da (re)produção ou produção de Moda e o papel a ser desempenhado pelo Ensino Médio Integrado.	36
1.8 As instalações do curso	36
1.9 O número de docentes e alunos envolvidos	42
2 Abordagem Metodológica	43
3 Teoria da Identidade	49
4 Formação da Identidade Negra	62
5 Lei 10.639/2003, Cotas e Escola	74
6 Moda e Raça	83
7 O Ensino de Moda e suas Práticas.	94
8 Currículo de Moda	114
9 Considerações Finais	128
Referências Bibliográficas	130

Introdução

Esta pesquisa teve como ponto de partida as minhas reflexões de mais de uma década de prática docente no ensino superior e em curso de Especialização em Moda¹ e na atuação como empresário de confecção de vestuário com o foco em Moda, o que me permitiu uma visão empírica das necessidades que um profissional requer desenvolver para trabalhar no ramo da Moda. Durante essa trajetória pude observar ações isoladas de militâncias em relação às políticas étnico-raciais e, principalmente, a ausência delas. Essa experiência perceptiva prossegue atualmente quando atuo como professor nos Cursos Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Modelagem do Vestuário e do Superior de Tecnologia em Design de Moda, ambos oferecidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, Campus Passos.

Assim, por meio deste projeto de pesquisa pretendeu-se analisar a presença/problema envolvendo as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, tendo como foco o campo da Moda e, dentro dela, o ensino de Moda. Logo, pretendo compreender os possíveis efeitos na construção de um ensino de Moda que contemple as origens e as marcas do povo brasileiro.² Os pressupostos epistemológicos e metodológicos adotados buscam refletir sobre os indivíduos, colaborando na construção de uma cultura que respeite as diferenças humanas, no tocante aos valores e à visão de mundo. O problema central se constituiu a partir da seguinte pergunta: Como se dá a construção da identidade negra em um currículo voltado para a formação do ensino médio integrado ao técnico em produção de Moda? Esta pergunta compõe inquietações trazidas desde a experiência enquanto estudante de um curso em estilismo, em cuja turma composta por alunos brancos, éramos estimulados a desenvolver coleções apenas para os nossos pares.

¹Curso de Tecnologia em Design de Moda, nas Universidades Candido Mendes (UCAM) e Plinio Leite (UNIPLI) ambas em Niterói e no Campus Ipanema da Universidade Candido Mendes. Na especialização em Moda do La Salle (UNILASALLE)., também sediada em Niterói.

²NOGUEIRA, Oracy. PRECONCEITO RACIAL DE MARCA E PRECONCEITO RACIAL DE ORIGEM: SUGESTÃO DE UM QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL. In *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n° 1, pp. 287-308, Disponível on-line em <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/download/12545/14322>> acessado em 28 de agosto de 2017.

Durante o curso de pós-graduação em licenciatura em arte (FORDOC)³, pude trocar experiências com professores que atuavam em outros níveis escolares. Uma professora me relatou que, em uma ocasião, em sua sala de aula, um grupo de crianças, de aproximadamente cinco anos, começou a executar uma atividade de colorir desenhos e um fato chamou a sua atenção. Uma das crianças, negra, solicitou a uma criança branca, um lápis de cor “da cor da pele” e a amiga, branca, se voltou para trás, e ofereceu um lápis rosa, ela o entregou e a menina negra agradeceu. Durante o relato, surgiram várias questões: Será que a criança negra realmente esperava que lhe fosse emprestada aquela cor? A professora não deveria ter aproveitado a ocasião para sugerir a utilização de uma cor diferente? Será que a criança negra se enxerga na cor rosa? Ou ela acredita que a cor da pele que reveste o seu corpo não tem a tonalidade esperada para ser representada em um desenho a ser fixado no mural da escola? A predominância de valores e referências culturais europeus em nosso estilo de vida é histórica e remonta ao processo de colonização do continente americano. Vivemos hoje, às voltas com a cultura de massa, porém não percebemos se reproduzimos uma narrativa homogeneizante no dia a dia ou se permanecemos plurais em nossas atitudes com relação à nossa diversidade cultural. Quanto à cultura de massa:

[...] Estudos teóricos e críticos sobre o fenômeno começam a surgir nas décadas de 1920-30, impulsionados pela presença e força que a técnica e os meios de comunicação de grande alcance e seus conteúdos passam a ter naquele momento. [...] nos processos de massificação da sociedade durante o século XIX parecem estar as origens daquilo que viria, apenas no século XX, a ser nomeado “cultura de massa”.[...] A ideia de uma sociedade de massa tem matrizes históricas, sociais e políticas nos processos de industrialização, urbanização e estabelecimento de uma economia de mercado, desde o início do século XIX, em países como Inglaterra e França.[...] Vai-se construindo, a partir de então, tanto um processo de incorporação (que não excluía os processos de opressão e exclusão) dessas camadas populares recém-chegadas do campo, transformadas em “massas urbanas”, aos elementos de consumo e à cultura hegemônica; como também teorias formuladas pelo pensamento conservador da elite da época que pudessem compreender essas massas e seu comportamento, bem como forjar códigos e ações para o seu ordenamento/disciplinamento e controle. [...] A formulação de teorias conservadoras serviria para explicar o fenômeno das massas, organizando a visão da burguesia/elite sobre as camadas baixas da população, consideradas perigosas, por isso devendo ser controladas e reprimidas, sob o risco de, sem isso, acabarem com a civilização, nacionalidade e progresso que se buscava no século das luzes. É nessa época que começam os estudos sobre a psicologia das multidões, cujos argumentos partem da noção de que as massas sempre têm ações inconscientes, irracionais, bestializantes, e por isso precisariam ser controladas pela parcela racional e civilizada da sociedade. [...] este ideário

³Formação Docente pela Universo - Universidade Salgado de Oliveira, sediada em Niterói-RJ.

acabou por banalizar – seja para ratificar, seja rechaçar – correntes de pensamento que se dispuseram a pensar os conteúdos dessas mensagens veiculadas de maneira intensa e maciça via rádio, jornais, revistas, publicidade, TV. Nesse primeiro momento vigoravam o paradigma da manipulação e inconsciência das massas, ou, contrariamente, como nos estudos norte-americanos de 1940-50, que viam na cultura de massa a democratização superando hierarquias e conflitos sociais, contra o pessimismo já demonstrado do pensamento aristocrático europeu, e na crença de que essa cultura massiva era a cultura das massas, advinda e produzida por esta parcela social.[...] Já desde o início do século XX, vinha se desenvolvendo nos Estados Unidos a construção de uma corrente de estudos e de pensamento com enfoque microsociológico e etnográfico dos modos de comunicação na organização social, bem como uma preocupação em contribuir com métodos científicos para a resolução dos desequilíbrios sociais (BORELLI e PEREIRA, 2014, p.101 a 103).

É um fato que essas tensões são amplificadas num Curso de Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio. Afinal, a Moda tem como premissa a reprodução dos padrões e gostos dos segmentos sociais dominantes, como acontecia no início do fenômeno social “Moda”, em que os membros da burguesia tinham acesso a produtos de todas as espécies, e ainda promoviam uma corrida para ver quem se parecia mais e mais rápido com a nobreza, como nos revelam Pollini (2007) e Boucher (2010). Nos dias atuais essa ideia de assemelhar é cada vez mais vulgarizada. Entretanto, nichos de mercado *fast-fashion*⁴ buscam a padronização como premissa para uma Moda cada vez mais rápida e efêmera. Ao observarmos o elenco de uma novela de grande audiência, percebemos que as representações étnico-raciais, no caso, são aquém do mínimo esperado para um rompimento com esse tipo de padronização.

Pode-se, portanto, afirmar que a Moda, tal como produzida atualmente no Brasil, baseia-se numa sub-representação da diversidade racial existente no país, o que afeta de forma negativa principalmente a imensa população negra que aqui vive. Refletindo sobre esse contexto e relacionando-o à educação, Munanga (2008)⁵ afirma que um dos reflexos dessa construção negativa da imagem do negro é a baixa autoestima que o estudante desenvolve durante sua vida escolar. Ele questiona os motivos pelos quais há uma evasão escolar maior de alunos negros em escolas pobres de periferia, demonstrando que o problema não é somente de aspecto econômico: o estereótipo

⁴(Moda Rápida) é o termo utilizado por grandes magazines para produção rápida e contínua de novidades, podendo gerar para essas grandes redes um aumento de faturamento. Um movimento importado de marcas da Europa, como a Zara, Benetton e a H&M, essas são exemplos de lojas que aderiram ao Fast-Fashion.

⁵Disponível on-line em <<https://www.youtube.com/watch?v=MIgSc3zZ4UE>> acessado em 07 de abril de 2015.

reservado para esse estudante não o contempla como ser humano, pois ele não se vê branco ou, quando isso acontece, Munanga (2008) evoca o título da notável obra de Frantz Fanon, “Pele Negra, Máscara Branca”, chamando a atenção para a negação da própria humanidade desse sujeito:

O antigo escravo exige que lhe contestem sua humanidade, ele deseja uma luta, uma refrega. Mas é tarde demais: o preto francês está condenado a morder e a se morder. Falamos do francês, pois os negros norte-americanos vivem outro drama. Na América, o preto luta e é combatido. Existem leis que, pouco a pouco, desaparecem da constituição. Existem decretos que proíbem certas discriminações. E estamos seguros de que não foram doações (FANON, 2008, p.184).

Ou seja, em cada parte do mundo a população encontrará particularidades de luta; se o negro colonizado pelo francês é diferente do negro norte-americano, com as suas lutas sendo destacadas, no Brasil as ações se dão, por exemplo, no âmbito educacional. O destaque a este campo se justifica por tratar-se do objeto de pesquisa aqui definido. De qualquer modo, retirar a representatividade da população negra em uma das principais arenas de poder que existem, no caso as instituições educacionais, é uma estratégia de retirada do reflexo positivo de uma dada população; a desumanização é uma meta presente e construída pelo colonizador. Novamente, segundo Fanon (2008, p.186), a descoberta da existência de uma civilização negra no século XV não me concede nenhum brevê de humanidade. Quer se queira, quer não, o passado não pode, de modo algum, me guiar na atualidade.

Certa vez, ao conversar com um amigo negro, este, ao se sentar e cruzar as pernas, fez com que a calça revelasse suas meias; pude perceber que ele estava com meias *nude*⁶ – ou seja, talvez inconscientemente ele não tenha percebido a possibilidade de manifestar seu pertencimento étnico-racial por meio das suas vestimentas; isso é exatamente essa outra polaridade de questionamentos que são propostos nesse estudo. As regras de etiqueta para o bem vestir poderiam colaborar, nesse sentido? É válido que alguém intervenha em relação ao que funciona ou não para que o negro esteja “adequadamente” vestido? A existência de algum editorial de Moda masculina, negra, colaboraria de alguma maneira para a compreensão de possíveis dificuldades que os negros têm no que se refere a suas vestimentas? No caso específico da Instituição/Curso que se propôs tomar como referência para este trabalho de pesquisa,

⁶Cor da pele clara, tom de cor entre o bege e o rosa.

haveria preocupação com conteúdos que ensinassem sobre a representação gráfica da cor da pele, por exemplo?

Revistas como a *Elle*, publicada pela editora Abril, *Vogue Brasil*, publicada pela editora Globo, *L'Officiel*, publicada pela editora Escala, que visam auxiliar a sociedade a entender como se portar diante da dificuldade da apresentação pessoal no vestir, não são direcionadas à população negra. Uma tentativa de resposta a essa lacuna deu-se através da revista *Raça Brasil*, que identificou necessidades mercadológicas não satisfeitas, devido à falta de publicações voltadas para esse segmento da sociedade, o público negro. O mercado empenha-se em reconhecer e ver nesse segmento a possibilidade de lucro; porém, esta pesquisa norteou-se por uma preocupação que passa ao largo da lógica mercadológica e industrial. Muito pelo contrário, volto-me a uma reflexão sobre o universo da produção da Moda, mais especificamente sobre o processo de formação dos profissionais ligados à área, na tentativa de se perceber de que maneira os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas representam as pessoas negras, contribuindo assim para a criação de espaços de representatividade dos negros dentro dos nichos da Moda.

Como pensar a identidade cultural negra, em uma sociedade que a construiu sobre uma percepção distorcida de seus valores e de suas origens? Um exemplo recai sobre a escravidão, esse “crime” que permitiu que durante séculos, pessoas fossem negociadas como “utensílios” de trabalho, como nos revela a transcrição livre de um trecho da fala do professor Julio Cesar de Tavares, em um vídeo produzido pela TV Escola em 2008, intitulado: Africanidades brasileiras e educação:

[...] o corpo negro só valia como força produtiva, ele não tinha um valor humanístico, ele era apenas uma peça, uma ferramenta, que tinha um tempo de vida determinado, que variava de sete a dez anos e que quando obsoleto era descartado, qualquer ferimento, qualquer machucado, uma fratura significava que aquele corpo estava em estado de obsolescência e teria que ser descartado [...] a Igreja Católica legitimava essa ação dizendo que esse corpo (negro) não tem alma ...(2008).⁷

Quais os modelos culturais produzidos para o negro e pelo negro? O cabelo pode ser do jeito que ele quiser? Careca, carapinha, baixinho na máquina, *dreadlock* ou de trança nagô? Qual o melhor cabelo ou penteado para uma entrevista de emprego? Esse

⁷Disponível on-line em <<https://www.youtube.com/watch?v=MIgSc3zZ4UE>> acessado em 07 de abril de 2015.

questionamento é coerente em uma cultura que se diz plural como a brasileira? Existem parâmetros para as avaliações das estéticas da beleza e do vestir-se do negro? Podemos afirmar que sabemos lidar com tais estéticas, visto que não nos é permitido esse exercício de avaliação por outros parâmetros, considerando-se a hegemonia dos centros de poder culturais, como as grandes revistas de Moda, por exemplo? As *Semanas de Moda* têm acolhido tais identidades, colaborando para que elas coexistam?

Em relação à última questão, é possível responder negativamente, considerando que em um desfile ocorrido na semana de Moda do Rio de Janeiro (*Fashion Rio*), no ano de 2003 a Grife homônima *Wendell Braulio*⁸, presenciou e sofreu esse racismo por parte da organização do evento. No primeiro desfile que participamos naquele circuito, a coordenação de estilo do referido evento nos orientou a fazermos algumas mudanças em nossos planos. A Grife havia planejado um desfile cujos modelos eram todos negros. O diretor do evento alegou a época que não haviam modelos negros em número suficiente para que o desfile ocorresse e que a *Cavaleira*⁹ já havia feito um desfile, nesse mesmo formato, há pouco tempo. Enfim, houve um processo de persuasão em que, apesar das modificações “sugeridas” terem sido acatadas, ainda assim o principal objetivo que era destacar e valorizar a cultura negra foi alcançado. Propus que todos os modelos fossem brancos, eles seriam brancos que queriam ser negros, “eram brancos de alma negra”. Assim, subvertendo a dinâmica de desvalorização do ditado popular, pois eles teriam como premissa essa vontade, com base na admiração da cultura *Black*¹⁰, para isso foi feito um *blondepower*¹¹ em alusão ao *blackpower*¹². O resultado chamou a atenção de uma revista italiana¹³, especializada em Moda, a qual fez uma matéria sobre a proposta da grife. O desfile foi tido como um dos melhores produzidos no Brasil em 2003. Isso se deu devido aos códigos hegemônicos terem sido respeitados, dando uma sensação de originalidade, invertendo as ordens de poder e tornado uma cultura marginalizada em objeto de desejo, sem ferir os códigos culturais hegemônicos.

⁸Marca de Moda registrada, que fui proprietário e estilista de 2003 à 2012. Atuou no mercado criando, produzindo e comercializando produtos com foco em Moda. Desfilou durante quatro estações na Semana de Moda Carioca, Fashion Rio.

⁹Marca de Moda masculina e feminina de São Paulo.

¹⁰É um termo genérico dado a uma variedade de movimentos culturais emergentes ou influenciados pela cultura Africana na América.

¹¹Versão loira do blackpower.

¹²A expressão é cunhada na década de 1960 para designar o movimento da população negra norte americana de combate a discriminação racial e que também define um tipo de penteado afro-americano.

¹³Collezione Sport Street, na edição de número trinta, (2003).

1 – Apresentação

Foi com base nas aulas do Curso de Estilismo¹⁴, entre 2000 e 2002, que diversas práticas docentes utilizadas atualmente, construíram-se desde então. Por outro lado, não há lembrança nenhuma em termos conteúdos disciplinares relacionados à beleza negra, seus cabelos, penteados, pele, sua origem e ou história desses povos. Porém, não havia nenhum impedimento, caso os estudantes quisessem realizar incursões nesta ou noutras veredas, até então pouco exploradas pelos profissionais da área. O corpo docente era predominantemente formado de não negros e era notório o quase total desconhecimento dos mesmos sobre o assunto. Com o desenho deste cenário, tornava-se quase impossível qualquer estímulo nessa direção por parte dos docentes do Curso de Estilismo. A Lei 10.639/2003 estava prestes a ser aprovada e continha em sua redação a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais em todas as instâncias do ensino no Brasil. Tais conteúdos seriam extremamente importantes para minha formação como estilista, seja para colaborar com as minhas expressões criativas, já que ampliariam os meus horizontes teóricos e metodológicos, seja didaticamente para minha formação como docente.

Na construção dos avatares¹⁵ para a criação de possíveis públicos-alvo sempre fui estimulado a pensar em locais de poder aquisitivo que envolvessem as classes B e C¹⁶, ficávamos concentrados neste segmento de mercado, orientados pelo poder aquisitivo desses dois grupos. Ouvíamos dos professores ligados às práticas de mercado que a empresa *Farm*¹⁷ tinha como lugar de convívio destes avatares a PUC-RJ. Talvez por isso mesmo, não percebíamos uma presença minimamente expressiva do público

¹⁴ UCAM – Universidade Cândido Mendes – Campus Niterói – RJ.

¹⁵ No desenvolvimento de uma coleção de Moda é uma técnica que consiste na construção de um personagem que possui características reais (janta, almoço, estuda, tem residência, vai a cabelereiro, tem determinado corte de cabelo, possui características físicas, etc) que são associadas a situações do cotidiano e a lugares e serviços específicos. Esta técnica produz, por associação, um personagem de um público alvo específico, facilitando a criação e desenvolvimento da coleção.

¹⁶ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as classes sociais são classificadas consoante as faixas salariais e são representadas pelas letras: A, B, C, D e E. O instituto contabiliza as classes de acordo com o número de salários mínimos que entram na renda familiar. A classe A possui renda familiar acima de 20 salários mínimos, a classe B possui renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos, a classe C possui renda familiar entre 4 e 10 salários mínimos, a classe D possui renda familiar entre 2 e 4 salários mínimos e a classe E possui renda familiar de até 2 salários mínimos. Disponível on-line em <<http://classe-social.info/>> acessado em 26 de agosto de 2017.

¹⁷ Uma importante marca carioca de roupa feminina.

negro. Com isso, fui incorporando essas práticas como corriqueiras: criava para brancos, ricos, da zona sul do Rio de Janeiro ou de Niterói, cidade em que eu estudava, mas alguma coisa me seduzia na população negra, essa fatia majoritária da população brasileira, pois os negros eram algo a ser entendido.

Quando defendi o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – em 2002 (uma exigência parcial para certificação no Curso de Estilismo da Universidade Cândido Mendes), a temática do grafite foi trazida para o espaço da academia. Tratou-se de uma pesquisa sobre a apropriação cultural do *Hip-Hop* pela banda *Gorillaz*, dando enfoque à importância da estética negra para a juventude daquele momento. No contexto brasileiro de anos 1990, o *funk* foi o nascedouro de toda essa pungência; Em Hermano Vianna, através do livro intitulado *O Mundo Funk Carioca* (1988), encontrei um interlocutor para a criação de pontes dentro do ambiente acadêmico e para a construção de uma pesquisa estética para a Moda com base na periferia carioca. No trabalho utilizei os *Racionais MCs*, para falar do rap, bem como dos trabalhos de grafite dos Gêmeos, dois irmãos grafiteiros de São Paulo, para falar do novo aspecto que essa arte começava a ganhar deixando de ser marginal para ocupar as paredes de quartos da zona sul, fiz o campo com dois amigos grafiteiros de São Gonçalo, Fabio (o Ema) e Marcelo (o Eco); acompanhei o trabalho de grafitar na pista de *skate* do Alcântara, bairro de São Gonçalo, onde também pude observar a estética proposta pelo grupo de skatistas daquela localidade.

Assim, posso afirmar que foi no processo da graduação em Estilismo, entre 2000 e 2002, que construí junto a dois grandes profissionais da área um olhar para a estética negra. Ricardo Campos, profissional de *design* e Jerry Fernando, estilista, ambos orgulhosos de serem negros, sem problemas com as implicações que isso trazia. Eles foram os responsáveis por me conduzir ao embrião da negritude, que pulsava em mim. Fui apresentado a penteados negros, como as tranças Nagôs; aos colares de sementes envergados por homens; a música de origem negra, como o *Jazz* e trompete tocado por Miles Davis, assim como o rap cubano dos *Orishas*. Com essas contribuições o meu trabalho ganhou um vulto que me deu o título de estilista revelação no ano de 2003, por ter sido vencedor de um concurso em um Shopping na Barra da Tijuca. Esse prêmio possibilitou o meu ingresso na semana de Moda carioca, *Fashion Rio*. Coincidentemente, tratava-se do ano de publicação da Lei 10.639/2003 bem como o ano

em que fui convidado a integrar o corpo docente do Curso de Moda ofertado na mesma Instituição de Ensino em que me formei; inicialmente atuando no Campus Niterói, e posteriormente no Campus Ipanema.

A prática docente naturalmente tem muito da influência dos professores da graduação; logo, os saberes sobre a população negra e suas belezas particulares não fizeram parte do meu repertório teórico e prático durante um bom período de atuação na docência. Por ignorância, não apresentava tais saberes aos alunos; isso, somado a uma atuação profissional fora da sala de aula gerou diversas inquietações. Algumas indagações foram incisivas ao longo de toda minha carreira docente: De que maneira mudanças necessárias poderiam se dar? Como falar da cultura negra sem ser negro? Para que tratar desses assuntos se o corpo discente de uma instituição de ensino privada, sediada em Ipanema, zona sul da cidade do Rio de Janeiro era predominantemente branco?

1.1 – Relevância do Tema

A importância desse estudo está no aprofundamento das discussões acerca das relações étnico-raciais em educação, partindo da realidade do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio, oferecido pelo IF (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia) do Sul de Minas, localizado no Bairro da Penha, na cidade de Passos, no estado de Minas Gerais.

Na sala de aula do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), oferecido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), tive oportunidade de produzir relatos de experiências que contribuíram para a consolidação dos objetivos dessa pesquisa.

Considerando todos estes dados, pretendi com esse trabalho refletir a respeito das diferenças étnico-raciais, a partir da realidade de uma das turmas do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio. Isso implicou na compreensão dos modos como os estudantes dessa turma se vêm representados socialmente, bem como de que forma interagem nos diversos espaços culturais; sabendo que, no campo da Moda, assim como em outras áreas do saber, enfrenta-se tensões e desafios na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e Locais, no que tange à educação das Relações

Étnico-Raciais. Nesse sentido, concordo com Munanga (2008), ao afirmar que “se queremos saber quem somos devemos conhecer nossas raízes”.

É somente com a compreensão acerca das particularidades, dos desejos, das concepções de mundo, das histórias de vida dos sujeitos, dos condicionantes históricos é que efetivamente, se constrói outro olhar e outra política acerca dos valores civilizatórios africano-brasileiros. Entendo a urgência em se construir projetos de educação assentados nos princípios da interculturalidade, como proposta pedagógica que tem como principal objetivo proporcionar troca de experiências, e o enriquecimento mútuo preservando as identidades culturais dos personagens envolvidos no processo de ensino/aprendizagem estabelecendo relações de respeito, cooperação e aceitação, entre diferentes culturas e sujeitos. Contudo, a construção de tais projetos, implica na compreensão dos sujeitos particulares, dos espaços sociais, dos arranjos culturais e das histórias locais. Foi o que tentei fazer por meio desse trabalho de pesquisa.

1.2 – O ano de instalação do campus Passos

No ano de 2010, o Campus Passos passou a integrar a Rede Federal, a princípio enquanto pólo, após um convênio entre a Prefeitura Municipal de Passos e o IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho, que por sua vez era uma das três antigas Escolas Agrotécnicas da região Sul de Minas Gerais, sendo as outras duas escolas localizadas: uma em Machado e outra em Inconfidentes, ambas transformadas em Campi do IFSULDEMINAS, Instituto criado em 2008 por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A unidade de Passos deu início ao processo de transformação definitiva em Campus no ano de 2011.

1.3 - O ano de instalação do curso de Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio.

Já em 2011 foi realizada uma primeira audiência pública, cujo objetivo era verificar a demanda por cursos a serem ofertados pela instituição. Esses cursos foram os Técnicos em: Informática, Enfermagem, Comunicação Visual e Vestuário, os quais iniciaram suas atividades em 2012. O Curso Técnico em Produção de Moda Integrado

ao Ensino Médio, que é o objeto para o desenvolvimento deste trabalho, foi aprovado através da Resolução n.065, no dia 09 de Setembro de 2014, com início das atividades em 2015.

Além da audiência pública, foi feita uma pesquisa no primeiro semestre de 2011, por meio de questionários aplicados entre estudantes nos últimos anos do Ensino Fundamental e Médio de escolas do município, no sentido de detectar quais cursos gostariam que o IFSULDEMINAS ofertasse em Passos. O resultado confirmou a proposição de cursos na área do vestuário e da Moda.

1.4 - A importância do curso para a região

O Curso Técnico em Produção de Moda, conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos faz parte do eixo tecnológico Produção Cultural e Design. Trata-se de um curso cujo objetivo é formar profissionais capazes de realizar atividades de produção de espaços para a publicização da Moda e do vestuário, coordenar e criar catálogos, desfiles, sites e blogs. Seus estudantes, ao final do mesmo, estarão capacitados a atuar no mundo do trabalho, pesquisando tendências, matérias primas, público-alvo, mercado e estilo para posterior desenvolvimento de coleções por estilistas, modelistas e outros profissionais de criação. Habilitam-se igualmente a criar ambientes em diferentes estilos para a promoção publicitária de produtos em geral e do vestuário, organizando desfiles, vitrines e outras peças publicitárias, além da formação no que se refere ao Ensino Médio.

De maneira geral, o IFSULDEMINAS vem exercendo uma grande influência na cidade de Passos e em aproximadamente 21 (vinte e uma) cidades no seu entorno, contribuindo de forma efetiva para uma positividade das políticas públicas e saberes tanto de formação geral, quanto técnica profissional.

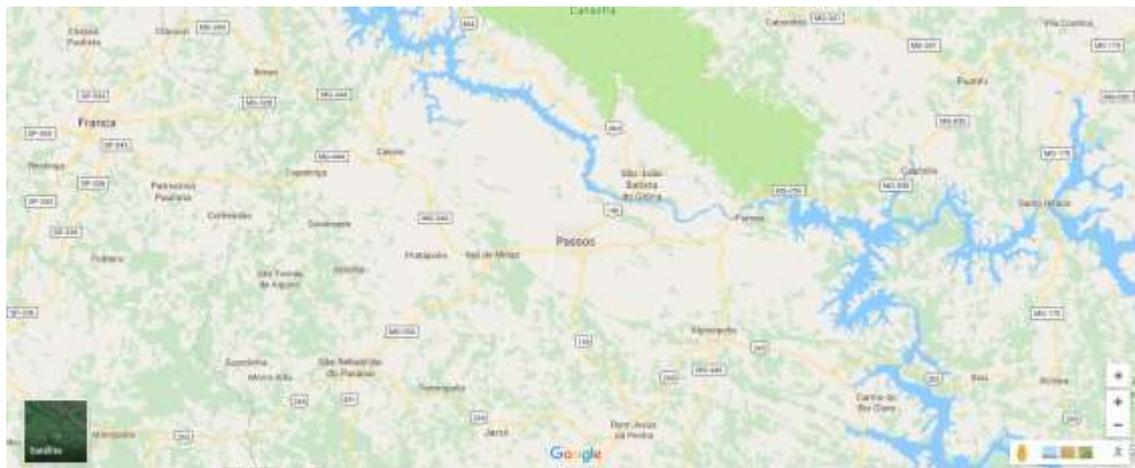


Figura 1 – Mapa da Cidade de Passos – MG e Região.

Fonte: google maps (2017)¹⁸.

Quanto ao Curso de Produção de Moda propriamente dito, sua oferta no Campus Passos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, responde a uma das demandas do próprio município. Sendo a quarta cidade mais populosa do Sul do estado de Minas Gerais, trata-se de um polo regional no setor de serviços, sediando pequenas indústrias de confecções e moveleiras, além do agronegócio. Nesse sentido, possui um comércio significativo, com infraestrutura de serviços públicos e privados, fazendo com que o turismo de compras seja um diferencial para quem visita a cidade, seja por motivos de saúde, negócios ou passeio.

¹⁸Disponível online em: <<https://www.google.com.br/maps/@-20.6873385,-46.6125852,10z>> Acessado em 25 de setembro de 2017.



Figura 2 – Foto da Paróquia Nossa Senhora da Penha | Foto: José de Paula

Fonte: Foto José de Paula¹⁹.



Figura 3 – Imagem aérea da Cidade de Passos – MG.

Fonte: Imagem Altino Catanha (2016)²⁰.

¹⁹Disponível online em: <<http://www.sentidoolhar.com.br/cidades/passos>> Acessado em 25 de setembro de 2017.

1.5 - A Moda na economia de Passos

Conforme apontado no Projeto Político do Curso, aprovado em 2014 que, segundo o Instituto Nacional de Desenvolvimento Industrial – INDI, a indústria têxtil e de confecção compõem os principais setores da economia mineira, encontrando-se em expansão. De acordo com o Sindicato das Indústrias de Vestuário do estado - SINDIVEST, Minas Gerais era o segundo polo têxtil do país. O segmento era composto por aproximadamente 10 mil indústrias, responsáveis por 150 mil empregos diretos. Também em 2014 o setor apresentava uma tendência de interiorização, cujo objetivo era reduzir custos e encargos.

Em 2006 a cidade de Passos possuía 152 empresas de confecção, conforme o registro da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. As empresas nesse ano eram, em sua maioria, de porte médio, pequeno e micro. O setor confeccionista lançou seu Arranjo Produtivo Local – APL no dia 10 de dezembro de 2010; resultado da parceria entre o Banco do Brasil, a Associação Passense das Indústrias de Confeção – Apicon, o Sebrae-MG, a Associação Comercial e Industrial de Passos junto à Câmara de Dirigentes Lojistas – ACIP/CDL, o Sindicato do Vestuário – SINDIVEST e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SICTUR. Enfatiza-se que para o crescimento e desenvolvimento econômico pleno e sustentável, o estado deve estar presente não apenas financiando, mas oferecendo suporte por meio de infraestrutura e educação.



²⁰Disponível online em: <https://i.ytimg.com/vi/F9xg_s8lMuk/maxresdefault.jpg> Acessado em 25 de setembro de 2017.



Figura 4 – Av. da Moda – Cidade de Passos – MG.

Fonte: Modaspasos (2009) ²¹

Dessa forma, a proposta do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS, Campus Passos sela um compromisso mais amplo enquanto entidade federal de ensino, no sentido de identificar e propor soluções tanto para as necessidades da sociedade em geral quanto para as do setor produtivo.

1.6 - A demanda de mão-de-obra qualificada pelos empresários da região

Quando foi realizada a audiência pública em 31 de maio de 2011, para se levantar a demanda por determinados segmentos profissionais em Passos, que teve a participação de representantes de diversos segmentos da economia local, estudantes e população em geral, a área da Moda e do vestuário foi apontada como carente de mão-de-obra qualificada. Entretanto, tal problema não afeta apenas as confecções de Passos, a Confederação Nacional da Indústria – CNI, detectava em 2011 que 56% das empresas brasileiras tinham problemas por falta de trabalhadores qualificados. O setor de vestuário foi apontado como um dos que mais sofriam desse mal, sendo que havia uma defasagem de 75% no montante de profissionais qualificados para o trabalho na indústria têxtil.

²¹Disponível online em: < <http://Modaspasos.blogspot.com.br/2009/>> Acessado em 25 de setembro de 2017.

1.7 A questão da (re)produção de Moda e o papel desempenhado pelo curso de Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio Integrado.

Considerando que o Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio colabora para desenvolver competências e habilidades que levam os egressos a serem profissionais mais criativos, organizados, comunicativos, que saibam trabalhar em equipe, interpretar termos técnicos, contornar situações adversas e ou emergenciais, agir com responsabilidade e ética, o Município de Passos e região só têm a ganhar. Ou seja, a produção de Moda, a médio e longo prazo será cada vez mais fortalecida em detrimento da simples reprodução de Moda, que infelizmente ainda impera na cidade, por mais que esta seja considerada um polo no setor. Nesse sentido, acredita-se que Passos e região ainda têm muito a ganhar com o referido curso.

1.8 - As instalações físicas do curso

A qualidade do Curso baseia-se nos profissionais (técnicos e docentes) envolvidos e na infraestrutura física do IFSULDEMINAS, Campus Passos. Há uma biblioteca bem equipada, possuindo mais de cinco mil exemplares de livros, a assinatura de um periódico local e acesso à plataforma Minha Biblioteca. Existe ainda um laboratório de criação; um laboratório têxtil (Tecedoteca); um laboratório de modelagem tridimensional; um laboratório de modelagem bidimensional; um laboratório de corte; um laboratório de costura; um laboratório de desenho; um de fotografia; e dois laboratórios de informática.



Figura 5 – Imagem das instalações do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG.



Figura 6 – Refeitório do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG.



Figura 7 – Imagem externa da biblioteca do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG.



Figura 08 – Imagem interna da biblioteca do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG.



Figura 09 – Imagem de visita técnica com o ônibus que compõem a frota de veículos do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG



Figura 10 – Sala de aula do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG



Figura 11 – Laboratório de modelagem do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG



Figura 12 – Laboratório de costura do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG



Figura 13 –Laboratório de fotografia do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG



Figura 14 – Laboratório de informática do IFSULDEMINAS - Campus Passos – MG.

Fonte: Vídeo Institucional do IFSULDEMINAS - Campus Passos (2015)²².

²²Disponível online em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xdEic3BR17w>> Acessado em 25 de setembro de 2017.

1.9 – Servidores e discentes envolvidos

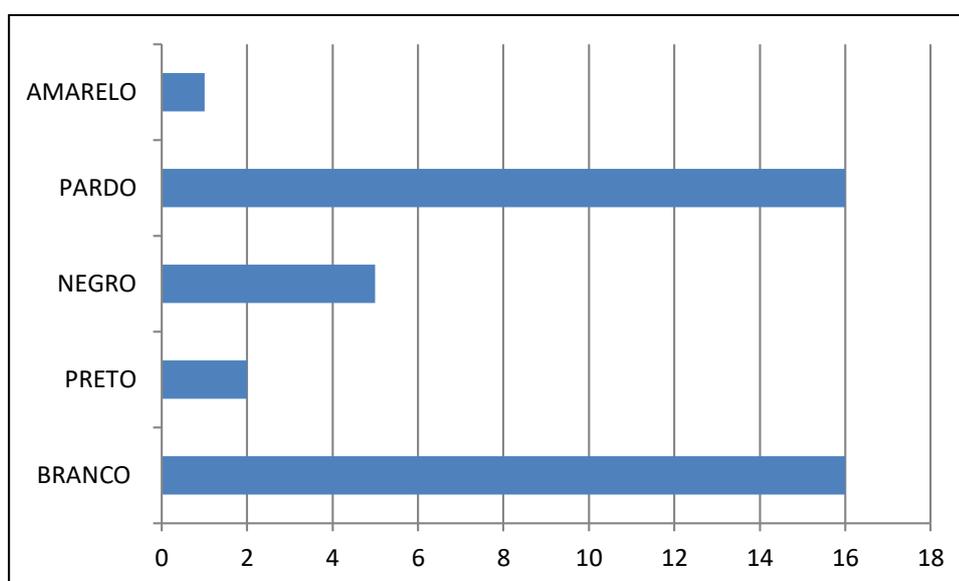
Quanto aos profissionais envolvidos no curso, existem ao todo 103 servidores, sendo 38 Técnicos e 65 Docentes. Sendo que desse total de 65 Docentes, 19 Docentes das disciplinas propedêuticas e técnicas estão envolvidos diretamente com o Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio. Somando-se as três turmas do Curso, há um total de 85 estudantes matriculados, sendo 23 alunos no 3º Ano, 25 alunos no 2º Ano e 37 alunos no 1º. Ano, o curso não possui egressos devido ao fato desse ser o primeiro ano em que os três anos do Ensino Médio estão ocorrendo concomitantemente. E a primeira turma colou grau no final do ano de 2017. Anualmente ingressam 35 estudantes, desde a instalação do curso.

2- Abordagem Metodológica

Para este trabalho foi realizada uma coleta de dados junto às fichas de inscrições dos alunos matriculados no ano de 2017. Foram analisados os dados da turma de 1º ano do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio. Esta análise poderá ser ampliada para as três turmas do Curso Médio Integrado de Produção de Moda, podendo ainda ser estendido para todas as turmas do integrado para uma melhor consolidação dos dados, em trabalhos posteriores. A turma analisada possuía um total de 40 alunos matriculados, devido ao fato de 5 alunas terem sido retidas por não atingirem o aproveitamento escolar no de 2016. Tivemos três evasões até o momento, elas ocorreram em períodos diferentes e por motivos diversos, nesse primeiro momento manteremos as informações desses alunos que evadiram como dados da análise.

O gráfico abaixo demonstra que a sala de aula da amostragem, no presente momento, se separada por brancos e não brancos é composta por 16 alunos que se autodenominam brancos e 24 alunos que denominaremos como não brancos.

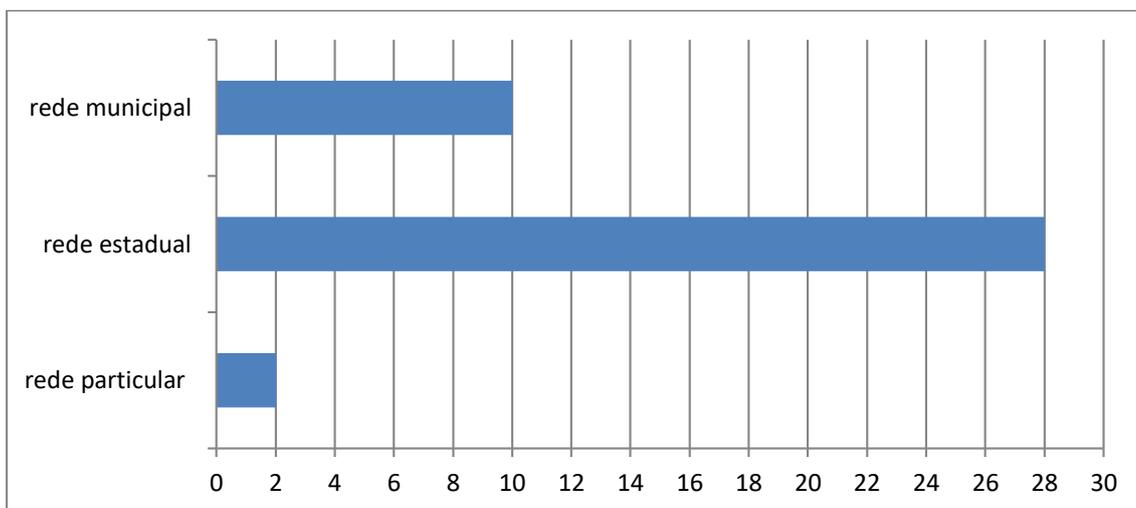
Gráfico 1 - Demonstrativo de pertencimento racial informado pelos alunos do IFSULDEMINAS no ato da matrícula para ingresso na turma de 1º ano do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio - 2017.



Quanto à origem escolar dos alunos, observei que do total de alunos matriculados na 1ª série do referido curso em 2017, somente dois são da rede de ensino

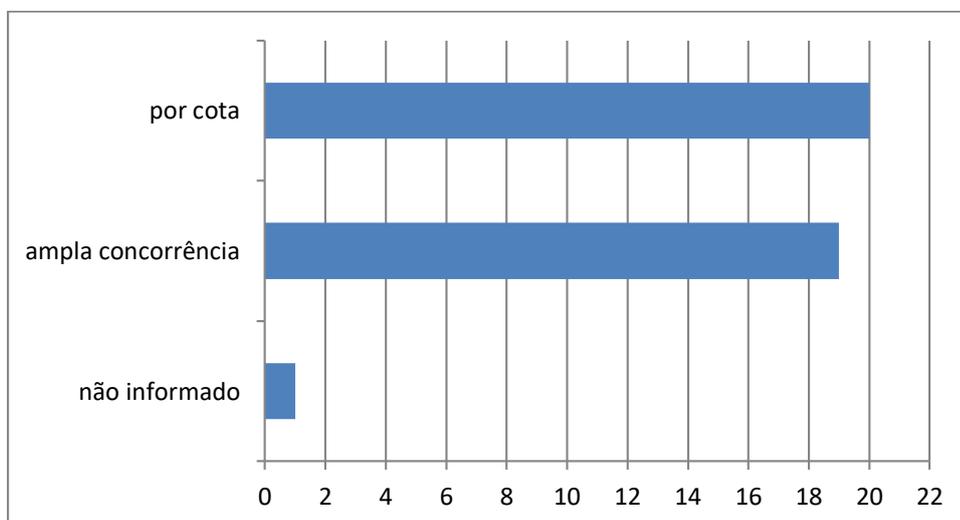
privado e 38 alunos ingressaram oriundos das redes de ensino municipal e estadual. Trabalho com a hipótese de que o IFSULDEMINAS cumpre o seu papel social de oportunizar um ensino gratuito e de qualidade para a Cidade de Passos.

Gráfico 2 – Origem escolar



Quanto ao aspecto que envolve o sistema de cotas, esta Instituição vem oportunizando de forma hábil a implementação dessa ferramenta de correção das desigualdades sociais no que tange a educação no município de Passos. No montante total dos alunos dessa turma a metade dos alunos ingressaram nesse Instituto através desse instrumento.

Gráfico 3 – Utilização do sistema de cotas pelos alunos ingressantes na turma de 1º ano do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio – 2017



O IFSULDEMINAS adota uma divisão em que 50% das vagas, de ingresso, são destinadas para alunos escolas da rede pública, através da utilização de cotas. Além do mais, destina-se um percentual de 25% do total de vagas para portadores de necessidades especiais. Em todas as categorias de cota ficam reservadas 50% das vagas para alunos negros, pardos e indígenas.

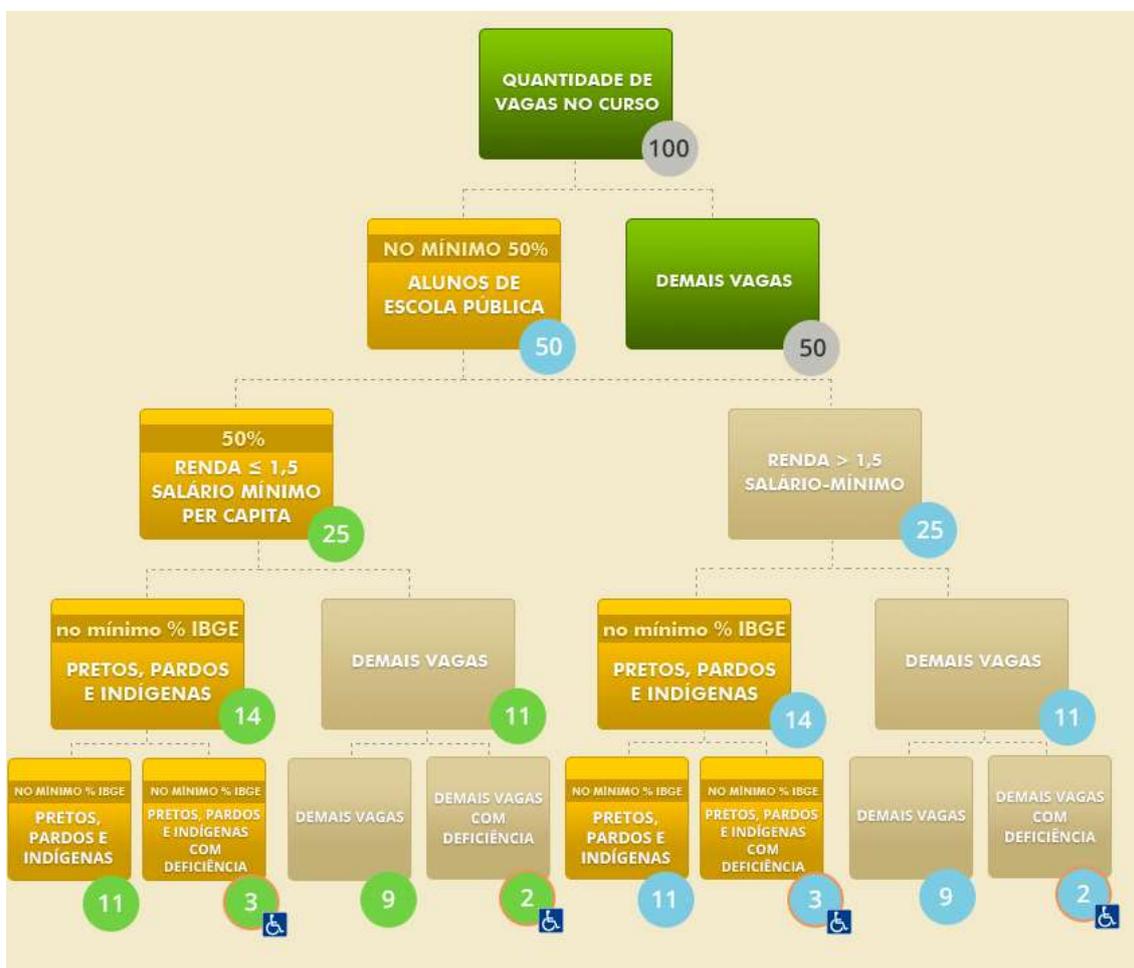


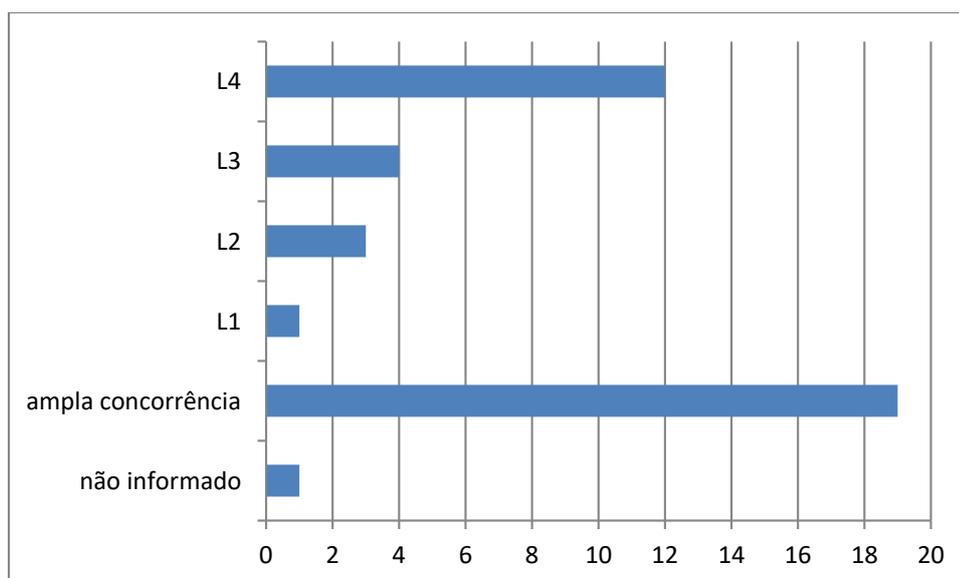
Figura 15 – Cálculo do número mínimo das vagas reservadas Procedimento de aplicação da Lei nº 12.711/2012 sobre o ingresso nas instituições federais de ensino.

Fonte: portal.mec.gov.br (2018)²³

Em tese, as categorias seguem as seguintes divisões: L1 - Igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita - demais etnias, L2 - Igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita - pretos, pardos e indígenas, L3 - Maior que 1,5 salário mínimo per capita - demais etnias, L4 - Maior que 1,5 salário mínimo per capita - pretos, pardos e indígenas.

²³Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>> acessado em 15 de julho de 2018.

Gráfico 4 – Categorias de cotas utilizadas pelos alunos ingressantes na turma de 1º ano do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio – 2017



De acordo com o gráfico acima fica descrita de forma preliminar, podendo ser alterada no decorrer desse trabalho, a capacidade de correção que essas ações proporcionam.

O aluno ingressante no IFSULDEMINAS origina-se, majoritariamente, das redes públicas de ensino. Sendo que matriculados nessa turma, cuja entrada foi em 2017, há estudantes de Passos, Itaú de Minas, São João Batista do Glória, Alpinópolis e São José da Barra. Lembrando que Passos é uma cidade polo em vários setores, dentre eles a Moda e a educação.

Como ficou claro anteriormente, a principal fonte de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho foi a turma de 1º. Ano do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio, em 2017, oferecido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, Campus Passos, onde foi aplicada a observação participante, enquanto método investigativo proposto por Bronislaw Malinowski.

Da mesma forma e concomitantemente, foi feito o estado da arte deste nível e Modalidade de curso, na rede federal de ensino existentes no estado de Minas Gerais que conta, além do que é oferecido no IFSULDEMINAS, Campus Passos, com apenas mais um Curso semelhante, oferecido no CEFET – MG, Campus Divinópolis. Uma breve revisão bibliográfica sobre o tema também possibilitou que se tomasse algumas

teorias enquanto referência para a pesquisa. Da mesma forma foi analisado o Projeto Político do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio, oferecido no IFSULDEMINAS, Campus Passos.

Foi aplicado um questionário junto aos estudantes das três turmas do Curso, no sentido de aferir possíveis discrepâncias entre os dados obtidos nas diversas fontes. O questionário foi aplicado a 35 alunas do 1º. Ano, 24 alunas matriculadas no 2º. Ano e 22 alunas matriculadas no 3º. Ano do Curso; o que compôs uma amostragem de 81 estudantes. Deve-se chamar a atenção para o fato de que, do total de estudantes matriculados no curso apenas três são do sexo masculino; as mulheres ainda são predominantes entre os estudantes matriculados nos cursos ligados a Moda; diferente dos outros dois cursos a nível de Ensino Médio ofertados pela instituição (o Curso Técnico em Comunicação Visual e o Curso Técnico em Informática). Por esse motivo foram utilizados os pronomes e substantivos quando se referiu ao conjunto de alunos, no feminino.

Após a aplicação e avaliação deste questionário identificou-se a necessidade de entrevistar algumas alunas negras para que se pudesse participar melhor de suas vivências ou experiências. Nesse sentido, três alunas negras foram selecionadas, tomando por base o fato de terem sido provocadoras de uma série de ações no ano letivo de 2017, em relação à implementação de demandas presentes na Lei 10.639/2003 nas suas respectivas turmas.

É importante informar que das 81 alunas entrevistadas, 05 foram retidas por apresentarem rendimento escolar insuficiente. Quantitativamente a maior concentração de estudantes retidos se dá nos primeiros anos, o que é justificado pela realidade diferente que vivem nas escolas em que estudam anteriormente, onde por exemplo as cobranças são menores em relação aos hábitos de estudo. Observou-se que, da turma de 1º. Ano em 2016, dentre as alunas retidas, 3 eram negras e 2 brancas. Este indicador é de suma importância ao se pensar em ações ou projetos pedagógicos no sentido de auxiliar estes alunos negros a melhorarem seu desempenho, permanecendo na instituição de ensino até o término do curso em que se matriculou.

No final do ano de 2016, após última reunião do Conselho de Classe, propôs-se à professora Geny Guimarães, — única docente negra no Instituto à época, responsável substituta pela disciplina de Geografia, — que fosse realizada uma reunião com os

responsáveis pelas alunas retidas. Eram cinco alunas no total, sendo três negras e duas brancas, como já se adiantou. Logo, acreditou-se que se reproduz no IFSULDEMINAS, Campus Passos as desigualdades estabelecidas em âmbito geral. Uma das justificativas seria o fato de a referida instituição de ensino estar inserida em uma localidade que, supõem-se, reforça tais desigualdades. Em outras palavras, nessa turma de 1º ano de 2017, o contingente de alunos(as) negros(as) cresceu, mais especificamente devido aos estudantes retidos, em sua maioria, negros.

As preocupações seguiam na tentativa de permitir que tais estudantes (principalmente as negras) não evadissem do curso, já que traziam os traços da desigualdade racial para aquele âmbito escolar. Nesse sentido fez-se uma simples ação junto às pedagogas, que consistiu em convidar os responsáveis por tais alunas para que lhes fosse exposto como se deu o processo de retenção das mesmas, buscando que ponderassem pela permanência das alunas no Instituto. Compareceu à reunião para conversar, somente a mãe de duas alunas negras. Percebeu-se naquele momento, além do carinho e zelo da mãe pelas filhas que, no momento em que os interlocutores de cor branca falavam, a atenção de ambas se voltava para os mesmos. Porém, ao falarem, ambas reportavam-se à professora Geny Guimarães (que por sua vez também é negra) talvez na esperança de que ela reforçasse suas vozes. Acredito que, por ser negra e bem sucedida na área da educação, a professora Geny Guimarães ocupasse, na subjetividade daquelas mulheres, um espaço de representação positiva; teriam visto na referida professora um exemplo, um modelo ou mesmo a possibilidade de também serem bem sucedidas, pois era o que aquele corpo negro sinalizava para elas, ele dizia que isso era possível.

Assim, acredito que esse trabalho corrobore com preocupações e reivindicações do Movimento Negro e de sua representatividade em espaços de poder até recentemente interditados para negros.

3- Teoria da Identidade

Percebida a existência de demandas acerca da Lei 10.639/2003, especificamente na busca por compreender a diversidade racial no Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS, Campus Passos, percebi que algumas teorias da identidade divergem e convergem entre si, sendo constantemente debatidas e questionadas. Por mais que muitas delas sejam engessadas ou obsoletas, em certa medida, elas compõem um mosaico em termos de conclusões acerca de determinadas questões sociais. Trabalhou-se na perspectiva de se construir um conceito pertinente às correntes teóricas relativas à temática desse trabalho, tanto no âmbito das ciências sociais (sociologia, antropologia) como das ciências humanas (psicologia).

[...] O termo (*identidade*) é originário de latim escolástico *identitate*, que remete a duas ideias de base: a semelhança e a permanência. [...] O primeiro remete-se ao caráter que permite identificar um indivíduo a um outro, suas semelhanças e, por extensão, à questão da construção social da identidade que visa a representar um grupo como homogêneo, idêntico e identificável para assim poder se diferenciar do “outro”. O segundo privilegia o enraizamento temporal do caráter, sua reprodução idêntica no tempo e sua capacidade de perdurar sem se modificar. E é talvez aqui que se manifesta a relação dialética que caracteriza qualquer reflexão relativa à questão da identidade. A fricção entre o princípio de coincidência e o princípio de permanência se manifesta tanto nas identidades individuais quanto nas coletivas. (MEDEIROS, 2008, p. 32)

Essa fricção pode ser responsável pelo termo “crise de identidade”, cunhado por Erik Erikson, que no momento atual é uma ideia quase consensual, diante do impacto das inovações e das acelerações técnicas da pós modernidade, que desestabilizou as culturas, os coletivos, os indivíduos, os grupos, as comunidades, as instituições etc; esses estão em busca de novos referenciais para construção de suas identidades individuais e coletivas (MEDEIROS, 2008, p. 29). Tudo isso fez, a partir da década de 1950, o

[...] conceito de identidade ganhar força dentro das Ciências Sociais, por influência dos trabalhos de Erik Erikson, psiquiatra ligado à Teoria do Desenvolvimento Social. O termo identidade era utilizado para explicar todo um processo de ajuste do indivíduo na sociedade, envolvendo assim dois aspectos: um psíquico e um social. Isso possibilitava às ciências humanas e sociais utilizarem o termo, aplicando-o à vivência em comunidade. (TEIXEIRA, 2016, p. 246)

Na década de 1960 é construído pelos cientistas sociais da chamada Escola de Chicago, nos Estados Unidos, a ideia de identidade cultural; esse movimento é nomeado de culturalista, também definido como “objetivista” ou “essencialista”:

Ao que tudo indica, as pesquisas na Psicologia abriram para as Ciências Sociais norte-americanas um leque de possibilidades para aplicar o conceito de identidade na compreensão dos aspectos sociais. A identidade social de um indivíduo se caracterizaria pelas suas vinculações a um sistema que seria constituído por diferenças sexuais, sociais, nacionais etc. Assim, a identidade cultural,²⁴ componente da identidade social, aparecia no âmbito universitário como um grande potencial para explicar o período de reivindicação e afirmação de minorias étnicas, que marcava os Estados Unidos na década de 1960. (TEIXEIRA, 2016, p. 247)

A abordagem “objetivista” é superada pela “subjetivista”, que em sua perspectiva propõe uma dinâmica para identidade como concebida no resultado das representações que os indivíduos fazem da realidade social, através de uma identificação ou vinculação a uma coletividade imaginária; porém, ela recebe críticas por extrapolar o caráter efêmero atribuído à identidade e reduzindo-a a uma questão de escolha individual, arbitrária. Para a abordagem “subjetivista” o indivíduo seria autônomo com a capacidade de elaborar o seu próprio processo identitário, sem a influência do meio social, porém João Luiz de Medeiros apresenta uma terceira via que:

[...] pretendendo ultrapassar as visões antes citadas,[...] entende que a questão da identidade não poderá ser amplamente compreendida se não for levado em consideração o contexto relacional que explicaria, por exemplo, por que tal identidade é afirmada ou reprimida em dado momento. Para os “relacionistas”, a identidade não é uma elaboração resultante de fatores preestabelecidos e impositivos, mas uma construção elaborada no interior de contextos sociais que orientariam representações e escolhas e determinariam posições dos indivíduos. Essa concepção dá a identidade um caráter relativo, dinâmico e que evolui no interior das trocas sociais, construção e reconstrução, processo de reelaboração permanente, resultado de constante negociação entre nós e os outros. (MEDEIROS, 2008, p. 33)

Com Gabriel Tarde a psicossociologia ganhou status de uma nova ciência, com a capacidade de explicar comportamentos sociais que se situavam na base dos fenômenos

²⁴Segundo Denis Cuche, cultura e identidade cultural não são noções que podem se confundir, apesar da estreita ligação que possuem. Segundo o autor, “a cultura pode existir sem a consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então, quase nada em comum com o que ela era anteriormente”. A identidade cultural seria um dos componentes da identidade social. Ver: CUCHE, Denis. A noção de cultura nas Ciências Sociais. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 176 e 177.

coletivos e se expande contribuindo para o estudo das relações reais ou imaginárias existentes entre indivíduos, grupos e instituições, que serão percebidos não mais como reflexo de variáveis individuais, mas como resultado de interdependências de meio social que impõe normas e estabelece condutas. (MEDEIROS, 2008, p. 49)

No final do século XIX, Tarde tenta descrever os mecanismos psicológicos pelos quais as ideias se propagam, e a noção de imitação será então concebida como o produto de uma interação das consciências, base de qualquer comportamento coletivo. Wilhelm Wundt desenvolve uma psicologia das massas e já no século XX terá destaque a Escola de Frankfurt, na Alemanha, com autores como T. Adorno, M. Rosemberg, N. Ackerman, A. Brandura e W. Richard, que proporcionam contribuições valiosas para a análise da problemática do inter-relacionamento e a inserção do indivíduo em seu meio social. Serge Moscovici estabelece relações entre o individual e o coletivo enquanto Erving Goffman, Peter Berger e Thomas Luckman seguem perspectivas mais culturalistas para a discussão da psicologia social em sua inteireza. (MEDEIROS, 2008, p. 49)

Robert Farr apresenta duas vertentes da psicologia social, uma estadunidense, que possui um viés psicológico, que confere ao indivíduo autonomia e independência diante das relações sociais em que está imerso, nesta corrente o social e o coletivo obedeceriam a Leis individuais. E uma vertente europeia, que possui um viés sociológico, onde o coletivo e o individual são interdependentes sem autonomia de um ou de outro, estes dois enfoques tem por finalidade superar a dicotomia individual/coletivo. (MEDEIROS, 2008)

Segundo João Luiz de Medeiros, todos esses autores retirariam suas matérias de análise, no que diz respeito as identidades, de um conjunto de elementos que se encontram presentes na categorização elaborada por Alex Mucchielli:

- Referências sociais: nome, status, idade, sexo, profissão, poder, deveres, papéis sociais, atividades, filiação;
- Atributos de valor social: condecorações, insígnias, atribuições simbólicas, competências reconhecidas, qualidades/defeitos...;
- Psicologia do ator: visão de mundo, projetos e o grau de importância dada a esses projetos, investimentos pessoais e ações, vivência...;
- Potencialidades: capacidade, motivação, estratégia, adaptação, estilo de conduta, resultados, projetos...;
- Imagens identitárias vindas de outros atores: estereótipos, opiniões dos outros...;
- Filiação e pertencimentos: grupos de pertencimento (idade, sexo, profissão, esporte, atividades...), grupo de pares...;

- Símbolos e sinais exteriores: tudo ao que se refere a uma posição na hierarquia social. (MEDEIROS, 2008)

Estes ingredientes de ordem psicológica relacionam-se e tornam-se importantes referenciais quando se trata de definirmos identidade, seja individual ou coletiva. A vinculação a atividades, a preocupações, a imagens e a formas específicas de vida fazem parte das prioridades dos atores sociais. Essas categorias não serão absorvidas com o mesmo grau de intensidade; algumas podem ser privilegiadas em detrimento de outras e ainda assim, existem outros grupos de referências que não devem ser ignorados, como os substratos de ordem ecológicas, materiais, físicas, históricas ou culturais, sendo este último, assim como para o autor João Luiz de Medeiros, o nosso principal conjunto de referências para a construção de nossa teoria: é na interação objetiva e subjetiva com o universo cultural que o sujeito constrói para si um estoque de referências, que irão defini-lo como ser individual e articular sua relação com o coletivo. (MEDEIROS, 2008, p. 52 e 53)

É a antropologia, no século XX, que introduz a noção de cultura na área das ciências humanas, e a primeira definição conceitual de cultura é atribuída a Eduard Tylor, fundador da antropologia britânica. Ele a entende como um conjunto complexo em que os conhecimentos, crenças, artes, leis e costumes são elementos absorvidos pelos homens, como membros de uma sociedade e portanto, todo indivíduo capaz de viver em sociedade é dotado de cultura, mesmo o mais primitivo, pois para este autor, a cultura se dá em um processo de aprendizagem (MEDEIROS, 2008).

A conceituação moderna de cultura, produzida pela antropologia, tinha por principal finalidade desvencilhar o conceito de cultura das duas teorias correntes, elaboradas no início do século XIX, uma por antropólogos poligenistas, que acreditavam em uma origem humana fruto de diversas origens diferentes, inclusive geográfica e a segunda teoria, chamada monogenista, acreditava que o homem vinha de um único tronco; esta teoria estava em concordância com a corrente evolucionista que influenciou fortemente a antropologia e a sociologia. Nessa vertente se dava uma classificação unilinear que ia da selvageria a modernidade passando pela barbárie. Estas correntes tinham a cultura intimamente ligada a uma hereditariedade biológica.

Era comum até bem pouco tempo atrás nos depararmos, em materiais didáticos, com imagens que propõem uma régua de evolução do homem, que partiu da África, em

uma condição muito próxima à do macaco e evoluiu no decorrer do tempo, assumindo a postura que ele possui hoje, de um homem branco, que ocupa espaços “evoluídos”, como a Europa. Repensar essas representações é um dos elementos contidos nas propostas da Lei 10.639/2003 que abordarei em um capítulo próprio.

A antropologia desenvolveu uma visão relativista das sociedades para combater o etnocentrismo vigente, amplamente difundido. Na década de 1920, os antropólogos se preocuparam com os aspectos fundantes da unidade das culturas, procurando entender a coerência que atravessa as culturas e lhe dá uma tonalidade particular e própria; eles acreditavam que a diferença entre os seres humanos é de ordem cultural e não racial, o alemão naturalizado americano, Franz Boas, sistematizou o conceito de relativismo cultural. Já o britânico Bronislaw Malinowski, apresentou o conceito de funcionalismo, que entende que as artes, as crenças, os ritos, os usos sociais e as técnicas de uma comunidade formam um todo integrado que tende a se reproduzir de formas idênticas em todas as culturas e vê a mudança cultural como um fenômeno essencialmente do exterior, por contato cultural. Por sua vez, Talcott Parson cunha o conceito de “tradição cultural”, significando o conjunto dos valores e das representações necessários à vida em sociedade. A ação social é controlada por um conjunto imaterial de ideias e valores transmitidos pela educação e, a cultura moldará e assegurará a reprodução das sociedades (MEDEIROS, 2008).

A Escola Culturalista Norte Americana, na década de 1930, inaugurou a corrente chamada “Cultura e Personalidade”; esta corrente é influenciada pela psicologia e a psicanálise, tendo como seus principais expoentes Ruth Benedict, Margaret Mead, Ralph Linton e Abram Kardiner, que veem uma cultura não como o resultado da ação de elementos objetivos, mas sim, determinada pelas atitudes face à vida, pelo comportamento afetivo dos indivíduos que vivenciam essa cultura, estes autores tentam demonstrar como cada sociedade molda, a sua maneira, consciente ou inconscientemente, através de seu sistema educativo, suas instituições, seus modelos e normas, a personalidade dos indivíduos. Como em Boas e Parsons a cultura aqui é percebida como a entidade que assegura a integração das diferentes áreas de atividades, tais como a econômica, a social e a religiosa. Para Benedict, essa coerência se dá à revelia dos indivíduos, mas através deles, graças as instituições, principalmente as educativas, que moldariam todos os seus comportamentos; já Ralph Linton e Abram

Kardiner desenvolveram a ideia de que toda cultura possui uma “personalidade básica”, que modelada através da cultura na qual ela se desenvolve (graças ao papel das “instituições primárias” como a família ou o sistema educativo) irá reagir sobre essa mesma cultura, produzindo, por uma série de mecanismos de projeção, “instituições secundárias”, tais como costumes, mitos, religião ou ritos que serviriam para compensar as frustrações provocadas pelas instituições primárias (MEDEIROS, 2008).

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss é responsável pelo estudo dos mitos, das escrituras de parentesco, da organização social, das práticas artísticas. Ele se utiliza do modelo linguístico para desenvolver a corrente estruturalista, a qual acredita que essas estruturas comuns permitem responder ao problema da coerência do sistema simbólico que forma uma cultura particular, e nesse caso:

[...] Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas tem que ser constantemente criadas e recriadas. [...] (SILVA, 2007, p.96).

Nos dias atuais, essa ideia de se assemelhar a um modelo vigente é cada vez mais vulgarizada. Nichos de mercado *fast-fashion* buscam a padronização como premissa para uma Moda cada vez mais rápida e efêmera. Observemos, por exemplo, o elenco de uma novela de grande audiência, e vamos perceber que as representações étnico-raciais são as do grupo que se espera uma mudança de atitude, a parcela de raça branca da sociedade. Os figurinos não fazem parte deste estudo, mas são fundamentais para a compreensão da discriminação de modelos culturais por parte da indústria cultural e da Moda. Como destaca Araújo (2000), em seu trabalho intitulado *A negação do Brasil, o negro na telenovela brasileira*:

“A pesquisa destaca como a telenovela incorpora a chamada ‘branquitude normativa’. Entende-se por ‘branquitude normativa’ a consideração do branco como representante legítimo da espécie humana. Como consequência disso, todas as vezes que se menciona um ser humano, seja na televisão, seja na literatura, seja ainda em livros didáticos, logo se escolhe para representá-lo uma pessoa branca” (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

É neste contexto que a representação da identidade negra vem à tona como um questionamento que ultrapassa a demarcação imposta pelo modelo eurocêntrico de corpo (trataremos mais detidamente estas questões relacionadas à identidade negra em capítulo próprio) e no campo da Moda precisa-se de uma atenção especial com a pretensão de representação da cultura negra – seja tomando como referência o corpo, o cabelo, o fenótipo, a pele etc. Isto porque os saberes, nesse campo, ainda são dispersos, escassos e sofrem de diversas interdições: acadêmicas, sociais, ideológicas e políticas, entre outras (BRAULIO, 2016, p. 3832).²⁵

[...] a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. [...] afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. [...] “nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições – de – sujeito fortemente marcadas por relações de poder. [...] dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados (SILVA, 2007, p.82).

Na direção proposta pela citação acima, podemos evocar o conceito de Normalidade, que diz respeito a uma situação padrão, esperada por “todos”, aquilo que é normal.²⁶ Esta situação é tida como o correto ou o justo sob algum aspecto, sendo o oposto do normal a anormalidade.²⁷ Esse conceito tem sua aplicação no senso comum, no consenso de uma maioria, contrariar essa maioria é tido como um comportamento anormal. A sociedade aplica o conceito de normalidade, as operações sociais que possuem possibilidades de repetição, isso se dá igualmente na construção dos territórios identitários e na formação das identidades individuais, pois:

[...] Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades

²⁵Disponível online em < <https://drive.google.com/file/d/0B6iu2JHF3lChdy1ETXBPODAtWFk/view> > acessado em 02 de junho de 2018.

²⁶NORMAL [...]. 1. Aquilo que está em conformidade com a norma. 2. Aquilo que está em conformidade com um hábito, com um costume, com Lima média aproximada ou matemática, ou com o equilíbrio físico ou psíquico. Neste sentido, diz-se, p. ex.. levar vida N.", para dizer uma vida segundo os costumes de certo grupo social, ou "tem peso N." ou " altura N.", para dizer que tem peso ou altura correspondentes à média dos indivíduos da mesma idade, raça, etc, ou " mente N.", "um organismo N.", para indicar a boa saúde mental ou física. Este uso do termo não é completamente impróprio porque, embora as normas às quais se refere sejam obtidas de generalizações empíricas, são empregadas como critério de juízo e estabelecem uma "normalidade". (ABBAGNANO, 2007, p. 717)

²⁷ANORMALIDADE [...]. O que é contrário a uma norma e, por isso, se subtrai, em certa medida, à função ou ao fim que a norma tende a garantir ou a atingir. (ABBAGNANO, 2007, p. 62)

são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxialmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial. [...] A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA, 2007, p.83).

Ainda segundo o autor:

[...] Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. [...] A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido [...] (SILVA, 2007, p.84).

Para pensarmos identidade na contemporaneidade torna-se necessário a desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares que criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada (HALL, 2007, p. 103).

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la [...] Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (SILVA, 2007, p.84).

Nesta perspectiva de desconstrução, Hall chama a atenção que certos conceitos tidos até então como chaves são colocados “sob rasura” (HALL, 2007, p. 104). Porém como esses conceitos ainda não podem e não devem ser substituídos, por não haver conceitos inteiramente diferentes, que possam substituí-los, o autor destaca a necessidade de pensarmos a partir desses conceitos chaves provocando linhas de rasuras que não impedem a leitura do antigo conceito, criando novas abordagens, ele indica uma espécie de escrita dupla. Um novo conceito emerge do antigo sem desprezar a construção desse conceito anterior. Nesse movimento dinâmico:

[...] A identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas (HALL, 2007, p. 104).

Para o senso comum o conceito de identificação se baseia na proximidade das origens, das características partilhadas por grupos ou por pessoas ou por algum ideal em comum. A abordagem discursiva percebe a identificação como um processo inacabado, ela é condicional, está alojada na contingência e ainda que se estabeleça, não é o seu papel anular as diferenças, há uma fantasia de fundir o “mesmo” e o “outro” em um processo de incorporação.

Hall se utiliza do conceito de suturação para a construção de possíveis ajustes nas rasuras produzidas no conceito de identidade e constrói a partir do conceito de identificação uma suturação no processo identitário sem haver um ajuste pleno. A identificação opera aproximando por igualdades e distanciando pelas diferenças esse trabalho discursivo, provoca os fechamentos e marcações de fronteiras, produz os “efeitos de fronteiras”, ela é criada a partir do que ela abandona, que nomeia como não sendo parte de sua constituição (HALL, 2007).

[...] Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2007, p.108).

Nessa perspectiva apontada por Hall, algumas ações políticas e sociais, amplamente utilizadas nas construções dos Estados Nações tinham e têm um papel fundamental nas construções das identidades e nesse caso:

Os mitos fundadores que tendem a fixar as identidades nacionais são, assim, um exemplo importante de essencialismo cultural [...] Todos os essencialismos são, assim, culturais. Todos os essencialismos nascem do movimento de fixação que caracteriza o processo de produção da identidade e da diferença (SILVA, 2007, p.85 e 86).

A constituição do Brasil nação, dentro de uma perspectiva hegemônica, nos discursos oficiais sobre o país, reflete a ideia ilusória de um local onde reina uma democracia racial. Aqui, negros, brancos e indígenas não só viveriam num contexto de paz e cordialidade, mas, muitas das vezes, não existiriam enquanto raças definidas, todos os brasileiros seriam miscigenados, sempre com um pouco dos três componentes advindos das relações que atravessaram o período colonial, imperial e republicano.

Vale ressaltar a citação feita pela autora Lilia Moritz Schwarcz sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tentava escrever uma história brasileira.

Para tal intento, este Instituto promoveu um concurso que tinha como título: “Como se deve escrever a história brasileira”. Esse concurso foi ganho por um cientista alemão, Carl von Martius, que construiu a ideia de que no Brasil existiria uma harmonia entre as três raças fundadoras (branca, indígena e negra), fazendo uma alusão ao encontro de Três Rios e ela segue dizendo que eles,

[...] compunham a mesma nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais de minuto, composto pelos negros. Lá estariam todos, juntos em harmonia, encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. No entanto, harmonia não significa igualdade, e no jogo de linguagem usado pelo autor ficava evidente uma hierarquia entre os Rios/raças. Era um rio branco que ia incluindo os demais, no seu contínuo movimento de inclusão. Mas ainda, na imagem forte do rio, muitas vezes usada nesse momento, estava presente a ideia de depuração, e como as águas vão ficando cada vez mais límpidas, puras – ou seja, brancas. Estava assim dado, e de uma só vez, um modelo para pensar e inventar uma história local: feita pelo olhar estrangeiro – que vê de fora e localiza bem adentro – e pela boa Ladainha das três raças, que continua encontrando ressonância entre nós (SCHWARCZ, 2012, p. 27 e 28).

O processo de globalização, para Hall, é um dínamo perturbador para a ordem “estabelecida” de muitas populações e culturas; o autor argumenta que este fenômeno é concomitante com a modernidade, e os processos de migração forçada (ou livre), vem influenciando o assim chamado mundo pós-colonial. As identidades recorrem ao passado histórico através dos recursos da história, da linguagem e da cultura:

[...] Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2007, p.109).

O autor nos informa que as identidades não estão ligadas ao retorno as raízes, mas a uma negociação com as nossas rotas, nossas histórias de vida, o que ele chamará de “suturação à história” como nos apresenta Paul Gilroy em sua obra *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, ao se referir a Du Bois.²⁸

²⁸William Edward Burghardt “W. E. B.”Du Bois (GreatBarrington, Massachusetts, 23 de fevereiro de 1868 — Acra, Gana 27 de agosto de 1963) foi um sociólogo, historiador, ativista, autor e editor estadunidense. Nascido no interior do estado de Massachusetts, Du Bois cresceu numa comunidade tolerante, quase não sendo vítima de racismo durante sua infância. Após se graduar em Harvard, onde se tornou o primeiro afro-americano a obter um doutorado, se tornou professor de história, sociologia e economia na Universidade de Atlanta. Du Bois foi um dos fundadores da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP) em 1909. Disponível on-line em

“Du Bois também é interessante e importante do ponto de vista deste livro por causa de sua falta de raízes e da proliferação de rotas em sua longa vida nômade. Ele viajou muito e sua vida se encerrou no exílio africano, após ter fixado residência em Gana e renunciado a cidadania americana aos 95 anos de idade. Os relatos de suas visitas à África apresentam a relação entre negros americanos e sua terra natal alienada, utilizando parte da mesma aridez encontrada na viagem de Martin Delany ao vale do Nilo. Outras questões ainda sobre a identidade e a não-identidade das culturas negras são levantadas pela extensão e pela complexidade das relações de Du Bois com a Europa. Para Du Bois, Douglass e a constelação de outros pensadores cuja obra constitui um diálogo antifônico com seus escritos, a ansiedade irritante em torno das contradições internas da modernidade e um ceticismo radical quanto a ideologia do progresso com a qual esta é associada são complicados por essas experiências de viagem tanto dentro como para fora da América. As questões de viagem, movimento, deslocamento e relocação, que emergem da obra de Du Bois, [...]” (GILROY, 2001, p. 233).

Para seguirmos o itinerário conceitual proposto por Hall e por Gilroy, João Luiz de Medeiros elucida na contemporaneidade, como se dariam essas rotas, essas identificações, este nomadismo cultural, saindo do macrocosmos e adentrando em um cosmos cultural de um país, como por exemplo o Brasil, que:

Nesse contexto de crescente diversificação e complexidade social, observa-se a multiplicação de subgrupos sociais que tendem a construir uma existência autônoma governada por respectivas subculturas. Os indivíduos, nessas sociedades complexas, poderão se situar ao longo de suas vidas em uma dinâmica constante de dissociação e ressocialização. A existência de subculturas distintas entre si possibilitará aos atores sociais a adoção de atitudes comparativas e um conseqüente distanciamento em relação a suas culturas de origem (MEDEIROS, 2008, p. 58 e 59).

Stuart Hall se opõe ao significado tradicional de “identidade” que ele classifica de sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. Ele expõe que as identidades são construídas dentro dos discursos, são produzidas em locais históricos e institucionais. Podemos aqui evocar o fenômeno Moda como uma grande agência de construção dessas identidades pós-modernas, emergem no interior dos jogos específicos de poder, possuem quase sempre a marcação da diferença e da exclusão.

Persistem, entretanto, na área da teorização sobre o sujeito e a identidade, certos problemas [...] o corpo é construído, moldado e remoldado pela intersecção de uma variedade de práticas discursivas disciplinares. A tarefa da genealogia, proclama Foucault, “é a de expor

o corpo totalmente marcado pela história, bem como a história que arruína o corpo” (1984, p.63) [...] (HALL, 2007, p. 121).

Em outra perspectiva, não menos importante, podemos pensar nas questões ligadas ao conceito de binarismo, amplamente utilizado nas discussões de gênero, mas que nesse trabalho utilizaremos na oposição raça branca (hegemônica) versus raça negra que nos diz que:

[...] as posições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. [...] Questionar a identidade e a diferença como relações de poder, significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam (SILVA, 2007, p.83).

Nós nos apoiamos nas abordagens mais recentes acerca da noção de cultura que têm por principal premissa se distanciar dos conceitos generalistas, vistos anteriormente, pois nossa preocupação neste trabalho não é dar conta da unidade da cultura, mas, ao contrário, observar a multiplicação e a convivência de diferentes formas de cultura no interior de uma mesma sociedade (MEDEIROS, 2008, p. 58) e utilizaremos das conclusões finais de Hall que percebe ter que haver um esforço para se pensar a questão do caráter distintivo da lógica que constitui discursivamente o corpo racializado e etnicizado diante das tensões do ideal normativo regulatório de um “eurocentrismo compulsório” (termo cunhado pelo tradutor na ausência de outra expressão). Compreendemos que não iremos causar inflexões significativas com os argumentos brevemente esquematizados, mas sem dúvida a questão da teorização da identidade é um tema de relevante importância política para este trabalho, pois, acredito, embasado em Hall, que haverá avanços quando a necessidade ou a “impossibilidade” da identidade e a suturação do psíquico e do discurso forem reconhecidos.

Nesse sentido, empreendi um esforço em trazer uma percepção mais ampla, dentro das questões de identidades sociais e culturais, afunilando para o indivíduo, que constrói a sua percepção de identidade em contato com esses agentes do macrocosmo social, sendo impactado e afetado por eles. Acredito na reconstrução desses agentes via sala de aula, na apresentação das identidades formadoras da identidade Nacional Brasileira de uma outra forma hierárquica, propondo novas perspectivas em que o agente da raça branca é nomeado como invasor e não como “descobridor” do território

Brasileiro, desfazendo a narrativa da história pelo eixo eurocêntrico e trazendo um protagonismo para o nativo brasileiro e para as civilizações africanas trazidas para esse território devido às suas tecnologias e com isso, propor um inflexão ao que entendemos hoje por identidade.

Nesse sentido, fez-se necessário emergir o objeto de pesquisa desse trabalho que tem por objetivo responder à pergunta central: Como se dá a construção da identidade negra em um currículo voltado para a formação do ensino médio integrado ao técnico em produção de Moda? É impossível essa questão ser respondida sem que seja proposto um itinerário de como se dá a reconstrução identitária da população negra brasileira.

4- Formação da Identidade Negra

A reflexão teórica necessária ao trabalho, aqui proposto, partiu da avaliação da necessidade de compreender a formação da identidade negra no contexto da sociedade brasileira; ela precisava entrar na formulação de um projeto que discutisse a diversidade racial para o Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS, Campus Passos, como está contido na Lei 10.639/2003. Nesse sentido, apropriou-se das reflexões produzidas pelo autor João Medeiros como ponto de partida, estabelecendo-se que a identidade individual envolve um conjunto de elementos psicológicos e sociológicos, relação dialética entre o ambiente circundante e o interpessoal, dimensões internas e externas ao indivíduo, relação entre o eu inconsciente e consciente e o meio sociocultural, na qual envolve cognição, alteridade, ganhos e perdas (MEDEIROS, 2008, p. 48). Sendo assim:

Na sociedade moderna, nós somos indivíduos membros de sociedades policulturais onde se difundem, coexistem e se enfrentam diversas “visões de mundo”, nas quais os interesses e objetivos dos agentes de socialização não são necessariamente comuns. [...] Entretanto, a identidade cultural reúne o que é comum entre os outros membros do grupo, tais como as regras, as normas, e os valores os quais o indivíduo divide com a sua comunidade. Pode-se falar igualmente de identidade intercultural quando ocorre o contato entre culturas diferentes (originando processos de aculturação ou de inculturação, por exemplo). Essa identidade se organiza em torno de uma pluralidade de sistemas autônomos entre si, mas dependentes do contexto no qual eles se atualizam. A identidade cultural remete, em última análise, à questão do sentido. O pertencimento a uma cultura se traduz pela adesão às normas e valores dessa mesma cultura. Os valores constituem o ponto de convergência entre o indivíduo e a sociedade (MEDEIROS, 2008, p. 58 e 59).

Logo, a identidade individual é produzida no interior da identidade cultural, que por sua vez é um elemento da identidade social. Grupos de indivíduos se associam, na tentativa de produzir identidade a partir da identificação (conceito trabalhado no capítulo anterior), em sua subjetividade existe o desejo de pertencimento ou de afastamento de algumas identidades sociais, como a “identidade racial”; nessa perspectiva o movimento negro é um ator social/coletivo de fundamental importância para as individualidades que se encontram em busca dessas respostas para suas construções identitárias.

A autora Nilma Lino Gomes trabalha com a perspectiva de que o movimento negro é um ator coletivo e político, constituído por um conjunto distribuído nas cinco regiões do país. Esse movimento é composto por grupos, entidades políticas e culturais que, devido a disputas internas, encontram divergências e consensos. Concordo com a autora que sem esse ator coletivo (o movimento negro) o Brasil jamais teria pautado o tema do racismo e da discriminação étnico-racial nas agendas políticas e da justiça deste país. Ainda segundo Gomes:

[...] Parte-se da premissa de que o movimento negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social (GOMES, 2012, p.735).

Nesta citação se torna evidente que o movimento negro vem ao longo de mais de um século tensionando antigas práticas, dando voz a pessoas que compõem segmentos tidos como “outros” na sociedade. Ainda que distante do ideal, esse movimento possibilitou que as vozes, que até então eram silenciadas, fossem ouvidas de dentro da academia, retirando movimentos da marginalidade, tornando-os legítimos e tão importantes como os movimentos culturais de origem europeia. Ainda no início do século XX, pouco após a abolição da escravidão e a proclamação da República, a existência de uma imprensa negra foi de grande relevância para a crítica ao racismo e para a valorização do papel do negro na construção da sociedade brasileira:

A imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época (Desde os primeiros anos do século XX até meados dos anos de 1960) (GOMES, 2012, p. 736).

Este papel assumido pela imprensa negra foi de suma importância, assim como acredito que o papel das revistas especializadas em Moda Étnico-Raciais, como a *Raça Brasil*, no final dos anos 1990 e início do século XXI se propõem a construir subjetividades em equidade para os enfrentamentos sociais, valorizando traços fenotípicos que até então eram tratado como pecha, alterando o psiquismo social dessa população; mesmo com as críticas feitas a esses veículos de comunicação, entendo no recorte desse trabalho que, no campo da Moda essa revista foi de extrema relevância para a representatividade negra, porém a imprensa negra, como nos revela Nilma Lino

Gomes precisava cuidar de cidadãos que enfrentavam o monstro social do racismo científico, como nos revela Schwarcz:

Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidade e do devir dos povos. [...] Se o conceito de raça data do século XVI, as teorias deterministas raciais são ainda mais jovens: surgem em meados do século XVIII. Além disso, antes de estar vinculado à biologia o termo compreendia a ideia de “grupos ou categorias de pessoas conectadas a uma origem comum”, não indicando uma reflexão de ordem mais natural. [...] São vários os autores que adotaram esse tipo de modelo e teoria, que procurava “naturalizar” diferenças e fazer de questões políticas e históricas dados “inquestionáveis” da própria biologia. [...] Como vimos, raça, no Brasil, jamais foi um termo neutro; ao contrário, associou-se com frequência a uma imagem particular do país, oscilando entre versões hora mais positivas, hora mais negativas. [...] Nina Rodrigues opõe-se ao suposto evolucionismo social de que a “perfectibilidade” era possível para todos os grupos humanos. Ou seja, não acreditava que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e a civilização. [...] (SCHWARCZ, 2012, p. 20).

Assim como em períodos históricos anteriores ao atual, as iniciativas por uma imprensa negra ainda vem sendo necessárias; vide o caso da revista *Raça Brasil*²⁹ e atualmente da revista *Afro Brasil*, que recebeu críticas, inclusive dos integrantes do movimento negro, por terem perdido o caráter político:

[...] a revista Raça tem sido, [...] objeto de grandes polêmicas e alvo de severas críticas de uma parte dos militantes do Movimento Negro, que a consideram excessivamente voltada para o consumo, em detrimento de questões políticas mais urgentes. [...] As pessoas cobram posicionamentos que saiam do discurso meramente consumista. Criticam depoimentos de negros famosos que reforçam o *Black is Beautiful* e esquecem dos problemas sociais, além de questionar a própria linha editorial que exagera nos anúncios publicitários que mostram uma realidade para efeitos mercadológicos. [...] Acredita-se que existem algumas armadilhas nesses discursos que merecem alguns comentários mais cuidadosos. [...] (TAVARES, 2010, p. 01).

Reafirmo que veículos como revistas especializadas nas questões ligadas à população negra são de extrema importância no que tange à Moda, pois suas páginas são majoritariamente compostas por matérias e editoriais voltados para este grupo social, os produtores, os maquiadores, os *stylists*, são em grande maioria negros, bem como o corpo editorial desse veículo. As críticas são voltadas para o fato dessas

²⁹ Em setembro de 1996, foram 280 mil exemplares vendidos na primeira tiragem da publicação. Disponível on-line em < <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/marcas-e-estudos-mostram-poder-de-consumo-de-afro-descendentes/28148/> > acessado em 28 de agosto de 2017.

publicações assumirem, em algum momento, um caráter excessivamente comercial. Porém é uma evolução e o movimento não está interrompido ou finalizado. Na ressignificação do termo raça, proposto por Nilma Lino Gomes, está contido uma ideia força e evocando Santos e Salvador (s/d, p. 3.613) ela nos informa que:

“parte significativa dos jornais da imprensa negra utilizava-se do termo raça para se referir à população negra”. Os autores ainda analisam a importância conferida à educação por estes jornais, principalmente aquela difundida no seio familiar, o que evidencia a preocupação e a necessidade dessa população em conquistar espaços numa sociedade rigidamente hierarquizada e preconceituosa. Várias matérias vinculavam a ideia da ascensão social do negro pela via da educação. Nesse sentido, é possível discutir o papel da imprensa negra como instrumento de luta dos negros frente à sociedade estabelecida (GOMES, 2012, p. 736).

Nesta crescente de perspectiva de valorização da população negra pela educação, pela posse de seus direitos através de construções de representatividade de dentro das arenas de poder, aqui refiro-me especificamente à política, pois grande parte dos problemas enfrentados pela população negra são oriundas da ineficácia ou negligenciamento de política públicas visando a extinção desses abismos sociais e:

Foi nesse contexto, e com o apoio institucional da UNESCO, que patrocinou três reuniões sobre o tema – nos anos 1940, 1951 e 1964 –, que se tentou deslocar a importância biológica do termo *raça*, limitando-o a um conceito taxonômico e meramente estatístico. [...] Sob “a capa da raça” introduziam-se considerações de ordem cultural, na medida em que à noção se associavam crenças e valores. O conceito deixava, assim, de ser considerado natural, já que denotava uma classificação social baseada numa atitude negativa para com determinados grupos. [...] Raça é, pois, uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades. [...] (SCHWARCZ, 2012, p. 33).

Este trabalho não se propõe a percorrer o caminho histórico da imprensa negra, mas compreende aqui o seu caráter educacional e construtor de novos conceitos, como o de raça e destaca o esforço empreendido pela pesquisadora Nilma Lino Gomes em desconstruir o antigo conceito reconstruindo-o:

Como discurso e prática social, a raça é ressignificada pelos sujeitos nas suas experiências sociais. No caso do Brasil, o movimento negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidade étnico-raciais (GOMES, 2012, p. 736).

Uma percepção que poucos de nós temos (na maioria brancos) é que o esforço aqui empreendido é o de tensionar um *status-quo* e fazer com que as memórias fiquem vivas para não ser creditada na conta do agredido (o negro) a responsabilidade do agressor e:

Não por coincidência, o hino da República, criado em inícios de 1890 – portanto, um ano e meio após a abolição da escravidão –, entoava orgulhoso: “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país!”. Ora, o sistema escravocrata mal acabara e já se supunha que era passível de esquecimento! (Schwarcz, 2012, p. 20 e 21) [e] De toda maneira, ao contrário de outras nações, onde o passado escravocrata sempre lembrou violência e arbítrio, no Brasil a história foi reconstruída de forma positiva, mesmo encontrando pouco respaldo nos dados e documentos progressos. Em 14 de Dezembro de 1890, Rui Barbosa – então Ministro das Finanças – ordenou que todos os registros sobre escravidão existentes em arquivos nacionais fossem queimados. A empreitada não teve sucesso absoluto – não foram eliminados todos os documentos –, mas o certo é que se procurava apagar um determinado passado e o presente significava um outro começo a partir do zero (SCHWARCZ, 2012, p. 42).

Como professor, trago cicatrizes deixadas por um sistema educacional que, até a década de 1990, insistia em uma história pacífica e subserviente de negros em relação aos brancos, de escravos gratos ao ato gentil dos senhores que os escravizavam, transformando atitudes desastrosas para população negra em “benevolência dos brancos”, como a assinatura da Lei Aurea, efetuada pela Princesa Isabel em 1889. Um ato que a história aponta como tendo beneficiado, principalmente, os donos de fazendas ou proprietários rurais. Lei que coloca essa população de ex-cativos em uma profunda miséria, ainda que isso não determinasse o seu futuro, os condicionantes e termos desse ato tardio (sua libertação pelo poder da Lei), os coloca até atualmente em situação de marginalidade e criminalidade e por isso a autora Nilma Lino Gomes insiste que

[...] Ao resignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2012, p. 736).

A resposta à indagação feita na no trecho citado anteriormente pode ser respondida por Schwarcz na citação a seguir, pois mais do que discutir a situação o que se propõe são ações que partam efetivamente daqueles que estão na parcela causadora

destes problemas (a população branca). Como revelado na pesquisa sofremos de uma amnésia seletiva e:

É só dessa maneira que podemos explicar os resultados de uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% dos mesmos entrevistados disseram conhecer outras pessoas que tinham, sim, preconceito. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.[...] Em 1995, o jornal Folha de São Paulo divulgou uma pesquisa sobre o mesmo tema cujos resultados são semelhantes. Apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem tê-lo. No entanto, e maneira indireta, 87% revelam algum preconceito ao concordar com frases e ditos de conteúdo racista, ou mesmo ao enunciá-los. Tal pesquisa foi repetida em 2011, e os resultados foram basicamente idênticos, mostrando como não se trata de supor que os brasileiros desconheçam a existência do preconceito: jogam-no, porém, para outras esferas, outros contextos ou pessoas afastadas. Trata-se, pois, de “um preconceito do outro”. [...] Isso para não falar do uso do passado: quando entrevistados, os brasileiros jogam para a história, para o período escravocrata, os últimos momentos do racismo. O mesmo ocorre com estudos da historiografia mais oficial. Em geral, reconhece-se a existência do preconceito, mas em outros contextos temporais: no passado. [...] Distintas na aparência, as conclusões das diferentes investigações são paralelas: ninguém nega que exista o racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro” (SCHWARCZ, 2012, p. 30 e 31).

Somente tipificando, nomeando, entendendo as formas de operação do sistema racista é que poderemos erradicá-lo de nossa sociedade; entender esses mecanismos é de fundamental importância para compreendermos como essas identidades são construídas, e ao explicitar essa interdição do negro nas esferas de poder, reflito sobre o papel que o professor tem em sala de aula, dentro da escola, no sentido de dar:

[...] outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (GOMES, 2012, p. 731).

Trabalhar novos enunciados em sala de aula, na construção de estímulos a elevar a estima de alunos negros, que vêm sendo vilipendiados pelo sistema vigente, que tem o racismo como estrutural e estruturante, na sociedade brasileira. Essas necessidades tornaram-se desde 2003 um impositivo legal, com atenuantes e agravantes acirrando as disputas por esse território, a educação. O sistema educacional vem se modificando com

a aplicação de políticas públicas, tais como a de cotas, de ensino da história da África e dos afrodescendentes de forma positiva e a erradicação de toda forma do racismo. A lei 10.639/2003 nos coloca um novo horizonte, repleto de novas perspectivas e dentro das práticas de ensino de Moda:

O contato entre grupos étnicos é imprescindível para a emergência das fronteiras e das diversidades em sistemas sociais amplos. Mesmo com o trânsito de pessoas, as fronteiras persistem. Numa sociedade poliétnica, os vários grupos que convivem entre si atuam para a manutenção das dicotomias e diferenças e essas dependem do grau de coação que a identidade étnica exerce sobre um indivíduo. É importante que fique claro que o material humano organizado em torno do grupo étnico não é imutável e nem estático. Isso significa que os sinais diacríticos de um grupo podem mudar com o tempo e com as possíveis transformações que vierem a ocorrer (TEIXEIRA, 2016, p. 249).

Acredito que as mudanças devam ocorrer por meio dos que estão presentes nesses contextos e na perspectiva desse trabalho, os professores do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio que, atentos às reivindicações proferidas por meio do movimento negro, serão convocados por esses alunos, integrantes desses movimentos a compreender que:

[...] Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2012, p. 731).

Dessa forma, a autora aponta para a importância dada ao antigo termo de ofensa e segregação da população negra brasileira; ela destaca que o movimento negro é extremamente importante para essa construção/resistência e nos faz refletir sobre a potência dada a essa nomeação. Neste trabalho se torna importante justamente em termos do itinerário da construção dessas novas identidades e antigas resistências do movimento negro; construção esta que traz o “outro” da periferia para o centro da discussão de sua representação, pois:

[...] na perspectiva pós-estruturalista, o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem. Isto significa questionar quaisquer das pretensões miméticas, especulares ou reflexivas atribuídas a representação pela perspectiva clássica. Aqui, a representação não aloja a presença do “real” ou do significado. A

representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, **a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder** (SILVA, 2007, p. 91) (grifos meus).

Entende-se que a Moda e especificamente o Ensino de Moda constituem, potencialmente, arenas de construção de sujeitos. Nessa perspectiva Moda é manifestação cultural de um povo, de uma comunidade, de um coletivo, de uma pessoa ou de uma nação.

O sociólogo Anthony Giddens observa que o racismo é uma forma de preconceito que se baseia na distinção física de significância social. Para ele um racista é alguém que acredita que alguns indivíduos são superiores ou inferiores com base em diferenças racializadas (no caso do Brasil isso se dá em função do tom enegrecido da pele).

Giddens evidencia o conceito de racismo institucional, apresentando a sua gênese na década de 1960, por autores como Michael Omi, Howard Winant e Stokely Carmichael, este último observando que o racismo institucional pode ser considerado uma espécie de boicote a prestação de serviços profissionais adequados a indivíduos, devido ao seu tom de pele, a sua cultura ou a sua origem étnica desde que possam ser detectáveis nas relações sociais, que por sua vez, vão culminar em um preconceito, tido por Carmichael como “inconsciente”, que coloca pessoas de diferentes pertencimentos étnicos em desvantagem aos grupos raciais hegemônicos (no caso do Brasil, os de raça branca), que essa Modalidade de racismo se ramifica para o aparato policial e para a cultura, favorecendo a cultura hegemônica, produzindo uma apropriação cultural das manifestações étnicas dessas minorias e as incorporando na cultura nacional, nas artes, bem como na indústria da Moda internacional, onde ele possui um viés contra modelos não brancos e atingindo veículos de mídia de massa, como a televisão, que nesse caso invisibiliza a existência dessa parcela da população e quando ela se revela se dá de forma negativa (GIDDENS, 2012, p. 456), como apresentado pelo instituto GEMA



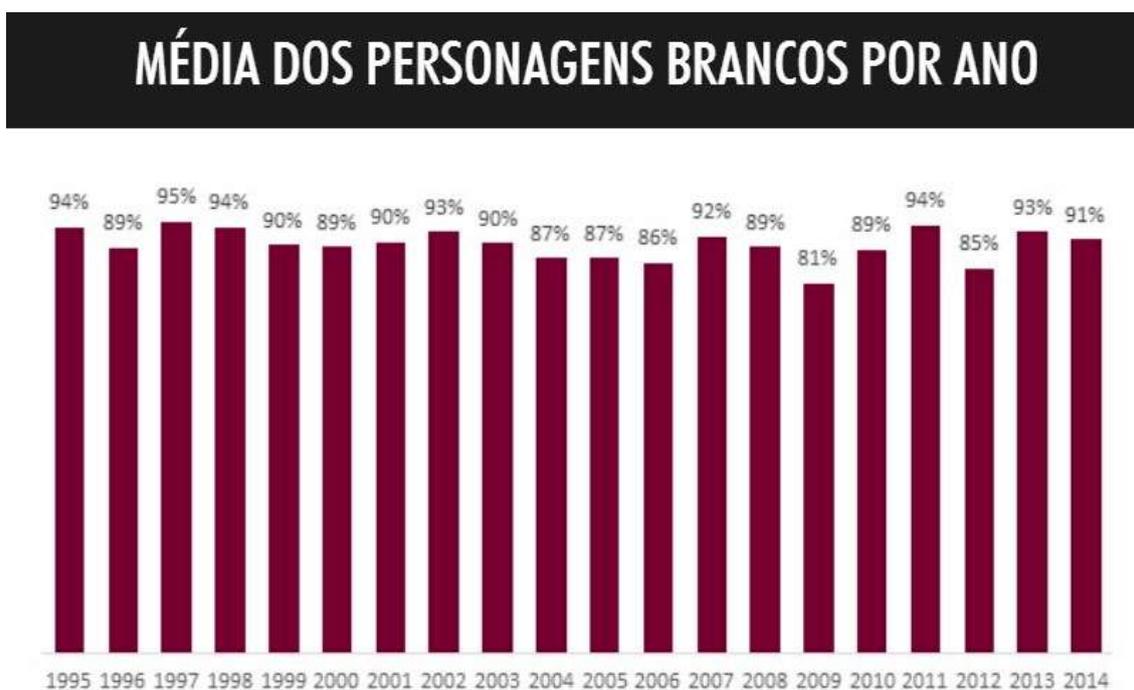
Figura 16 – quadro comparativo de protagonistas de novelas da Rede Globo de Televisão nos últimos 20 anos.

Fonte: GEMAA³⁰

Essa ideia é reforçada ao analisarmos o gráfico disponibilizado pelo Grupos de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas – GEMAA, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP que revela esse percentual representativo do negro nos espaços de construção de poder.

³⁰ GEMAA (Grupos de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas). Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

Gráfico 05 – Gráfico das médias anuais de protagonistas de novelas da Rede Globo de Televisão nos últimos 20 anos.



Fonte: GEMAA³¹

Os figurinos não fazem parte desse estudo, mas são fundamentais como disseminadores de tendências para Moda e logo são utilizados, muitas das vezes, como material didático no ensino de Moda. A diferença e a desproporção apresentadas no gráfico é de fundamental importância para a compreensão da discriminação de modelos culturais por parte da indústria cultural e da Moda, pois

[...] Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. [...] A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas. [...] Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, raciais ou étnicos. [...] (SILVA, 2007, p.87).

No contexto da Moda o racismo institucional operado perpetua signos da “cultura racial” hegemônica, branca, restringindo a representatividade da população

³¹ GEMAA (Grupos de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas). Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

negra em seu território e, muitas vezes, estilistas produzem o que Medeiros (2012, p. 59) denominou de “derrapagem identitária”, em um processo complexo de hibridização e silenciamento de determinadas identidades, centrando-se quase exclusivamente sobre o grupo hegemônico e manifestando indiferença ou hostilidade em relação a outros grupos. Em 2013 o estilista Ronaldo Fraga fez uma homenagem à população negra brasileira que consistiu em colocar modelos brancas na passarela, com perucas feitas de Bombril. O efeito foi desastroso. Após o desfile a comunidade negra se manifestou com a precisão de quem sofre na subjetividade o efeito das boas intenções e principalmente do racismo.



Figura 17 – Fotos do desfile de Ronaldo Fraga ocorrido em 19 de março de 2013

Fonte: Revista Veja³²

Compartilho da opinião de Frei David Santos³³ para o qual o referido estilista não teve a intenção de ser preconceituoso, mas foi infeliz ao utilizar um elemento racista. Ele comenta que o estilista foi bem intencionado, mas mal assessorado.

Quando o estilista Ronaldo Fraga tenta desconstruir um símbolo de opressão, de ofensa, de injúria racial ele tem dificuldade em mensurar qual o impacto na subjetividade de quem foi, durante toda a sua vida humilhado com aquele objeto (palha de aço) como relatam os posts no twitter “Só queria dizer que, como menina de cabelo crespo, nunca usaram ‘bombril’ pra falar do meu cabelo como elogio” (@lulisib no Twitter) e “Botasse trinta modelos negras pra desfilar em vez de brancas com cabelo de bombril”, (@cassia_FAndrade).³⁴

³²Disponível on-line em < <http://veja.abril.com.br/entretenimento/ronaldo-fraga-deve-pedir-desculpas-diz-diretor-de-movimento-negro/>> Acessado em 23 de agosto de 2017.

³³Diretor executivo da Educafro (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes).

³⁴ Disponível on-line em < <http://veja.abril.com.br/entretenimento/ronaldo-fraga-usa-cabelo-de-palha-de-aco-para-homenagear-negros/>> acessado em 23 de agosto de 2017.

Foi um agravante ainda o fato de as modelos de seu desfile terem sido brancas. Neste caso o exercício criativo do estilista acabou por reforçar os códigos de estereotipia produzidos pela cultura hegemônica e que as:

[...] Diásporas, como a dos negros africanos escravizados, por exemplo, ao colocar em contato diferentes culturas e ao favorecer processos de miscigenação, colocam em movimento processos de hibridização, sincretismo e criouliização cultural que, forçosamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais. [...] Embora menos traumática que a diáspora ou a migração forçada, a viagem obriga quem viaja a sentir-se “estrangeiro” posicionando-o, ainda que temporariamente, como o “outro” (SILVA, 2007, p.88).

A pesquisadora Nilma Lino Gomes acredita que a escola pode ser um instrumento de reprodução do racismo (2012, p. 735); insistirei na ponderação dessa afirmação, pois Instituições de ensino como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm incorporando às suas práticas, ações como o uso das cotas para ingresso de discentes, bem como realizando campanhas de esclarecimento deste contingente de estudantes, principalmente da rede pública, estimulando-os e auxiliando-os a fazerem uso desse direito. O que se busca por meio desse trabalho é a defesa da escola e do ensino enquanto trincheiras de resistência às práticas racistas, sem fechar os olhos para sua existência, inclusive no âmbito educacional. A mudança está em se fazer valer mecanismos tais como a Lei 10.639/2003, cobrando-se ostensivamente que seja cumprida nas unidades de ensino.

5- Lei 10.639/2003, Cotas e Escola

A escola não deve ser necessariamente um campo de reprodução do racismo; porém, ela pode e deve ser um campo de disputas, onde concepções e práticas que valorizem a equidade racial sejam debatidas e difundidas. Em parte, a preocupação de Nilma Lino Gomes, tendo como centro a escola, se dá em virtude da constituição de um ideário nacional pautado no “mito das três raças”, um dos principais fatores que contribuem para a dificultosa admissão das óbvias desigualdades, principalmente raciais e de classe, existentes no país. Outro ponto a ser levado em consideração é que, após as tentativas de escravização indígena e o posterior genocídio desses povos, a mão de obra negra africana passa a ser a principal força de trabalho no Brasil colônia.

Mais de um século após a abolição da escravatura, em 1888, a população negra não estava isenta das consequências da discriminação racial. Ao se refletir sobre as políticas imigratórias pós-abolição, é possível perceber qual era a constituição de país almejada. A vinda de imigrantes brancos europeus tinha como um dos objetivos o clareamento populacional através da miscigenação;

Tingindo pela entrada maciça de imigrantes – brancos e vindos de países como Itália e Alemanha –, introduziu-se no Brasil um modelo original, que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu nele as possibilidades do branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo a imigração, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro” (SCHWARCZ, 2012, p. 39).

Com isso, o fato de ser necessária a instituição de uma Lei específica para que haja a inserção de uma temática negra, pautada no ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas, esta se trata de uma política que fortalece a resistência a um longo período de marginalização e silenciamento.

Para além do debate intelectual, tudo leva a crer que, a partir dos anos 1930, no discurso oficial “o mestiço vira nacional”, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados. Esse é o caso da feijoada, naquele contexto destacada como um “prato típico da culinária brasileira”. A princípio conhecida como “comida de escravos”, a feijoada se converte em “prato nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem. O feijão (preto ou marrom) e o arroz (branco) remetem metaforicamente aos dois grandes segmentos formadores da população. A eles se juntam os acompanhamentos – a couve (o verde

das nossas matas), a laranja (a cor de nossas riquezas). Temos aí um exemplo de como elementos étnicos ou costumes particulares viram matéria de nacionalidade. Era, portanto, numa determinada cultura popular e mestiça que se selecionavam os ícones desse país: da cozinha à oficialidade, a feijoada saía dos porões e transformava-se num prato tradicional. [...] Mas esse não é, por certo, um exemplo isolado. A capoeira – reprimida pela polícia do final do século passado e incluída como crime no Código Penal de 1890 – é oficializada como Modalidade esportiva nacional em 1937. Também o samba passou da repressão à exaltação, de “dança de preto” à “canção brasileira para exportação”. Definido na época como uma dança que fundia elementos diversos, nos anos 1930 o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e os desfiles passam a ser oficialmente subvencionados a partir de 1935 (SCHWARCZ, 2012, p. 59).

A Lei 10.639/2003, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira, compactua com a quebra de paradigmas construídos, mas principalmente reforçados pelos discursos oficiais pautados na ideia de Brasil como o “mito da democracia racial”. Tendo sido oficialmente promulgada em 9 de janeiro de 2003, tal Lei traz algumas mudanças em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394, em vigência desde 20 de dezembro de 1996. Sendo esta última a responsável por normatizar o processo organizacional da educação brasileira.

A instituição da Lei 10.639/2003 tem por objetivo reconhecer a relevância de políticas de combate à discriminação, ao racismo e preconceito, visando a construção de um processo que venha a reduzir desigualdades. Nessas políticas, a valorização da contribuição da África, dos africanos e dos descendentes de africanos vivendo no Brasil é central. Nos seus dois artigos, a Lei torna o estudo da história e culturas afro-brasileiras obrigatório, do ensino fundamental ao médio. Ela enuncia não apenas a necessidade de reconhecimento desses grupos, colocados historicamente à margem da sociedade, mas compreende a relevância da escola não apenas como meio de formação intelectual, como, também, local de formação política e ideológica, além de práticas essenciais de cidadania. Estabelece a recuperação de um passado, não única e exclusivamente pautado na anunciação da escravidão, tendo por objetivo disseminar a importância do negro e sua cultura no âmbito da formação da sociedade nacional, ressaltando as óbvias contribuições deste grupo nas mais diversas áreas e incluindo no

calendário escolar o “Dia da Consciência Negra”, comemorado em 20 de novembro no Dia de Zumbi dos Palmares.

Esta lei foi estabelecida, principalmente, pelos esforços contínuos do movimento negro e, também, à abertura representada pela existência de governos atentos à demanda desse movimento. O sociólogo Sales Augusto Santos (2005) escreve sobre a importância do movimento negro na promulgação da Lei que institui o ensino da história africana nas escolas brasileiras e mais, trata-a como fruto direto da luta deste movimento. Afirma a busca pela educação formal como um dos meios empregados pelos negros para uma ascensão social, apresentada como forma de superar a situação de exclusão baseada na discriminação. No entanto, coloca a busca por essa educação formal como um agente favorável, mas não definitivo, para o processo de ascensão social e ao combate às desigualdades:

Os negros compreenderam que sem educação formal dificilmente poderiam ascender socialmente, ou seja, obter mobilidade vertical individualmente ou coletivamente, numa sociedade em pleno processo de modernização. Mesmo sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panaceia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais (SANTOS, 2005, p. 22).

Para Santos (2005), entretanto, as reivindicações em prol de uma ressignificação do papel do negro na sociedade brasileira surgem muito antes, ainda com o I Congresso do Negro Brasileiro na década de 1950, ou, então, com a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, momento em que foi entregue ao então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, um manifesto nomeado Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que contava com diversas propostas antirracistas.

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato (SANTOS, 2005, p. 34).

Este ato se amplificou com a intervenção do movimento negro nas tomadas de decisão das políticas públicas voltadas para ele:

A culminância do processo de inflexão na trajetória do movimento negro brasileiro aconteceu nos anos 2000, momento este que pode ser compreendido como de confluência de várias reivindicações desse movimento social acumuladas ao longo dos anos. Como é consenso entre os pesquisadores, um fato marcante foi a participação do movimento negro na preparação e durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2001, em Durban, África do Sul. Ao ser signatário do Plano de Ação de Durban, o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para sua superação. Entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho (GOMES, 2012, p. 739).

Nilma Lino Gomes (2012), vem reiterando em escritos e falas que, grupos de pesquisa e universidades, coletivos e movimentos sociais, pesquisas em diversas áreas, especialmente na Educação e nas Ciências Sociais vem produzindo uma série de ações e materiais com o intuito de amparar futuras ações na escola formal. É verdade que o entendimento da Lei, e sua respectiva aplicação, tem variado muito, seja pensando em proporções micro (como no caso de docentes isoladamente, ou em cada escola espalhada pelo país), seja em macro (nas redes estaduais ou nas políticas públicas do Governo Federal para estas questões). Contudo, Gomes (2012) propõe que, sem a Lei, dificilmente teríamos acumulado material para pensar as questões propostas pelo movimento negro sob tantas óticas e pontos de vista.

A devolução dessa memória é importante não apenas para os alunos de ascendência africana, mas também para os alunos de outras ascendências étnicas, porque eles também tiveram seus aparelhos psíquicos afetados por uma educação envenenada. Além disso, essa memória não pertence apenas aos negros; ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual todos se alimentam cotidianamente é resultante das contribuições de todos os segmentos étnicos que, por motivos históricos conhecidos, foram obrigados a conviver desigualmente neste encontro de culturas e civilizações que é o Brasil atual. (...) A recuperação dessa memória comum poderá trazer o diálogo intercultural e aproximar todos num processo de compreensão mútua e na construção de relações de solidariedade sem as quais não existe cidadania (MUNANGA, 2004, p. 57-58).

A fala acima foi escrita por Kabengele Munanga no ano de 2004, menos de um ano após a aprovação da Lei 10.639/2003, e, inicialmente, proferida para docentes da Rede Municipal de Ensino do Município de Mauá – SP. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva explica que um dos objetivos da referida Lei é que os brasileiros conheçam, respeitem e valorizem uma das raízes fundadoras de sua cultura e de nossa nação, a

africana. Ela também afirma que o que precisa ser mudada não é a imagem dos negros, mas a imagem negativa que a sociedade criou e fomenta como se fosse desse povo, onde uma parcela da população brasileira que pretendem manter privilégios e direitos para si próprios e seus grupos originários, cultivam, tentando fazer com que todos partilhem do ideal de fazer do Brasil uma nação monocultural, de raiz predominantemente europeia.

O racismo, ao longo dos séculos, tem criado estratégias para manter os negros brasileiros à margem dos direitos devidos a todos os cidadãos, sobretudo os negros que se reconhecem descendentes de africanos, que se negam deixar assimilar por ideias e conhecimentos depreciativos de tudo que vem da sabedoria construída a partir de suas raízes. Infelizmente, pessoas e instituições ignorantes das civilizações e culturas africanas continuam fomentando e renovando atitudes, posturas racistas e desigualdades entre negros e não-negros. Por isso, foi necessário que se estabelecesse uma política pública com o intuito de corrigir disparidades, começando por garantir a todos os brasileiros, igual direito a sua história e a cultura (SILVA, 2012, s/p). [...] O Parecer CNE/CP3/2004 esclarece com precisão que a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana não visa tornar os brasileiros mais eruditos, mas reeducar as relações étnico-raciais a fim de que todos – descendentes de europeus, asiáticos, africanos e povos indígenas – valorizem a identidade, a cultura e a história dos negros que constituem o segmento mais desrespeitado da nossa sociedade (SILVA, 2012, s/p).

Porém, a autora evidencia que nem tudo está resolvido, pois:

As leis existem para corrigir distorções, garantir direitos devidos a todos os cidadãos. É bom lembrar que até a promulgação da Lei 10639/2003, em todos os níveis de educação se ensinava e divulgava unicamente a história dos eurodescendentes, a ponto de se ignorar a presença dos povos indígenas nas terras de Pindorama, quando da chegada dos portugueses. O desejo da nação de reconhecer unicamente sua raiz europeia levou a repetição de que o Brasil foi descoberto pelos portugueses. Ainda há livros e professores repetindo esta versão (SILVA, 2012, s/p).³⁵

A crítica acima é muito pertinente, pois, a escola que estava vigente, antes da promulgação da Lei, muitas das vezes se encontrava à mercê de disseminar conceitos que alijavam o principal sujeito constituinte da formação do povo brasileiro, criava falsas verdades e alterava conceitos muito bem estabelecidos, como por exemplo, o de descobrir, que segundo o dicionário Michaelis significa: “Achar ou passar a conhecer algo cuja existência era desconhecida; dar a conhecer algo (em geral, território) até

³⁵Disponível on-line em <<http://www.palmares.gov.br/archives/17211>> acessado em 27 de agosto de 2017.

então ignorado; encontrar pela primeira vez”. As Terras Brasileiras não eram desconhecidas para as populações indígenas, aqui presentes, logo, não foram descobertas, foram invadidas, porém, este termo criaria mácula sobre o feito do colonizador e o tornaria um algoz (como acredito que foi) e não um herói como gostaria de ser assimilado.

Durante esses anos de Lei 10639/2003, a autora acentua pormenores que deixam claro as dificuldades de percurso para que sejam atingidos os objetivos:

A simples implementação, ou seja, a primeira fase de execução da determinação legal é insuficiente. Ciente disso o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secad), propôs e passou a criar condições, entre 2009 e 2010, para a execução do Plano de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É preciso que o MEC, outros ministérios e órgão federais, além certamente dos conselhos de educação e das secretarias de educação dos estados e municípios, permaneçam dando continuidade a implantação do referido plano, criando condições financeiras e técnicas para tanto (SILVA, 2012, s/p).

Fica provado, em dados, que o movimento negro procurou viabilizar a educação formal da população negra em todos os níveis, esses representantes conquistaram um espaço na Academia e passaram a serem importantes construtores da representatividade desta parcela majoritária da população brasileira. Segundo dados do próprio Ministério da Educação,

em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 e 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos, 2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. De acordo com o Ministério da Educação, a meta era atingir esse percentual de 50% gradualmente, chegando à metade de vagas reservadas até o final de 2016. Entretanto, números divulgados pelo MEC mostram que os objetivos estão sendo atingidos antes do previsto. Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014.³⁶

Em um espaço de três anos houve o acesso de aproximadamente 150 mil estudantes negros em instituições de ensino superior em todo o país; vale ressaltar que a Lei está sendo cumprida pelas 128 instituições federais de ensino que atualmente participam do sistema. Este número foi alcançado em parte devido a formulação de Leis

³⁶ Disponível on-line em < <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>> acessado em 27 de agosto de 2017.

como a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas em todos os cursos nas instituições federais de ensino superior, levando em conta critérios sociorraciais. A autora Nilma Lino Gomes nos informa que:

O balanço de três anos da lei também destacou que a qualidade das universidades não diminuiu com a implementação das cotas. Pelo contrário. De acordo com a [então] ministra Nilma Lino Gomes, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, as universidades ganharam em diversidade e em qualidade, com destaque para as boas notas dos alunos cotistas e o baixo índice de desistência dos cursos que os alunos cotistas apresentam (GOMES, 2016).³⁷

A tentativa de reparação desses prejuízos sociais vem sendo feita por decretos, Leis ou ações afirmativas, como estratégias do Estado, na tentativa de solucionar a dívida histórica que existe com relação aos povos Africanos, trazidos para o Brasil de forma “criminosa”, durante o processo de colonização pelos portugueses. O Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, demonstrava em 2016, a incapacidade de reparar os danos causados em períodos mais recuados, e destacava que no período estudado, normativamente, o preconceito racial, já era considerado inaceitável. Diz o texto: **“E mesmo nos primórdios da República, legislações locais continuaram a discriminar os negros, principalmente por intermédio da repressão de suas manifestações culturais.”** (grifos meus) (BRAULIO, 2016, p. 3834).

O presente trabalho não objetiva discutir a Lei de cotas, mas entende-se que é de fundamental importância lembrar que em 2012 as ações afirmativas foram consideradas constitucionais por unanimidade no Superior Tribunal Federal; consta no relatório do ministro Ricardo Lewandowski, que entre muitas questões considerou que apenas 2% dos negros conquistavam diploma universitário no Brasil e afirmou que aqueles que hoje são discriminados têm um potencial enorme para contribuir para uma sociedade mais avançada. Destaca-se os seguintes trechos do extenso parecer do ministro Lewandowski:

“Para possibilitar que a igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode lançar mão, seja de políticas de cunho universalista - que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural - seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a

³⁷Disponível on-line em <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>> acessado em 27 de agosto de 2017.

estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares”, [...] “Assim, restou reconhecido o direito e a constitucionalidade da atuação estatal na busca pela correção e aplicação da justiça distributiva/compensatória em face dos grupos deixados à margem do desenvolvimento social e econômico brasileiro” (LEWANDOWSKI, 2012).³⁸

Isso vem se concretizando através da construção de um aparato legal e jurídico como a criação, no dia 21 de março no ano de 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no âmbito do Governo Federal, com a finalidade de formular, coordenar e articular políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil

A data de criação desse órgão federal foi estrategicamente decidida por se tratar do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), isto se deu em memória do Massacre de Shaperville, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, onde no dia 21 de março no ano de 1960, 20.000 negros protestavam contra a Lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular e mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou contra a multidão, deixando 69 mortos e 186 feridos.³⁹

Vale destacar que o primeiro projeto de Lei propondo ações afirmativas para população negra é de autoria do senador Abdias Nascimento – Projeto de Lei nº 1.332 de 1983, em discurso proferido no Senado Federal, por ocasião dos 110 anos da Abolição, Abdias já defendia a necessidade das cotas:

“ação afirmativa ou ação compensatória é, pois, um instrumento ou conjunto de instrumentos utilizados para promover a igualdade de oportunidades no emprego, na educação, no acesso à moradia e no mundo dos negócios. Por meio deles, o Estado, a universidade e as empresas podem não apenas remediar a discriminação passada e presente, mas também prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva, aberta à participação igualitária de todos os cidadãos” (SEPPIR, 2016).⁴⁰

³⁸Disponível on-line em <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/agosto/lei-de-cotas-nas-universidades-completa-tres-anos>> acessado em 27 de agosto de 2017.

³⁹Disponível on-line em <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>> acessado em 27 de agosto de 2017.

⁴⁰Disponível on-line em <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas> acessado em 27 de agosto de 2017.

Algumas conquistas se tornaram patentes como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Lei 10.639/2003 e a Lei 12.711, que possibilitou que antigos integrantes desse movimento assumissem o lugar de narradores de suas histórias, questionando os currículos escolares e os materiais didáticos e reivindicando que suas origens não fossem de escravos, mas de reis e rainhas do continente Africano, de outras civilizações e não de “tribos selvagens”; reivindicam a gênese do saber e da existência da humanidade e expandem os horizontes de possibilidades ocupando dessa maneira os seus lugares, que lhes foram negados pelo privilégio de uma parcela que insiste em uma gênese europeia de nossa população.

6- Moda e Raça

Este trabalho foi construído na perspectiva do fenômeno Moda, quando se propôs perceber a realidade como contradição. No geral, há uma crença de que deve haver uma harmonia entre o corpo docente e os alunos. Entretanto, a proposta aqui, indo de encontro a essa crença, foi justamente romper com esse temor do conflito, da contradição. A ideia era estabelecer a abrangência da Moda, mas detendo-se na mesma enquanto vestuário.

A Moda é um sistema que acompanha o vestuário e o tempo, que integra o simples uso das roupas no dia-a-dia, num contexto maior, político, social e sociológico Palomino (2002, p. 14). Porém, nem tudo o que é apresentado nos Desfiles de Moda é produzido para ser utilizado. Na grande maioria das vezes a extravagância das passarelas se dá em função do reforço de conceitos para as indústrias de confecção ou até mesmo para a produção de uma boa imagem/fotografia de Moda.

A Imprensa de Moda é a principal engrenagem do fenômeno Moda nos dias atuais. É nos desfiles que encontramos os looks e os itens de vestuário relacionados aos novos valores de cada temporada. Eles são fotografados para as revistas e os jornais especializados em Moda. Assim, se a visualidade é romântica, esses profissionais envolvidos com a imprensa especializada de Moda escolhem qual modelo seria mais adequado para ser fotografado como representação da estação, bem como a locação ideal, o fotógrafo e a técnica que esteticamente expressem essa visualidade. E, finalmente, serão convidados os produtores de Moda ou *stylists* para produzirem os editoriais de Moda, solicitando as roupas nos *showrooms* e assessorias de imprensa. Tudo baseado no que foi apresentado nos desfiles das passarelas das principais semanas de Moda. (PALOMINO, 2002, p.39) Em sala de aula esse material será o condutor dos conteúdos ministrados no Currículo do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

O *stylist* é um profissional fundamental para entendermos como ocorre o fenômeno Moda na atualidade. A palavra apareceu no final da década de 1990 e esse profissional vem exercendo uma importância relevante na construção da imagem de Moda nos desfiles e editoriais. A figura do *stylist* e do estilista muitas das vezes se confundem, ora em função de seu léxico ou devido as suas atribuições. Ele será o responsável por produzir a imagem da marca de Moda em função do público-alvo

pretendido pelo estilista. O trabalho do *stylist* se inicia nas reuniões de desenvolvimento de coleção. Ele propõe interferências e define, junto a equipe envolvida, quais itens de vestuários têm maiores possibilidades de gerar uma boa fotografia de Moda. Este profissional providencia acessórios para composição dos looks que serão apresentados nos desfiles ou em editoriais de revistas especializadas em Moda; trabalha em conjunto com os desenvolvedores da trilha sonora, do cenário, da iluminação e da beleza. O *stylist* na atualidade deve ter um amplo conhecimento de história da arte, da Moda e do design, ter grande referência visual que possibilite a criação de looks originais ou com inspirações no passado. Essas são as habilidades e competências que o Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio pretende desenvolver nos seus egressos.

Imprime-se na palavra Moda o conceito de caleidoscópio, visto que ela é utilizada em contextos tão amplos que, entender o que é Moda, se torna quase impossível diante de tantas aplicações para a palavra. Depara-se no dia-a-dia com frases do tipo: “agora é Moda ser politicamente correto”; encontra-se aqui o uso mais geral do termo, fazendo referência àquilo que considera a postura de um determinado grupo no momento presente. E na frase “a Moda das calças *flare*” por sua vez faz referência ao uso mais específico do termo, com sua aplicação ao universo do vestuário e às mudanças constantes de estilo desse item. O uso amplo da palavra deve-se ao fato de que atualmente é praticamente impossível afirmar que Moda é apenas o que se veste, pois ela envolve comportamento, linguagem, opiniões e escolhas estéticas. O fenômeno está muito mais relacionado a um conjunto de fatores, a um sistema de funcionamento social, do que especificamente às roupas que são a superfície de um profundo e complexo sistema social. Pollini (2007)

Reduzir este fenômeno a uma disputa de classes, nos termos trabalhado por Marx, Durkheim e Weber é subestimar as matrizes antropológicas humanas, sendo despertadas pelos contextos sociais da contemporaneidade. O voyeurismo, a necessidade de pertencer a determinados “grupos raciais” e de, em outros casos, negar este pertencimento “racial”, o espelho social que reflete aquele que se quer ser e que marca aquele que se é, em primeira medida acredito serem os fatores sociais presentes muito antes do desenvolvimento do capitalismo.

Não houve aqui a intenção de negar o condicionamento causado pelas classes,

mas questiona-se o determinismo imposto pelas classes, conforme propõem algumas correntes historiográficas e sociológicas. Em tese, não se crê que o racismo seja determinante para as perspectivas desse trabalho, mas trata-se sim de um fator condicionante da população negra brasileira. E foi o capitalismo em sua gênese que elaborou e construiu as diferenças marcadas pela cor da pele, diferenças impostas por uma inferioridade biológica das populações autóctones, hotentotes e bosquímanos, é a igreja em um primeiro momento, seguida pelos antropólogos de gabinetes do século XIX, que chancelam e legitimam as atrocidades cometidas na expansão colonial da Europa.

A competição social é um dos elementos responsáveis pelas mudanças efêmeras provocadas pela Moda. Na realidade o fenômeno Moda está intimamente ligado às mudanças, elas levam pessoas a investir tempo e dinheiro em itens de vestuário que duraram por um curto espaço de tempo. Segundo Pollini, Gabriel Tarde, um dos fundadores da Sociologia, em 1890, lançou um livro chamado *Leis da Imitação* que, grosso modo, propõem que as “classes inferiores” imitam as “classes superiores”, refletindo seu desejo de ascensão social e que por sua vez produziriam um desejo nas “classes superiores” de se distinguirem das “classes inferiores”, alterando os padrões estilísticos das roupas, impulsionando um movimento perpétuo, uma das muitas engrenagens da Moda. Outros fatores de ordem ancestral e primitiva podem ser atribuídos à Moda:

As mudanças na Moda, [...] fazem parte de um sistema muito mais complexo, que pode remeter também à necessidade de mudanças como forma de negação da morte e de afirmação da vida. Sendo a mudança símbolo do que está vivo, neste contexto, seria uma maneira dos indivíduos afirmarem a força da vida sobre o temor da morte. (POLLINI, 2007, p. 19)

A natureza da Moda é a mudança, e acompanhar essa mudança é o que representa a própria Moda. Este conceito de mudança está impresso na Moda ocidental que prevê transformações periódicas nas linhas e nos estilos de vestimentas. A Moda possui um caráter efêmero com previsões de trocas de coleções de seis em seis meses; porém, esses movimentos cíclicos não são simples, pois:

Desde a segunda metade do século XIV, a Moda empreendeu um caminho complexo em sua relação com a sociedade. Paradoxal por natureza, a Moda pode assumir desde a máscara mais grosseira até a poesia mais subjetiva, e pode significar desde a luta de classes e o mesquinho acotovelamento cotidiano, como também pautar as

relações do ser humano com o infinito, na medida em que, com alguns metros de tecido, podemos sonhar que somos outros, mais belos, mais sedutores, mais inteligentes, mais realizados [...] (POLLINI, 2007, p. 86)

Só se pode pensar em Moda em tempos mais recentes, ainda que tenham encontrado agulhas feitas de marfim, datadas de cerca de 40.000 anos a.C. E mesmo tendo conhecimento de que foram encontrados teares que datam de 9.000 anos a.C. a Moda se desenvolve em decorrência dos processos históricos que se instauraram no final da idade média e continuaram a se desenvolver e atingir o século XIX, quando é possibilitada uma referência como acontece nos dias atuais.

O processo de mudança, que possibilita o nascimento do fenômeno Moda, pode ser datado no final da idade média e início da Renascença, por volta de 1.350 d.C. Sua gênese consiste em uma dinâmica ocidental que é operada especificamente no continente europeu, Pollini (2007). As roupas eram confeccionadas por artesãos e alguns possuíam muito prestígio como Rose Bertin.⁴¹ Porém, mesmo com prestígio, estes profissionais não poderiam atender pela denominação de estilistas, pois executavam os pedidos dos seus clientes sem a autonomia de efetuarem interferências significativas na construção dos modelos de vestuário. Os artesãos que realizavam a confecção das roupas dos cavaleiros eram denominados alfaiates e as artesãs que produziam as roupas femininas eram denominadas costureiras (*couturières*). (Pollini, 2007, p. 39).

A Alta Costura tem sua origem em Paris. A grande mudança empregada por este segmento produtivo consistia na investidura de autonomia a um profissional que produzia a roupa para seus clientes com base na sua própria concepção de elegância, sem a interferência significativa deste. Em 1858, o inglês Charles Frederick Worth, abriu sua *Maison*, o termo *couturier* (costureiro), era um neologismo da época, para designar o ofício desempenhado por Worth, a quem é creditada a criação da Alta Costura. No movimento operado por ele, o “artesão qualificado” passa a ser um profissional que incorporava as características de um artista, que possuía uma visão de mundo e que aspirava ser respeitado, adorado e seguido. Worth criava roupas para os novos ricos e pequenos burgueses, a Imperatriz Eugênia, mulher de Napoleão III, estava

⁴¹ Figura de destaque para a história da Moda era a *couturière* (costureira) de Maria Antonieta, rainha da França, a pessoa que fazia suas roupas. Algumas correntes historiográficas vão atribuir a ela o título de primeira estilista, atribuirei este título a Charles Frederick Worth conforme será observado.

entre as suas clientes e isso o beneficiou com o cargo de estilista Imperial (POLLINI, 2007 e PALOMINO, 2002).

A cliente para ser vestida por Worth deveria ser indicada por outra cliente já estabelecida, pois ele podia se dar ao luxo de recusar clientes, criando uma atmosfera de consumo que, para aquelas que conseguiam ser vestidas por ele, era um privilégio e isso abriu caminho para a consolidação da profissão *que dita e aconselha o que é elegante, apropriado, enfim, o que está na Moda* (POLLINI, 2007) (grifos meus).

É nesse contexto que se compreende a Moda como um campo excludente de identidades, que interdita, em particular, a identidade negra, pois está no imaginário, no inconsciente coletivo, no senso comum que: não estar como a modelo da passarela é estar fora de Moda, é ser deselegante, é ser inapropriado para frequentar determinados locais, sejam eles quais forem, enfim, é estar fora de Moda.

É creditada a Worth a definição de duas temporadas ao ano acompanhando as estações e propondo novidades a cada lançamento de coleção; ele estimula o desejo do consumo como uma das forças motriz da Moda. Existem planos de que haja somente uma temporada anual de lançamento de coleções, porém a Moda precisa dessas mudanças para sobreviver (PALOMINO, 2002, p.23).

O termo Alta Costura é protegido por Lei e utilizado para designar roupas produzidas na França, em *maisons* parisienses, mais especificamente, no chamado triângulo de ouro, formado pelas avenidas *Montaigne, Georges V e Champs Elysées* essas *maisons* são subordinadas a *Chambre Syndicale de la Haute Couture* (Câmara Sindical da Alta Costura). Os desfiles de inverno da Alta Costura acontecem em janeiro e os de verão em julho, ambos em Paris.

A passarela da Alta Costura de Paris é a principal normatizadora da Moda mundial. Ainda que não se invistam os mesmos recursos de outrora, seja pelo fato de sua decadência, devido à falta de clientela que possa investir o montante de capital necessário para aquisição desses itens de luxo ou pelo fato de desde a década de 1960 este conceito vem sendo modificado, pois

(...) A “ditadura da Moda” é um conceito que alcançou seu ápice nos anos 50 e lá se cristalizou. Dois grandes terremotos jovens, nos anos 60 e nos anos 90, desconstruíram essa ideia (...) **mas ela ainda não se dissipou do pensamento do cidadão ocidental médio** (...) Quem a critica (...) passa por cima das implicações sociológicas e mesmo psicológicas da Moda - coisas simples como sentir-se bem ao usar determinada roupa, ou sentir-se poderoso ou vulnerável vestindo

outra... Sem falar da expressão pessoal. (PALOMINO, 2002, p.18)
(grifos meus)

Alguns pré-requisitos da Câmara Sindical da Alta Costura Parisiense são complexos em termos operacionais, tais como o número de empregados do Ateliê, a excelência na qualidade do artesanato, a nobreza dos materiais e a mão de obra especializada, precisa executar técnicas complexas e específicas de construção e modelagem, onde um só vestido pode exigir até 150 horas de trabalho com manufatura superespecializada. Algumas *maisons* mantêm um profissional que cuida somente dos botões, outra que trabalha apenas no volume da saia. O ateliê pode ser dividido em *flour*, de onde vêm os vestidos, e *tailleur*, de onde vêm os mantôs e *blazers*. Cada ponto a mão é feito por uma assistente treinada dentro de um sistema hierárquico. Após anos de aprendizado, ela poderá tornar-se a *première* do ateliê, a profissional mais importante depois do estilista. Em 2002, estimava-se que o número de compradores de alta costura no mundo não ultrapassasse 500 (indicativo do declínio, visto que em 1980 eram 2000) (PALOMINO, 2002, p. 25).

Depois da crise de 1929 os EUA passaram a cobrar um imposto de 90% sobre as roupas importadas da França, neste período só era permitido importar para o país telas e moldes. Os modelos eram simplificados e fabricados com tecidos menos nobres do que os utilizados pela Alta Costura parisiense e recebiam graduações, ou seja, variavam de tamanhos (PP, P, M, G e GG, bem como o 36, 38, 40, 42, 44, 46). Trata-se de roupas prontas em tamanhos convencionados que é possível encontrar ainda hoje nas lojas de vestuários. Com os avanços dos materiais sintéticos os custos foram reduzidos. A Europa se reergueu após a Segunda Grande Guerra Mundial, porém o eixo de poder havia se deslocado para o continente Norte Americano e em 1948 os empresários Jean-Claude Weil e Albert Lempereur produziram o neologismo *Prêt-à-Porter*, ou, para os americanos, o *ready-to-wear* que sendo traduzido para o português significa “pronto para vestir” com isso os Estados Unidos desenvolveram uma sólida indústria de *Prêt-à-Porter* e uma tradição em roupas esportivas.

Nos anos 1950 cerca de 5.600 pessoas trabalhavam em Paris nos ateliês de Alta Costura; essa foi a última década de reinado absoluto dessa estética, pois na década seguinte a cultura de massa e as transformações urbanas proporcionaram um ambiente propício para o segmento de roupas informais. Com isso, o mercado de roupas foi

dominado pelo Pronto Para Vestir que representa a maior parte do lucro dos grandes conglomerados de Moda juntamente com os perfumes e licenciamentos em geral. Foi em meados do século XX, com a globalização, que a Moda passa por grandes transformações saindo do domínio das Classes Superiores, se tornando possível dentro de camadas sociais de menor poder aquisitivo. Nos dias atuais é muito comum os vestidos caros, de grifes famosas receberem versões mais acessíveis, em termos financeiros. A autora Erika Palomino (2002) credita a dois estilistas: Yves Saint Laurent e a Pierre Cardin, serem os primeiros a fazer este movimento em direção a um público consumidor mais abrangente, distribuindo suas roupas para venda na *Printemps*, uma loja de departamento parisiense.

Os desfiles internacionais do *Prêt-à-Porter* acontecem duas vezes ao ano como os de Alta Costura, mas com as suas próprias particularidades, tanto nos países do Norte quanto nos do Sul. Os desfiles para o verão europeu ocorrem em setembro e outubro, e os de inverno em fevereiro e março. Essas roupas chegam às lojas em um espaço de tempo de 6 a 7 meses e no Brasil os eventos de lançamento de coleções possuem menos tempo para atingir o mercado consumidor do varejo. Os compradores vêm de todas as partes do mundo para a aquisição dessas novidades. (PALOMINO, 2002, p.27 a 29).

Em tese, as tendências são o denominador comum da Moda. Elas estão na ponta inicial da cadeia Têxtil, nas empresas que desenvolvem as fibras e as fiações. (Palomino, 2002, p.36) Pesquisadores e analistas dos birôs de estilo vêm quais cores e materiais vão estar mais disponíveis na natureza e no mercado, com uma antecedência que chega a dois anos para os fios e as cores, um ano e meio antes para os tecidos e um ano para as formas. (Os birôs, abasileiramento de bureaux, apareceram na França durante os anos 60, junto com a industrialização trazida pelo prêt-à-porter, e há quem garanta que essa profissionalização deu aos franceses a liderança na Moda internacional) (PALOMINO, 2002, p.36 e 37).

O que devemos esperar de tendências oriundas de um continente que produziu as linhas abissais que dividem o mundo em oriente e ocidente, em norte e sul, em brancos e os outros. Quando recebemos ou pesquisamos essas informações, podemos estar produzindo uma consolidação de movimentos opressores, pois

De posse dessas informações, os pesquisadores se reúnem e elegem temas. Agem igualmente como consultores de estilo, orientando desde os grandes fabricantes até os confeccionistas, fazendo também suas apostas. Assim, quanto mais informado e influente for o birô, menos probabilidade terá seu contratante de perder dinheiro. [...] Ao tentar incluir uma tendência em seu desfile, o estilista procura tornar seu

trabalho mais comercial, mais compreensível. Quer ser entendido e, no raciocínio dele, vender mais (PALOMINO, 2002, p.36, 37 e 38).

Essas informações que chegam às confecções são emanadas de locais que foram influenciados pelas imagens geradas nos desfiles de Moda, logo, locais que não constroem a beleza negra na proporção ideal. É nessa perspectiva que acredito que a Moda se aproxima das discussões de classe, pois investimentos financeiros exigem retorno na forma de lucro, porém, quanto custa socialmente a invisibilização da parcela majoritária da população brasileira?

(...) O mundo se divide entre aqueles que querem obedecer à Moda, comprando as chamadas peças da estação e os que fazem questão de ter estilo e atitude. O mais gostoso é acompanhar a Moda e interpretá-la adaptando-a à nossa vida, ao nosso corpo, ao nosso bolso (PALOMINO, 2002, p.38).

Nesse contexto acredito que este campo está em disputa pelo movimento negro, que caminha principalmente as margens dessas arenas que constroem essas normatizações de beleza, questionando o que vem sendo produzido, propondo novas direções, novos cabelos, novos corpos e criando um grande movimento de ressignificação desses códigos, gerando uma onda.

(...) Menos fugazes que as tendências são as ondas (waves, em inglês), que caracterizam vontades mais abrangentes de Moda, como, por exemplo, o interesse do consumidor por roupas de materiais naturais. As ondas dão conta de tendências que não vão embora de uma estação para a outra. (PALOMINO, 2002, p.38 e 39)

Consolidar a Moda baseada na população negra como uma onda que não irá passar nas próximas estações. Nesse sentido trazer para discussão em sala de aula referências para desenhar e para informar de top models como a sul-sudanesa, Alek Wek. Enfatizando para turma que ela é membro do *U.S. Committee for Refugees' Advisory Council*, conselho que tem por finalidade chamar atenção para a situação crítica no Sudão e a situação difícil dos refugiados em todo o mundo. Que ela é formada pela *London College of Fashion* e que ela publicou um Livro autobiográfico que ela escreveu, para que os alunos possam perceber outras possibilidades e outras necessidades no horizonte, normalmente curto das salas de aula de cidades do interior do Brasil.

Não é de hoje que o Brasil elege o continente Europeu como seu principal referencial cultural e em especial a França e a Inglaterra como o espelho ocidental a

refletir as “boas” maneiras e os “bons” costumes que devemos ter, pois

Na época do Império, os cariocas andavam nas ruas como se estivessem em Londres, o que significava usar sobrecasaca e cartola pretas. Para as mulheres, a influência era 100% francesa, e até mesmo as crianças chamavam suas mães de *maman*. Uma mulher elegante da época devia ter tudo importado de Paris, e tudo que não fosse francês deixava de ser imediatamente reconhecido como *chic*. (Palomino, 2002, p.73) Durante o século XIX, foi igualmente muito comum a importação de bonecas francesas - louras e róseas, o que colaborou para criar uma associação da ideia de beleza feminina com esse tipo de mulher, fazendo com que, já naquela época, muitas mulheres pintassem seus cabelos de louro ou os oxigenassem. (Palomino, 2002, p.73) (...) De toda forma, até os anos 30, São Paulo e Rio ainda refletiam muita influência da cultura francesa. Paulistanos e paulistanas ricos tinham médicos e dentistas em Paris, para onde também iam frequentar o teatro, comprar roupas e estudar. Mesmo modernistas como - Oswald de Andrade, por exemplo - viviam parte do ano em Paris (PALOMINO, 2002, p.74).

Na década de 1940, devido a Segunda Guerra Mundial e a disseminação maciça do *American way of life* por meio da indústria cinematográfica de Hollywood, os Estados Unidos da América passam a influenciar o pensamento cultural Global e a Moda brasileira em particular.

E os anos 1950 foram o auge da ditadura da Alta-costura francesa com o New Look de Dior e o Brasil o absorveu com adaptações por conta do calor dos trópicos. O New Look carioca, por exemplo, era mais leve, com fustão da tecelagem Nova América e cetim de algodão da Bangu. Tudo no Brasil que se relacionava à Moda girava em torno dos tecidos. Era muito comum as lojas de tecidos contratar profissionais para desenharem os modelos para serem confeccionados pelas clientes que adquiriam os tecidos orientadas pelas costureiras de bairros e lojas finas como a Casa Canadá, modistas como Dener Pamplona de Abreu que segundo Palomino, foi o primeiro brasileiro a ter uma grife com seu nome abrindo caminho para uma geração em que se incluíam Clodovil, Guilherme Guimarães, Ugo Castellana, José Nunes, José Reinaldo e Ronaldo Esper (PALOMINO, 2002, p.75).

Nos anos 1960, a indústria francesa Rhodia produziu uma série de campanhas no Brasil para promover-se. Os desfiles-shows eram apresentados no pavilhão do parque Ibirapuera, na Feira Nacional da Indústria e Comércio (Fenit) – reunindo tecelagens, fiações, materiais e maquinário – um momento singular no desenvolvimento da Moda

no país, pois formaram profissionais, desenvolveram talentos e apresentaram soluções, começava-se a falar de um design brasileiro. (PALOMINO, 2002, p.76 e POLLINI, 2007, p. 72)

A Fenit revelou o jovem estilista Dener Pamplona de Abreu, que iniciou o seu aprendizado na Casa Canadá. Foi o primeiro brasileiro a ter grife com seu nome e abriu caminho para uma geração em que se incluíam Clodovil, Guilherme Guimarães, Ugo Castellana, José Nunes, José Reinaldo e Ronaldo Esper. (PALOMINO, 2002, p.77)

A Fenit proporcionou a vinda ao Brasil dos primeiros nomes internacionais, como Guy Laroche, Ted Lapidus, Pierre Cardin e Courrèges, que em 1961 desfilou a primeira minissaia em território nacional. Os megadesfiles da Rhodia durariam até 1970, quando aconteceu o último, o Build-Up Electronic Show (PALOMINO, 2002, p.77).

Nos anos 1960 foi o início do prêt-à-porter nacional. No Rio de Janeiro o grupo Moda-Rio, composto pelos integrantes Marco Rica, Beth Brício, Teresa Gureg com as modelos Betty Lago, Veluma, Monique Evans e Ísis de Oliveira desfilavam no *Golden Room* do Copacabana Palace (PALOMINO, 2002, p.79).

Nos anos 1980 os novos estilistas se organizavam em coletivos para apresentar seus trabalhos como a *Cooperativa de Moda*, o Grupo São Paulo e o Grupo Mineiro de Moda, que se organizavam na tentativa de realizar seus desfiles numa mesma data (POLLINI, 2007).

A década de 1990 marcou uma mudança vital para Moda brasileira devido aos grandes eventos inseridos no calendário nacional tais como o *Phytoervas Fashion* em 1994 seguido pelo *Morumbi Fashion Brasil* em 1996, que se transformou na *São Paulo Fashion Week* (SPFW). Idealizada e empreendida por Paulo Borges (...) *Semana Leslie de Estilo* em 1992, comandada por Eloyisa Simão, se transformando posteriormente em *Semana Barrashopping de Estilo* e finalmente em *Fashion Rio*. Estas semanas de Moda tornaram-se importantes canais para apresentação de trabalhos de estilistas já estabelecidos assim como o lançamento de novos talentos. Além disso provocaram o movimento pela profissionalização e alavancaram a Moda brasileira colocando-a em condições de competição pelo mercado mundial (POLLINI, 2007, p. 82).

É na década de 1980 que o campo de Moda começa a se consolidar na área acadêmica concomitantemente com a expansão comercial da indústria da Moda brasileira. Sistematizar a profissionalização dos envolvidos no processo nos leva a

discussões como trazida por esse trabalho, pois

(...) Pense no jeito que as pessoas se vestiam nos anos 70 e depois nos 80 e tente, ainda, achar um denominador para o que as pessoas usavam na década de 90. (...) Ao acompanhar/ retratar/ simbolizar essas transformações, a Moda serve como reflexo das sociedades à volta. É possível entender um grupo, um país, o mundo naquele período pela Moda então praticada. (PALOMINO, 2002, p.14)

No meado do século passado era impossível definir tendências locais, não que elas não existissem, mas as tendências tidas com “oficiais” eram oriundas das passarelas de Paris. Este movimento que tentava organizar o mercado de Moda no Brasil não se apresentava eficaz, como ainda não se apresenta, pois as estações do ano são invertidas para os hemisférios sul e norte, logo, o que desfila para o inverno europeu precisava ser adaptado para o verão brasileiro.

Era necessário refletir sobre como se davam esses processos e criar uma sistematização dentro das salas de aula. Nessa busca os desfiles das semanas de Moda são materiais primordiais para o ensino de Moda. Logo, lidamos (enquanto docentes) com um material extremamente racista, devido ao fato de se estar imerso em uma sociedade (latino-americana e especial brasileira) em que a construção social do conceito raça é estrutural e estruturante (GOMES, 2012, p. 727).

A partir das questões identitárias apontadas anteriormente, qual o papel da Lei 10.639/2003 nessas questões, no sentido de inferência dessas perspectivas no currículo e na prática dos Cursos de Moda? Ela pode ser eficaz na produção desses objetivos?

7- O Ensino de Moda e suas Práticas.

E o ensino de Moda no Brasil? E o ensino técnico de Moda no Brasil? Como inserir a diversidade no ensino de Moda? No momento presente leciono no Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio, no IFSULDEMINAS, Campus Passos, uma das duas Instituições Federais que oferecem cursos na área da Moda no Estado de Minas Gerais. Curso este cuja primeira turma colou grau no ano de 2017, e cujos três estudantes egressos estão, atualmente (2018), cursando o primeiro semestre do Curso Superior em Tecnologia em Design de Moda no qual também atuo como docente.

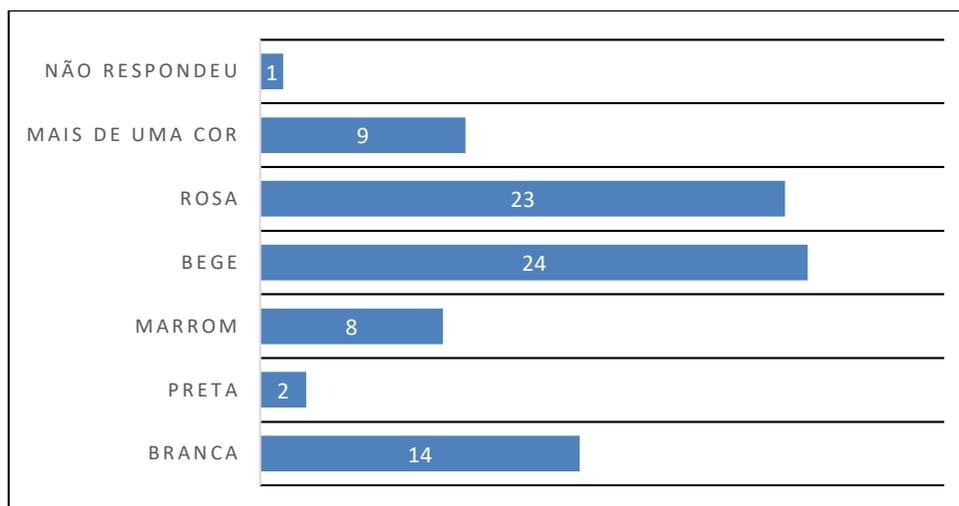
Nos anos em que lecionei na Universidade Cândido Mendes – UCAM, de 2003 a 2013, na maior parte das vezes, nas disciplinas de desenho ou desenvolvimento de coleção, os estudantes coloriam os seus croquis com a “cor da pele”⁴² da população da raça dominante, o rosa e seus tons e, em algumas ocasiões deixavam o branco do papel para representar a “cor da pele”; sendo que no momento da apresentação dos *looks*⁴³ confeccionados pelos mesmos, as modelos escolhidas tinham a “cor da pele” negra. Quando questionados diante das bancas de TCCs, eles afirmavam que desde o momento em que o tema central era proposto, eles vislumbravam a possibilidade de ter uma modelo negra para vestir suas roupas, mas não sabiam que podiam pintar a “cor da pele” do croqui de marrom e muito menos de preto.

Um dos questionamentos que acreditava ser necessário para a compreensão da construção da identidade negra no Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS, Campus Passos, era justamente aferir se os estudantes dessa instituição teriam o mesmo comportamento com relação as ilustrações de Moda. Para tal, foi elaborada uma questão sobre a “cor da pele” que coloriam nas ilustrações ou croquis produzidos no curso de Produção de Moda.

⁴²Nome inferido a um lápis de tonalidade rósea no conjunto de lápis da maioria das empresas fabricantes desse utensílio escolar.

⁴³Termo utilizado no segmento Moda para designar uma forma de se vestir por completo (calça, blusa, casaco, tênis, acessórios e as suas múltiplas possibilidades).

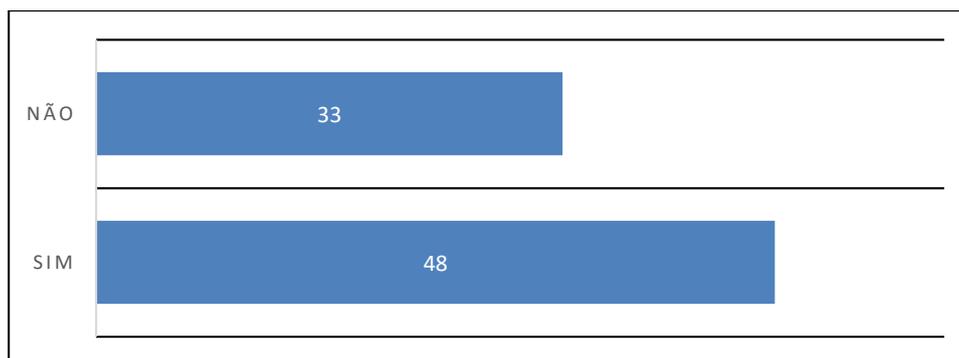
Gráfico 7 - Cor do desenho de Moda.



Conforme o gráfico 28,4% das estudantes entrevistadas responderam fazer uso do lápis de cor rosa para colorir seus croquis, 29,6 % da cor bege e 17,3% deixam o branco do papel como o tom da pele a ser representado; 11,2% responderam utilizar mais de uma cor. Em tese, o rosa, o bege, o branco e as cores mistas (que possuem predominância de cores claras e tons róseos) constituem uma paleta de cores de pele branca e 86,5% das estudantes utilizam esta paleta; ou seja, a representação do ser humano com tonalidade de pele branca. Quando somadas, as cores preta e marrom representam 12,3%. Quando perguntados sobre o seu pertencimento racial, os(as) estudantes negros(as) somam 24,7%. Estes resultados confrontados com a preferência de coloração dos desenhos de Moda (croquis) suscitaram novos questionamentos, pois nem mesmo os(as) estudantes negros(as) têm seu próprio tom de pele como referência para colorir seus croquis. Das duas alunas que indicaram que colorem os croquis de preto, uma respondeu pertencer à raça parda e a outra à raça negra; e das oito alunas que indicaram colorir os seus croquis de marrom, duas possuem o pertencimento pardo e seis se assumem negras. Somente os alunos negros e pardos deveriam representar os croquis com tons marronzados? Ou seria papel dos docentes condicionar os alunos a atividades que desenvolvam a capacidade de representação gráfica (croquis) de negros e negras como exercício obrigatório, considerando os percentuais de pertencimento racial da população brasileira?

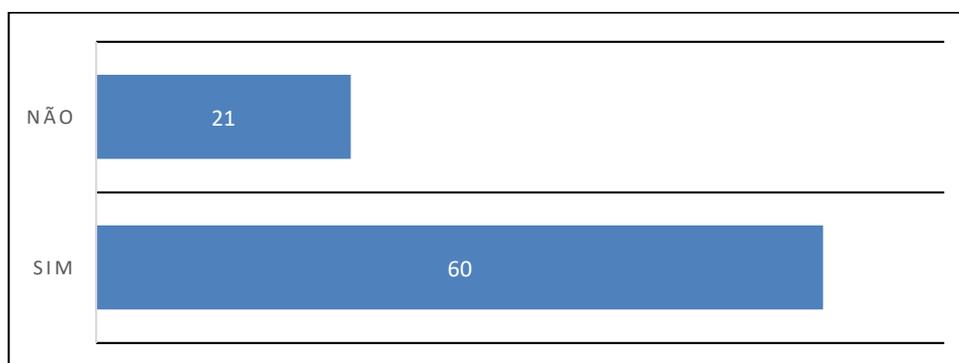
Nessa direção foi questionado as estudantes se aprenderam a representar o ser humano com o fenótipo negro nas aulas de Ilustração de Moda.

Gráfico 8 – O ensino da representação gráfica do fenótipo negro.



Mais da metade das alunas indicaram que aprenderam esta técnica. Também questionei se durante as aulas de ilustrações de Moda, elas aprenderam a representar o cabelo crespo, pertencente ao fenótipo negro.

Gráfico 09 – O ensino da representação gráfica do cabelo crespo.



Os resultados de tal pesquisa foram posteriormente compartilhados com a professora de desenho, que por sua vez foi questionada a respeito, ou seja, se a mesma tinha a percepção de que 48 das 81 estudantes questionadas identificavam o ensino do fenótipo negro em suas aulas e que 60 alunas indicaram ter aprendido a representar o cabelo crespo nas aulas de Ilustração de Moda. Esta relatou que foi questionada por uma das alunas no início do ano letivo de 2017, se iria ensinar a pintar o tom de pele marrom, semelhante ao tom da pele da própria aluna que a questionava; a professora, por sua vez, informou que não há na bibliografia da disciplina livros que sirvam de referência ou que possam dar o suporte necessário para tal intento. Afirmou que teve que aprender com tutoriais da internet sobre como produzir esta representação, visto que assim como muitos colegas de profissão, não havia aprendido durante a sua trajetória acadêmica como desenvolver tais representações. Finalmente, a professora atribuiu a

presença desses corpos de alunas negras dentro de sala de aula, como os motivadores para criar novos recursos para as suas aulas.

Fica aqui expresso que as políticas de cotas proporcionaram a essas alunas negras a presença nessas salas de aulas e impulsionaram uma mudança das nossas práticas de ensino, ainda que lenta e desordenada.

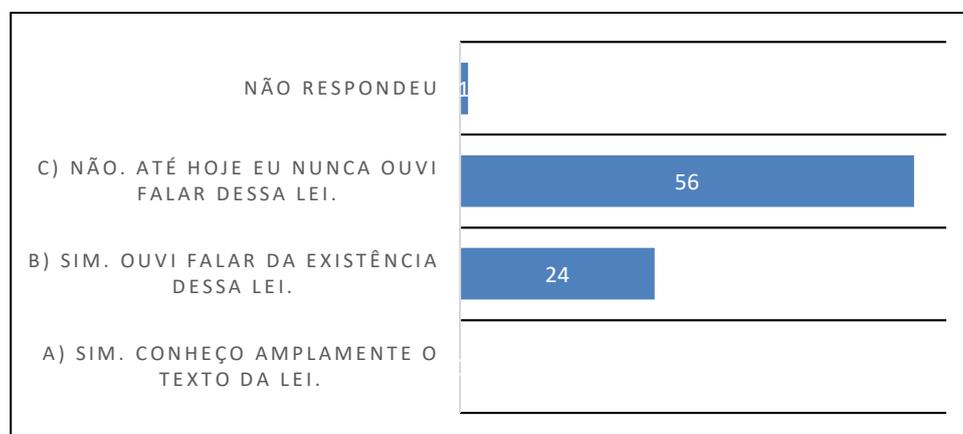
Esses estímulos devem construir uma valorização e equidade da identidade negra em relação à identidade branca e se possível que os alunos tragam do Ensino Médio essas perspectivas para dentro da sala de aula dos Cursos Superiores, para serem desenvolvidas durante seus trajetos acadêmicos; que sejam capazes de perceber e reivindicar a emergência da construção desses novos horizontes de equidade étnico-racial. Neste trabalho atuou-se nas perspectivas do campo da Moda no recorte desse fenômeno social, construído pelo segmento do vestuário.

Uma modificação possível e imediata é a mudança da matriz curricular do curso, com a inserção de disciplinas voltadas para o ensino das relações étnico-raciais e outras voltadas para as representações da figura negra, com todas as suas belezas e particularidades, tais como formas, proporções, cabelos, penteados, maquiagens, acessórios, coordenação de cores, dentre outros.

Quando se pensa em pele negra é necessária uma atenção toda especial, pois os saberes nesse campo ainda são dispersos e escassos. Uma das hipóteses para essa interdição acadêmica se dá a partir do falso paradigma de que esse público não representa uma parcela de consumo substancial. Diga-se de passagem que essa é uma falsa premissa. Ou a falta de perspectiva para os atuais professores da área, que na sua maioria brancos e oriundos de cursos compostos majoritariamente de corpo docente e corpo discente de brancos, não foram apresentados a essas perspectivas, visto que no tempo de sua formação não contemplaram os aspectos da Lei 10.639/2003 em vigor. Ou seja, aqueles profissionais ou docentes da área que concluíram suas respectivas graduações antes da implementação da referida Lei, sentirão essa dificuldade. Isso vem se alterando paulatinamente no cenário educacional e empresarial, uma vez que nichos específicos vêm se formando para atender a esta fatia de mercado que, desde a promulgação da referida Lei, vêm demonstrando ou exercendo poder de consumo e ascensão social através da educação, como previa o movimento negro há mais de um século.

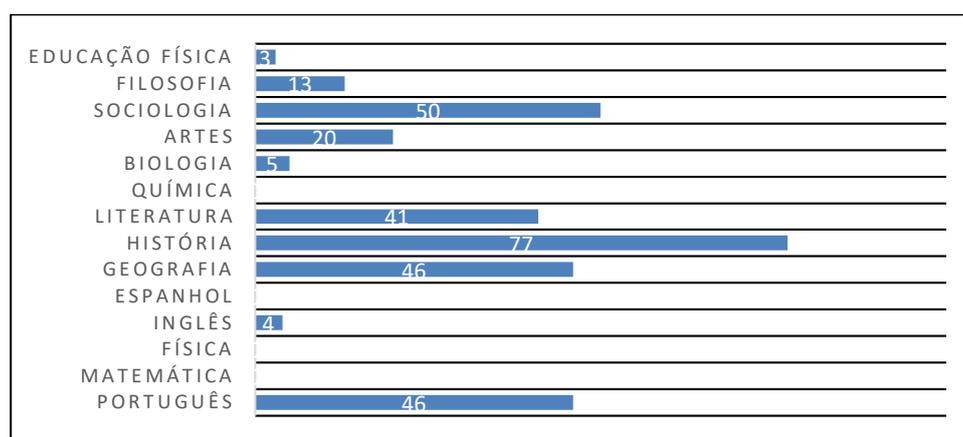
Em uma das perguntas da investigação busquei aferir o conhecimento das estudantes em relação à Lei 10.639/2003. Para tanto, foi colocado o texto da Lei no questionário, acreditando-se que a divulgação desse impositivo legal provoca um despertar de reivindicações pertinentes aos objetivos almejados. O gráfico a seguir confirmou que 69% das estudantes nunca haviam ouvido falar da Lei:

Gráfico 11 – Você conhece a Lei 10.639/2003?



Após o texto da Lei os alunos eram solicitados a indicar em quais disciplinas, durante o tempo em que cursaram/cursam, foi abordada a temática da cultura e história negra/afrodescendente de forma positiva, conforme previsto na Lei 10.639/2003.

Gráfico 12 – Propedeutica.



Separei as disciplinas comuns (propedêuticas) das disciplinas técnicas, devido principalmente ao foco do trabalho que está relacionado com a área técnica, bem como o tempo de estudo e conjunto das disciplinas técnicas contidas em cada ano cursado, visto que as disciplinas técnicas de 1ª série receberam 81 respostas, as disciplinas

técnicas de 2ª série receberam 59 respostas e as disciplinas técnicas de 3ª série 22 respostas.

Gráfico 13 – Área técnica 1ª série

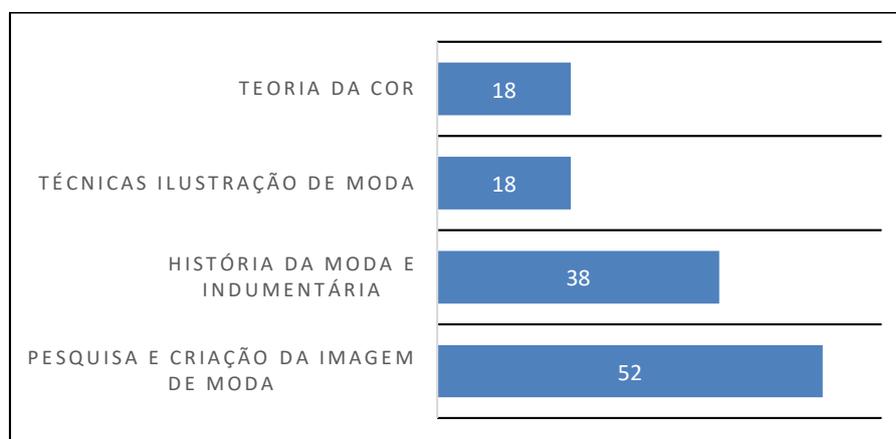


Gráfico 14 – Área técnica 2ª série

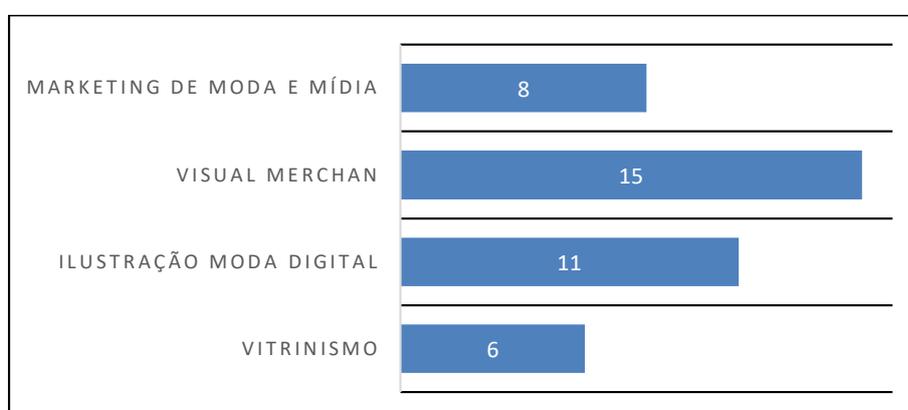
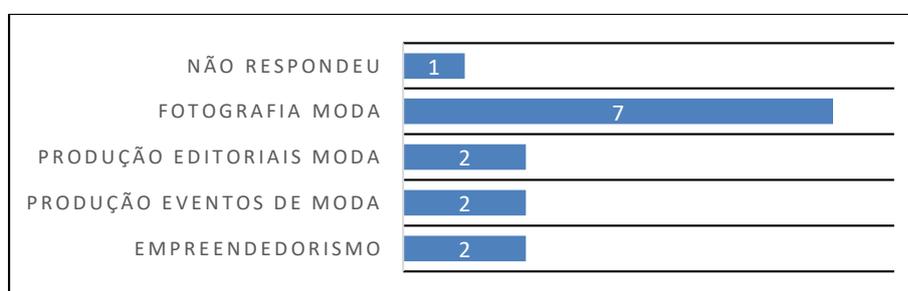
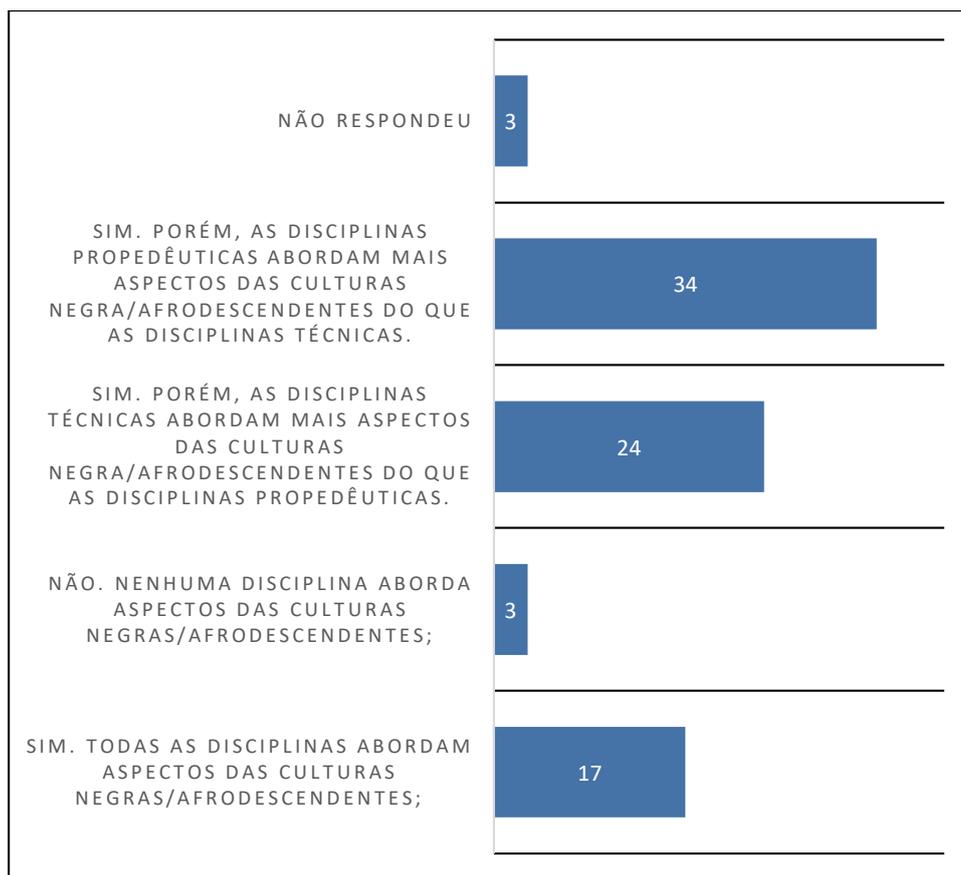


Gráfico 15 – Área técnica 3ª série



A questão número nove do questionário perguntava se as estudantes consideravam que a cultura negra/afrodescendente é bem representada nas disciplinas do curso em que estão matriculadas no IFSULDEMINAS – Campus Passos.

Gráfico 16 – Aplicação da Lei 10.639/2003 nas disciplinas do curso.



Como expresso no gráfico, cerca de 92% das alunas entrevistadas consideraram que a cultura afro-brasileira é bem representada no curso em que estão matriculadas, sendo que 42% desse total acredita que esses aspectos são trabalhados de forma mais eficiente nas disciplinas propedêuticas, 29% acredita que a área técnica trabalha de forma mais eficiente e 20% acredita que todas as disciplinas abordam aspectos da cultura afrodescendente.

É possível que disciplinas como história, geografia e sociologia trabalhem de forma mais ampla aspectos relacionados às relações étnico-raciais, bem como de que maneira se dão as construções das identidades nos ambientes sociais e culturais contemporâneos. Por outro lado, a construção dos conteúdos da área técnica de Moda, principalmente com o foco no vestuário, apresenta uma dificuldade muito grande em separar estas construções racistas da prática do mercado, que se dá devido à disseminação de tendências da Moda e de sua gênese ser francesa, por um país colonizador, que é creditado a este país, por Frantz Fanon, a invenção do negro:

A inferiorização é o correlato nativo da superiorização européia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado.

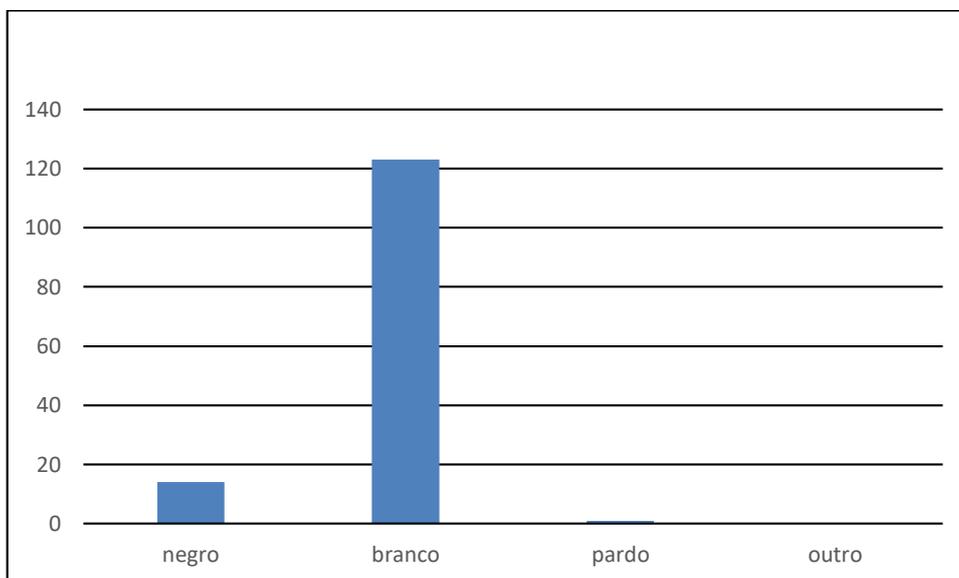
Com essa conclusão, aproximamo-nos de Sartre: “O judeu é um homem que os outros homens consideram judeu: eis a verdade simples de onde se deve partir... É o anti-semita que faz o judeu”. [...] Aqui ainda encontramos o mesmo malentendido. É evidente que o malgaxe pode perfeitamente suportar não ser branco. Um malgaxe é um malgaxe; ou melhor, um malgaxe não é um malgaxe: existe absolutamente uma “malgaxice”. Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008, p.90 e 94).

O segmento Moda lida com uma tentativa de normatização do que seria o belo e o bem vestir. Como nos informa Carol Garcia, Treptow (2003, p. 29) a tendência disseminada nas semanas de Moda orientam as produções iconográficas de revistas, de novelas, de filmes, de peças de teatro dentre outras e retornam influenciando a passarela das semanas de Moda em um movimento cíclico e relativamente fechado.

Normalizar e construir para sociedade as regras de bem vestir, sobre corpos brancos, majoritariamente brancos possibilita dizer, que ao se retirar o corpo da(o) modelo negra(o) da passarela é escrever no *habitus* social uma mensagem de que o negro não está na Moda, não pode ser um padrão de beleza; sendo os que figuram nas passarelas pequenas exceções, permissões. Para corroborar essas graves afirmações, apresento uma análise dos desfiles de Moda da principal semana de lançamento de tendências da América Latina a *São Paulo Fashion Week*. Esta semana é importante para esse trabalho por ser a principal ferramenta didática em sala de aula, bem como as semanas de Moda das principais capitais mundiais: Paris, Milão, Londres, Nova Iorque e Tóquio. Na *São Paulo Fashion Week* se perpetuaram as análises feitas outrora por pesquisas que indicam a existência do racismo. Porém o que chama a atenção é que naquela arena de poder existe uma falsa percepção de que o racismo é permitido, de que aquelas pessoas que ditam/lançam Moda podem definir o que é beleza e retirar ou colocar algum tom de pele em evidência de uma estação para outra. Na edição Verão 2016 RTW, realizada no período de 13 a 17 de abril de 2015, desfilaram 38 grifes, com

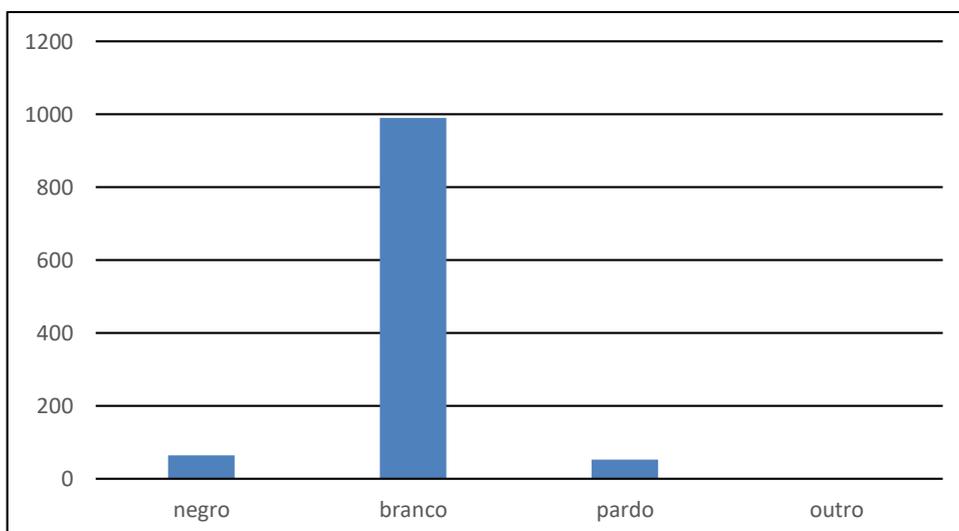
um total de 1245 entradas de modelos nas passarelas, entre homens e mulheres. Os modelos masculinos formaram um contingente de 14 negros, 1 pardo e 123 brancos como apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 17 – Modelos masculinos.



Entre as modelos femininas, registrou-se um contingente de 64 negras, 53 pardas e 990 brancas, conforme apresentado a seguir:

Gráfico 18 – Modelos femininas.



Esta edição contou com a presença de somente 1 (um) estilista negro de um total de 49 estilistas, entre homens e mulheres. Acredito que com isso é criado um imaginário social de que para estar na Moda deve-se estar branco, que ser branco é ser “normal”.

"O Brasil é um País extremamente racista". Esta afirmação foi proferida por Evandro Fióti, irmão do *rapper* Emicida e um dos fundadores da Laboratório Fantasma⁴⁴. Esta afirmação reverbera na voz de quem pertence ao grupo que sofre as ações do preconceito e do racismo. A edição de número 42 da SPFW marca a estreia da LAB, marca de roupa dos irmãos e artistas Emicida e Evandro Fiotti, com direção criativa do estilista João Pimenta⁴⁵. A marca pode ser considerada uma resposta a algumas necessidades pleiteadas pelo movimento negro, principalmente no que se refere à representatividade positiva dessa parcela da população. A marca trouxe para a passarela modelos *plus size*, cabelos *black power* e um homem com vitiligo que davam o tom da diversidade pregada pelos rappers⁴⁶.



⁴⁴Laboratório Fantasma se intitula um coletivo de amantes de arte urbana, fãs de hip hop. Fundada em 2008, com sede em São Paulo capital é também uma gravadora musical brasileira. Disponível on-line em <<https://www.laboratoriofantasma.com/quem-somos.html>> acessado em 23 de agosto de 2017.

⁴⁵Disponível on-line em <<http://ffw.uol.com.br/spfw/n42/>> acessado em 23 de agosto de 2017.

⁴⁶Disponível on-line em <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/ desfile-de-emicidadesfile-de-emicida-no-spfw-rompe-com-padres-da-Moda/>> acessado em 23 de agosto de 2017.



Figura 18 – Imagens do desfile da LAB

Fonte: Revista EXAME (2018)⁴⁷

Ter uma passarela com predominância negra é de fundamental importância para as inflexões necessárias no campo da Moda. Em entrevista Evandro Fióti diz:

A gente flerta muito com o negócio da transformação: a nossa transformação como indivíduo, a transformação através da música, da arte e da Moda possibilitou que a gente chegasse até aqui. Acho que quando se fala em transformação tem que tocar em questões que são essenciais para a sociedade poder evoluir. A gente sabe que o Brasil infelizmente é um País extremamente racista e a nossa marca carrega uma representatividade muito grande para o público e eles querem ver isso na passarela. É significativo, para a gente, pisar na São Paulo Fashion Week, mas é mais significativo se trouxermos com a gente os valores que nos trouxeram até aqui. A escolha do *casting* não vem desprivilegiar uma etnia ou outra, mas vem mostrar um Brasil do qual a gente faz parte.⁴⁸

Cuti (2010,p.34) informa que na literatura, por razões fundamentadas em teorias racistas, a eliminação da personagem negra passa a ser um velado código de princípios. Ou a personagem morre ou sua descendência clareia. É possível que todos os sistemas de traduções, sigam esta premissa como padrão, pois não mostrar uma modelo negra é

⁴⁷Disponível em < <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/desfile-de-emiciddesfile-de-emicida-no-spfw-rompe-com-padres-da-Moda/>> acessado em 23 de agosto de 2017.

⁴⁸Disponível em < <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/desfile-de-emiciddesfile-de-emicida-no-spfw-rompe-com-padres-da-Moda/>> acessado em 23 de agosto de 2017.

apagar uma realidade, não estar na passarela é afirmar que não existe modelos negras e negros; ter Gisele Bündchen como padrão de beleza brasileiro me faz pensar que existe, no momento uma nova tentativa de branquear a população deste país.

Outra reflexão trazida por Cuti (2010,p.37) é que [...] “o silenciamento da identidade negra perpassou os séculos e atingiu o século XXI de várias formas; uma delas é apresentar negros como detalhes de uma suposta generalidade branca.” Esta afirmação adquire força e veracidade nas declarações da estilista Glória Coelho, em entrevista para o Caderno Cotidiano, do jornal Folha de São Paulo, no domingo, dia 12 de Abril de 2009; intitulada “Estilista Glória Coelho dá declaração racista”. Ela afirma que na Fashion Week já tem muito negro costurando, fazendo modelagem, muitos com mãos de ouro, fazendo coisas lindas, tem negros assistentes, vendedoras, por que teriam de estar na passarela?”⁴⁹ Nessa declaração fica evidenciada mais uma vez a subalternização das possibilidades da população negra no Brasil.

Como mudar este quadro? De que forma um docente de Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio deve conduzir a formação de adolescentes negros e negras? E quanto principalmente à formação de alunos brancos? Como construir essas práticas em um curso de matriz eurocêntrica?

Em 2011, a Educafro (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes) protestou em frente ao prédio onde acontece a São Paulo Fashion Week, por cotas maiores de modelos negras nas passarelas, o que resultou em uma reclamação contra a SPFW no Ministério Público, obrigando a semana de Moda a se comprometer a ter, sempre, pelo menos 10% de modelos negras nas passarelas.⁵⁰

Esta reclamação resultou em um inquérito civil, junto ao Ministério Público, para investigar a eventual prática de racismo nos desfiles da SPFW. A apuração cita como ponto de partida os levantamentos publicados pelo jornal Folha de São Paulo que revelava que em dois dias de evento desfilaram 344 modelos, dos quais oito eram negros – uma porcentagem de 2,3% do total de modelos. Essa proporção de negros durante todo evento se mantém, nos 40 desfiles ocorridos; na edição em questão, a reportagem aponta que só 28 dos 1.128 modelos eram negros, uma porcentagem de

⁴⁹Disponível on-line em <<https://midiaIndependente.org/pt/red/2009/04/444623.shtml>> acessado em 23 de agosto de 2017.

⁵⁰Disponível on-line em <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/ronaldo-fraga-deve-pedir-desculpas-diz-diretor-de-movimento-negro/>> Acessado em 23 de agosto de 2017.

2,5% do total de modelos⁵¹.

Na mesma matéria on-line o *stylist*⁵² Sandro Barros, afirma que alguns temas e temporadas não combinam com modelos negras. "É mais fácil ver negros nos desfiles de verão. Porque alguns temas não combinam com modelos negros". Pergunto-me se todos os temas combinam com modelos brancos? Já para o estilista Renato Kherlakian, da marca de roupa Zoomp, "a desproporção entre modelos negros e brancos nas passarelas é resultado da 'falta de boa vontade' e afirma que a falta de modelos negros nas passarelas só prova que o mercado de Moda não evoluiu". Já o estilista Dudu Bertholini, das grifes Neon e Cori, tenta se evadir da polêmica confirmando e justificando a ausência de modelos negras em seu desfile devido ao fato de que suas modelos favoritas estavam fora do Brasil e que pior do que não colocar modelos negros na passarela é colocar só para dizer que não é preconceituoso. Este estilista, que parte em defesa das práticas racistas instauradas, que normatizam a beleza como sendo europeia, "não consegue perceber" em seu discurso que, a maior violência nessa situação é o desaparecimento desses corpos nessa arena de poder. O padrão de beleza da mulher brasileira é representado pela *top model* Gisele Bündchen⁵³. Esta afirmação é no mínimo uma contradição, pois, em um país que, segundo o IBGE⁵⁴, em 2014, os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira, representando 53,6% da população contra os 45,5% de brasileiros que se declaravam brancos, é pertinente que nos perguntemos: Como um fenótipo europeu pode atender a nossa realidade? A *top model* em questão carrega os signos da raça branca, logo, este fenótipo corresponde a menos da metade da população brasileira. Esse é um marcador para os criadores de Moda que traduzem as tendências internacionais para o Brasil. Vale ressaltar que trabalho com a perspectiva de branco como compreendido por Alessandra Pio (PIO, 2016, p. 73), que encontra em Sovik, 2004, o argumento de que ser branco em nosso país exige pele clara, feições europeias, cabelo liso, mas ser branco não exclui ter sangue negro. (BRAULIO, 2017, p. 10)

É de profunda importância os argumentos esquematizados anteriormente para

⁵¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2201200826.htm>

Acessado em 23 de agosto de 2017

⁵²

⁵³ Reportagem 20 x Gisele disponível on-line em < <https://www.cartacapital.com.br/revista/876/20-x-gisele-5871.html> > acessado em 23 de agosto de 2017.

⁵⁴ Disponível on-line em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil> > acessado em 23 de agosto de 2017.

que possamos compreender a necessidade da inserção positiva das particularidades da beleza negra como mais um saber a ser desenvolvido na formação de professores no campo da Moda. Para que os mesmos possam trabalhar com novas perspectivas no que tange a necessidade presente dentro de uma sala de aula diversa, é de fundamental importância que sejamos proativos nessa formação continuada, que não continuemos tendo uma postura reativa ao percebermos o contingente de alunos(as) negros(as) dentro de sala de aula, que venhamos a aprender e ensinar sobre as belezas da população negra tendo alunos(as) negros(as) ou não. Essas belezas devem estar inscritas nos materiais didáticos utilizados na formação dos professores que lidam com essas particularidades, devem estar inscritos nas práticas continuadas desses mesmos profissionais. Nomear o racismo é de fundamental importância para que possamos extirpá-lo das práticas cotidianas, quando somos pegos e surpreendidos naturalizando essas mesmas práticas racistas no dia a dia. A citação a seguir confere força a construção que pretendo por meio deste trabalho. O pesquisador Tomaz Tadeu se apropria do conceito de citacionalidade, construído por Derrida e informa que nas práticas cotidianas dizemos que não estamos sendo racistas, como por exemplo, nas falas dos estilistas citados, eles, para o senso comum, estariam somente produzindo uma livre associação de ideias e

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo. Assim, por exemplo, quando utilizamos uma palavra racista como “negrão” para nos referir a uma pessoa negra do sexo masculino, não estamos simplesmente fazendo uma descrição sobre a cor de uma pessoa. Estamos, na verdade, inserindo-nos num sistema linguístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade “negra”. [...] A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. (*e ausência de contrapontos*) [...] É de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* da sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade. [...] Segundo Derrida, isso vale para a linguagem em geral. Ele chama essa característica, essa repetibilidade da escrita e da linguagem, de “citacionalidade”. Nesses termos, o que distingue a linguagem (como uma extensão da escrita) é sua citacionalidade: ela pode ser sempre retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente. [...] É exatamente essa “citacionalidade” da linguagem que se combina com o seu caráter performativo para fazê-la trabalhar no processo de produção da identidade. Quando utilizo a expressão “negrão” para me referir a um homem negro, não estou

simplesmente manifestando uma opinião que tem origem plena e exclusiva em minha intenção, em minha consciência ou minha mente. Ela não é a simples expressão singular e única de minha soberana e livre opinião. Em um certo sentido, estou efetuando uma operação de “recorte e colagem”. Recorte: retiro a expressão do contexto social mais amplo em que ela foi tantas vezes enunciada. Colagem: insiro-a no novo contexto, no contexto em que ela reaparece sob o disfarce de minha exclusiva opinião, com o resultado de minha exclusiva operação mental. Na verdade, estou apenas “citando”. É essa citação que recoloca em ação o enunciado performativo que reforça o aspecto negativo atribuído à identidade negra de nosso exemplo. Minha frase é apenas mais uma ocorrência de uma citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações de citação, de performatividade e, finalmente, de definição, produção e reforço da identidade cultural (SILVA, 2007, p. 93 à 95).

O Mercado de Moda é o fim para a formação profissionalizante, logo ele também é um importante instrumento didático e é de fundamental importância o alinhar de teoria e prática, ajustando os excessos cometidos nesses ambientes, repensando algumas práticas, tidas como “normais” no intuito de evitar a repetição automática sem reflexão crítica, pois na busca por novos nichos, o Mercado de Moda comete alguns absurdos. Como o ocorrido no ano de 2014, quando a empresa de Moda carioca *Farm* decidiu fazer uma homenagem à população negra brasileira. Para tal intento a empresa postou em sua rede social uma foto de Iemanjá, e para representar a entidade a *Farm* selecionou uma modelo branca; ao postar a foto teve a sua *fanpage* congestionada pela população negra supostamente homenageada, e entre as reivindicações postadas estava a necessidade dessa homenagem ser feita com uma modelo negra e não com uma modelo branca, como o que ocorreu.



Figura 19 – Foto de Iemanjá branca que revoltou seguidores da grife Farm

Fonte: Revista EXAME (2018)⁵⁵

Não devemos entender como isolado este caso em que a empresa carioca de Moda *Farm*, sofreu uma crítica severa do movimento negro, com relação a sua pseudo homenagem à população negra brasileira; ficam aqui registradas as dificuldades de inserção de culturas tidas como “subalternas” nas arenas de poder. A Moda proclama com suas ações de mercado que o negro pode e deve fazer um esforço para se encaixar no que é criado para a raça branca e é nesse ponto que precisamos entender a importância de levar para sala de aula as experiências, muita das vezes trazidas na pele, por esses atores sociais, dando voz às alunas negras ou aos alunos negros que acessam a educação, seja com o auxílio das políticas públicas de cotas, seja por meio da livre concorrência.

Assim como o filósofo Renato Nogueira (2011) propõe questionamentos para a Filosofia, enquanto docente proponho igualmente alguns questionamentos para a Moda: Por que a Moda é francesa? Como produzir Moda brasileira, sendo as matrizes de lançamento de tendências na sua maioria, europeias? Como representar as figuras humanas brasileiras graficamente se os cânones são europeus? Nogueira nos apresenta

⁵⁵ Disponível em <<https://exame.abril.com.br/marketing/foto-de-iemanja-branca-revolta-seguidores-da-grife-farm/>> acessada em 24 de julho de 2018.

que o aprisionamento do pensamento se dá devido aos esquemas clássicos e informa que Deleuze propõem a não Filosofia. Parafrazeando Nogueira, proponho a não Moda, uma atemporalidade do estilo, uma mudança radical dos processos, no sentido de busca pela raiz; uma arqueologia de nossas memórias e o assumir da necessidade de uma inflexão de nossos ídolos e de nossas ideias de beleza. (BRAULIO, 2017, p. 4 e 5)

Uma das propostas junto aos estudantes, enquanto docente da disciplina Pesquisa e Criação da Imagem de Moda, é a desconstrução de estereótipos, a partir do apontamento de sua existência, principalmente os ligados à beleza. Para tanto, lanço mão de vídeos de campanhas publicitárias de marcas de cosméticos e de beleza, que têm como público alvo “mulheres reais” e que, de certa forma, desconstroem o imaginário de beleza. Essas empresas apresentam modelos com cicatrizes, *com cabelos crespos*, mulheres carecas, mulheres com características tidas como “imperfeições” e todo o tipo de diversidade de biótipos⁵⁶. No primeiro dia letivo de 2017, durante a aula inicial desta disciplina, uma estudante foi provocativa ao questionar sobre o uso do turbante por mulheres brancas. Ou seja, esse uso poderia ser considerado uma apropriação cultural? Ao ser provocado pela aluna, ocorreu na minha subjetividade uma inflexão (volto aqui a crítica de ter sido reativo a essa provocação, pois não possuía no meu itinerário acadêmico nenhuma reflexão sobre o assunto), foi como se a aluna pressionasse um botão de iniciar, para eu começar o exercício de um possível devir negro⁵⁷ e segundo Nogueira:

A consistência do plano de imanência está intimamente ligada à imagem do pensamento e aos elementos pré-filosóficos. “Deleuze o definira, previamente, ao mesmo tempo como horizonte e como solo” (PRADO JR., 2000, p.308). Para fins de enegrecimento (aumento da compreensão e do entendimento), o plano de imanência como solo da produção filosófica deve ser considerado como pré-filosófico. Enquanto horizonte, o plano de imanência deve ser tomado como imagem do pensamento. Todo plano de imanência tem natureza pré-filosófica e mantém uma relação inseparável com a não-filosofia, isto é, todo plano de imanência é uma imagem do pensamento. A afroperspectividade é uma imagem do pensamento, uma maneira de estabelecer o “que significa pensar” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.53) e como tal, um modo de reivindicar e selecionar o mais característico do pensamento: criar. (NOGUEIRA, 2011)

⁵⁶Ver <https://www.youtube.com/watch?v=II0nz0LHbcM> Acessado em 28 de maio de 2017

⁵⁷Ver Renato Nogueira em seu artigo DENEGRINDO A FILOSOFIA: O PENSAMENTO COMO COREOGRAFIA DE CONCEITOS AFROPERSPECTIVISTAS disponível em: <https://pt.scribd.com/document/331210869/1-DENEGRINDO-A-FILOSOFIA-O-PENSAMENTO-COMO-COREOGRAFIA-Renato-Noguera-pdf> acessado em 27 de maio de 2017.

Esta citação de Nogueira se une a proposta de Boa Ventura Souza Santos⁵⁸ e ao que proponho em minha sala de aula: que se as linhas abissais forem “empurradas”, conseguiremos, enquanto docentes, reterritorializar a Moda a partir de novas vertentes, de ou outros modos de operar e pensar uma inflexão do conceito de Moda que é lançado e posteriormente consumido. Acredito que a Moda deva ser fruto de uma apropriação, construída a partir de seu usuário, subvertendo seus ciclos e suas zonas de poder. Tenho ciência de que este movimento já ocorre nas ruas, mas o que proponho é que essa construção ganhe espaço formal pelo menos nos Cursos Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio.

Para que as necessidades apontadas pela estudante, cujo questionamento foi citado anteriormente, possam ser supridas com o mínimo de qualidade, acredito que não se deva trabalhar imediatamente em sala de aula somente pelo viés do Campo da Moda; devido aos diversos dados já apresentados anteriormente, seria preciso unir a Moda à discussão das relações étnico-raciais, seria necessário que os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem se aprofundassem sobre as questões presentes.

A provocação era motivada por um vídeo das redes sociais⁵⁹, onde uma menina branca, que alegava ter câncer e se submetia ao processo de quimioterapia, que em muitos casos acarreta a perda de todo cabelo e pelos da cabeça, a levou a utilizar turbantes como uma forma de minimizar os efeitos estéticos indesejáveis para uma sociedade baseada no consumo, e que constrói estereótipos de beleza e perfeição, nos grandes veículos de comunicação. Entretanto, no vídeo a personagem alega que teria sido obrigada por uma mulher negra, a retirar o turbante que utilizava, sob a alegação de apropriação cultural.

O referido vídeo/denúncia gerou uma série de discussões nas redes sociais. O assunto se multiplicou nas redes, onde a principal pergunta era se brancas podem ou não usar turbantes. Algumas *blogueiras* como a *youtuber* Gabi Oliveira do “Papo DePretas”⁶⁰, discutiam sobre o conceito de apropriação cultural, que é polêmico na sua polaridade, pois acredito que a cultura é fluida e plural. Nesse sentido, Djamilia

⁵⁸ Ver PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL: Das linhas globais a uma ecologia de saberes <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf> acessado em 11 de agosto de 2018.

⁵⁹ Ver <http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/na-hora-veio-aquela-raiva-diz-jovem-branca-criticada-por-usar-turbante/5658692/> acessado em 28 de maio de 2017.

⁶⁰ Ver https://www.youtube.com/watch?v=oTNC_V6O3QU acessado em 28 de maio de 2017.

Ribeiro⁶¹ que diz que:

Uma coisa é a troca, o intercâmbio de culturas, o que é muito positivo. Outra coisa é a apropriação. No nosso país, as culturas foram hierarquizadas, sendo a negra colocada como inferior, exótica. Dentro desse contexto é possível falar em troca? A troca só é possível quando não existem hierarquias. Enquanto terreiros são invadidos, há marcas que acham *cult* colocar modelos brancas representando Iemanjá. Esse discurso de que a cultura é humana só é válida quando querem apropriá-la. No momento de considerar a humanidade daqueles que produzem essa cultura, a história é bem diferente. No momento de perceber a necessidade histórica de ser representado e ter posse de sua história, é ignorado. E esse é ponto nevrálgico da nossa crítica em relação à apropriação cultural (RIBEIRO, 2016).

Por esse viés eu trabalhei com as alunas o conceito de apropriação cultural como resistência do movimento negro, como uma ferramenta cujo objetivo seria impedir a invisibilização de sua cultura, o apagamento de suas tradições. Foi Utilizado para o debate em sala de aula o texto supracitado, *Apropriação cultural é um problema do sistema, não de indivíduos*, da autora Djamilia Ribeiro (2016), para a discutir sobre apropriação cultural. Sobre os turbantes utilizou-se o texto *Na Polêmica Sobre Turbantes, é a Branquitude Que Não Quer Assumir Seu Racismo*⁶² da autora Ana Maria Gonçalves. O caso Farm⁶³ citado em outro momento também foi apresentado à turma enfatizando-se que este movimento de pressão das clientes negras “obrigou” a Farm a produzir em 2015 um dos mais belos catálogos de Moda que tenho notícias, somente com modelos negras.

⁶¹ Disponível em: <http://azmina.com.br/2016/04/apropriacao-cultural-e-um-problema-do-sistema-nao-de-individuos/> Acessado em 13 de março de 2017

⁶² Disponível on-line em <https://theintercept.com/2017/02/15/na-polemica-sobre-turbantes-e-a-branquitude-que-nao-quer-assumir-seu-racismo/> acessado em 28 de maio de 2017.

⁶³ Empresa de Moda carioca que teve início em 1997 na Babilônia Feira Hype (evento que reunia marca de Moda alternativa e jovens estilistas na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de comercialização e publicização de seus produtos). Inaugurou a sua primeira loja em 1999



Figura 20 – Fotos do catálogo de lançamento da Coleção Inverno da Farm.

Fonte: downtown.com.br/blog (2018)⁶⁴

Neste trabalho se torna importante o itinerário da construção dessas novas identidades e antigas resistências do movimento negro, que traz o “outro” da periferia para o centro da discussão de sua representação. Entendemos que a Moda é uma dessas arenas de construções de sujeitos. Sendo assim, a Moda é uma manifestação cultural de um povo, de uma comunidade, de um coletivo, de uma pessoa ou de uma nação.

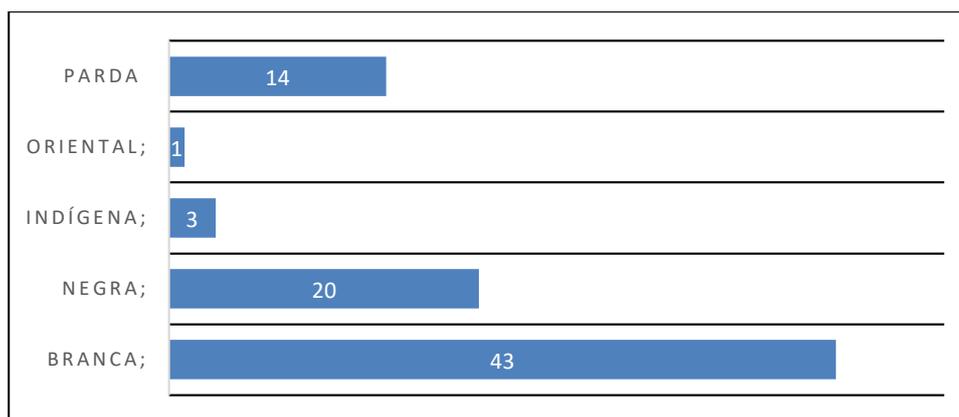
⁶⁴http://downtown.com.br/blog/wp-content/uploads/2015/02/lancamento_7.jpg

8 - Currículo de Moda

Como centro dessa reflexão, proponho enquanto um possível desdobramento prático da pesquisa aqui desenvolvida, desnudando sua relevância, a **construção de um currículo de Moda que atenda às necessidades percebidas para a aplicação de conteúdos previstos na Lei 10.639/2003**. Inicialmente, me baseei na análise de três entrevistas cedidas, no ano de 2018, por alunas negras, que integram coletivos que compõem o movimento negro do município de Passos-MG e em dados extraídos de um questionário, aplicado nas turmas de 1^a, 2^a e 3^a séries do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio, no IFSULDEMINAS, Campus Passos, ao final de 2017.

O questionário norteou a pesquisa e desvelou detalhes contidos nas intimidades das relações étnico-raciais no interior do referido Instituto, Curso, Turmas e sala de aula de onde partiram as reflexões aqui contidas. Da mesma forma, desenvolvi experimentos sociais necessários para a efetivação e consolidação das expectativas propostas pela Lei 10.639/2003.

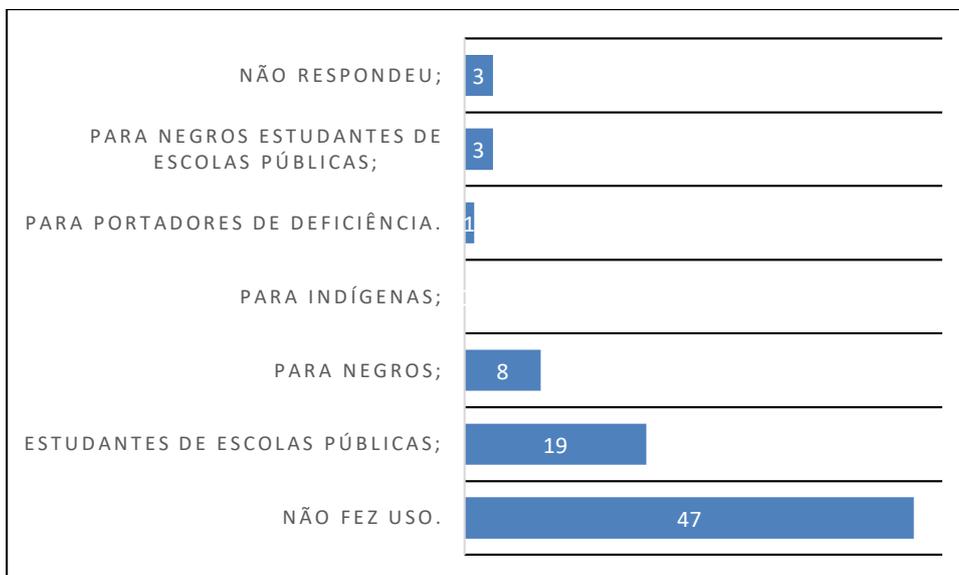
Gráfico 19 – Quantitativo por pertencimento racial.



A predominância do pertencimento racial no curso de Produção de Moda é de alunas brancas. Das 81 alunas que responderam ao questionário, cerca de 53% das alunas se autodenominaram brancas, 24,7% das alunas se autodenominaram negras, 17,3% das alunas se autodenominaram pardas, 4% das alunas, indígenas, e 1% oriental. Ainda que fosse aglutinado em duas categorias (brancas e não brancas) ele seria de 47% de alunas não brancas. Uma pergunta a ser feita é se a política de cotas proposta pelo Instituto, buscando perceber se a mesma consegue alterar a realidade dos alunos negros das escolas públicas de Passos e Região.

Na entrevista cedida pelas três alunas negras, uma delas revelou que, ao ingressar no Instituto, percebeu a predominância de alunos brancos. Ela relatou em sua entrevista, que tinha muito medo de que se repetissem as histórias que sua mãe contava para ela, pois sua mãe estudou em escolas públicas na Cidade de Passos, assim como ela, e que as professoras das escolas em que a mãe da aluna cursou o ensino fundamental e ensino médio, tinham como metodologia didática, para os trabalhos em grupos, a separação dos alunos(as) negros(as) de alunos brancos(as). Nesse relato sua mãe contava que os professores alegavam, que os alunos(as) brancos(as) não gostavam de fazer trabalhos com os alunos(as) negros(as). É evidente que este trabalho terminou sem respostas para muitas questões, mas é o indicativo de que mais trabalhos acadêmicos precisam ser feitos no sentido de romper com esse tipo de preconceito.

Gráfico 20 – Quantitativo cota.



Fica expresso no gráfico anterior, a dificuldade das políticas de inclusão resolverem a problemática encontrada nessa região, visto que para o aluno(a) acessar essas políticas ele deve ter toda sua trajetória estudantil construída em escolas públicas. Nesse caso é produzida uma equidade de classe, mas não uma equidade de raça, como o que se acredita que a Lei de cotas⁶⁵ defenda. Diferente do que os críticos das políticas

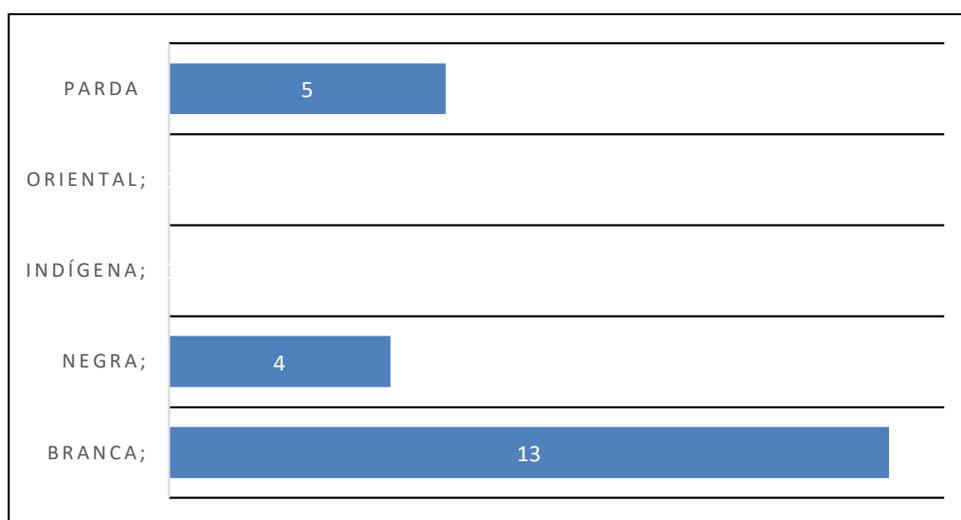
⁶⁵ Art. 4o As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5

de compensação social proferem, de que há um racismo às avessas, essa política reparadora, da forma como vem sendo implementada no Instituto até o momento, e descrita anteriormente, não prevê uma reserva de vagas para alunos que sejam somente negros, mas sim para alunos de escolas públicas e dentro desse total reservado para alunos de escolas públicas é que os alunos negros poderão acessar esse benefício. Daí a predominância de alunos brancos no Instituto, como observado pela aluna entrevistada.

Na análise isolada das turmas, corrobora-se a afirmação e percepção da aluna entrevistada, sendo que apresentaram as seguintes características quanto ao pertencimento racial:

Gráfico 21 – pertencimento racial turma 3ª série.



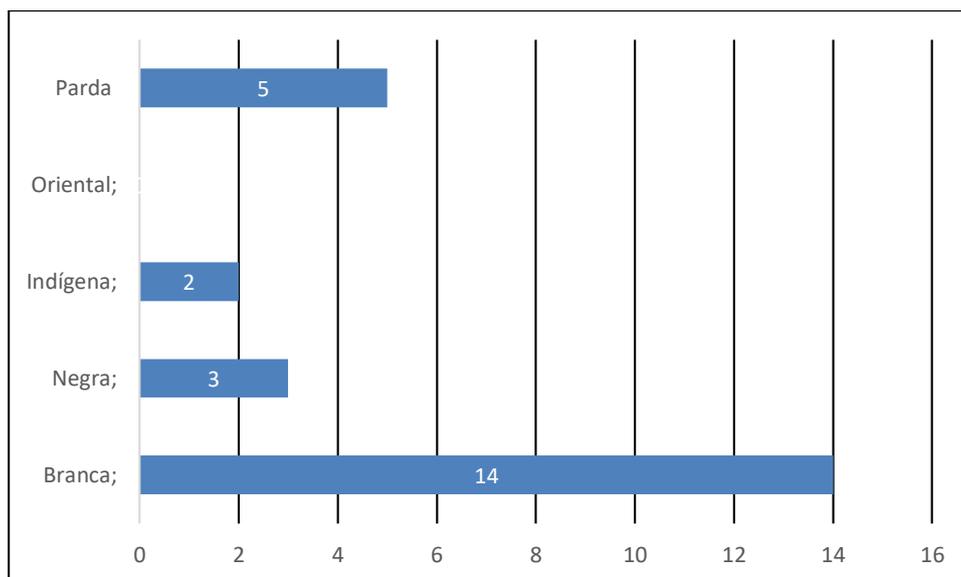
Esta turma era predominantemente branca, com um total de 59% de alunos brancos contra 18% de alunas negras e quando aglutinados em não brancos somavam 41% do total de alunas.

salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

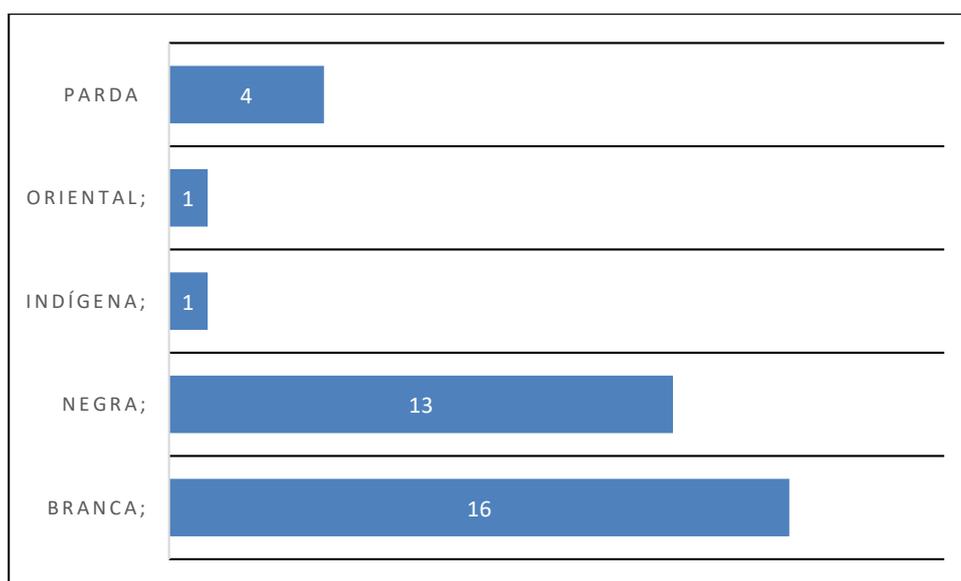
Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Gráfico 22 – pertencimento racial turma 2^a série.

Esta turma era predominantemente branca, com um total de 58% de alunos brancos contra 12% de alunas negras e quando aglutinadas em não brancas somavam 42% do total de alunas.

Gráfico 23 – pertencimento racial turma 1^a série.

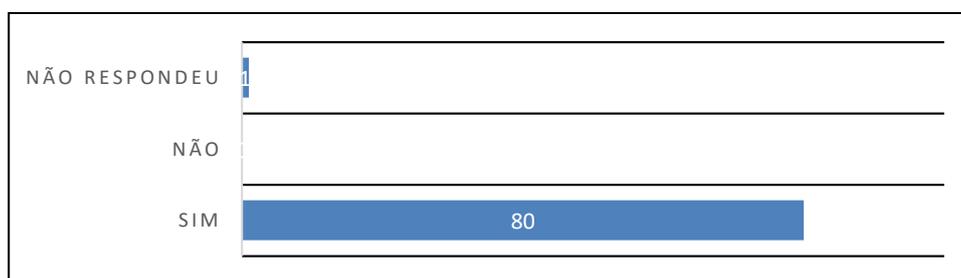
Esta turma era predominantemente branca com um total de 46% de alunos brancos contra 37% de alunas negras. Vale ressaltar que este percentual se configura devido à retenção de três alunas negras que permanecem no curso, e duas alunas brancas que evadiram. Quando aglutinados os percentuais de alunos em não brancos ele se eleva para 54% de alunas não brancas, esses números permitiram afirmar que esta é a turma mais negra do Curso de Produção de Moda do Instituto, logo, ela possui um

percentual próximo ao exposto pelo censo 2010 realizado pelo IBGE, que revelou um país de predominância negra. Nesta turma estudam três alunas negras que foram entrevistadas por mim e que formam o grupo focal da minha pesquisa qualitativa.

Elas foram responsáveis por questionamentos e propostas que alteraram o curso da disciplina que leciono (Pesquisa e Criação de Imagem de Moda) bem como o da disciplina da professora de Ilustração de Moda, como apresentado em outro capítulo. Elas também construíram um coletivo negro, dentro do Instituto, denominado AfroIF, que se responsabilizou pela execução da primeira semana da consciência negra do Campus Passos, ocorrida em novembro do ano de 2017. Este evento foi idealizado e produzido pelas(os) alunas(os) negras(os) do Instituto, lideradas(os) por essas três alunas da 1ª série do Curso Técnico em Produção de Moda. Vale ressaltar que nas linhas do presente trabalho encontram-se não só as discussões de teorias, mas as ações práticas oriundas da formação continuada de professores para a contemplação das necessidades previstas pela Lei 10.639/2003.

Ainda que tenhamos uma predominância branca na totalização dos 81 alunos, eles responderam de forma unânime, na questão de número 20, do questionário, que consideravam importante que a cultura negra/afrodescendente fosse comemorada em um evento previsto no calendário acadêmico, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 24 – Importância da comemoração da cultura negra.



Fica expresso que o corpo discente, presente no Instituto, espera que seja feita a reparação e compensação de séculos de descaso com esta população. Identificou-se uma falta de perspectiva quando em outras esferas, como a do corpo docente presente naquele Instituto. Acredita-se que o fato de sermos brancos, de trocarmos experiências desse mundo branco, desse universo privilegiado, pois não se houve na sala dos professores relatos de experiências de violência policial, como a relatada pelo professor Luís Novaes, professor negro, do Instituto Federal de São Paulo, Doutorando em Letras

na UFMG, no programa de Literatura Comparada e Teoria da Literatura, que atuou no campus Passos até o ano de 2015 e durante o período em que esteve no Instituto criou uma série de coletivos dentro da cidade de Passos, como o coletivo negro SoulVoz e que durante a roda de conversa com os alunos, no decorrer da Semana da Consciência Negra, relatou um ato de violência policial e constrangimento sofrido por ele, por ser negro.

Outro ponto observado é o nome Clarisse Lispector dado para a biblioteca desse Campus. A professora Geny Guimarães sempre me alertava para o nome escolhido, ela me fazia reflexionar o porquê de ela não ser nomeada de Carolina de Jesus, sendo essa uma importantíssima escritora brasileira que viveu na cidade de Sacramento a cerca de 200 km da cidade de Passos. É nesse ínterim que representantes do movimento negro denunciam o racismo institucional, pois a falta de perspectiva que os professores brancos possuem, devido ao fato de viverem na branquitude, refletem-se na falta de apresentação de novos horizontes para as alunas negras.

Ter a biblioteca batizada com o nome de uma escritora negra certamente instigaria a curiosidade dos alunos em torno do nome, de onde vem, qual sua importância, quais obras foram escritas por ele(a), enfim. E ao identificarem uma escritora negra, tão importante como Carolina de Jesus, por exemplo, sendo homenageada na Instituição Educacional considerada a mais importante de sua cidade alteraria

[...] A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade que depende de sua incessante repetição e que segundo o autor a ausência de contrapontos as constroem de forma hegemônica, pois [...] é de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* da sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade (SILVA, 2007, p. 94).

Cursar o PPRER e ter como trabalho final da disciplina ministrada pelo professor Roberto Borges, intitulada *Tópicos Especiais em Raça e Racismo na Perspectiva de Intelectuais Negras e Negros*, a qual tinha como proposta a construção de um artigo que respondesse o *Porquê Estudar Intelectuais Negras*, sem sombra de dúvidas alteraram as minhas perspectivas, como redigido na conclusão de um artigo apresentado na UniCamp:

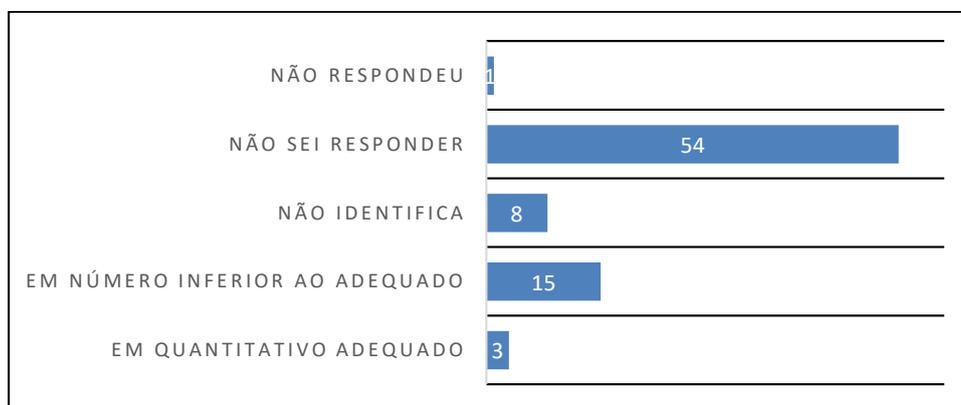
É importante a leitura e estudo de intelectuais negras e negros devido às especificidades da condição de ser negra e negro no

Brasil e pela possibilidade de transposição de conceitos, como no caso do inconsciente coletivo de Jung, que podemos substituí-los pela ancestralidade do povo africano. Do complexo de Édipo trazido por Freud que não resolve o problema anterior do racismo que tritura o ser negra e negro. Negras e negros escrevendo e pensando o racismo vão denunciar e apontar que em todo o mundo ele existe, Fanon falará que na França ele existe, Hall falará que na Inglaterra ele existe, hooks falará que nos Estados Unidos ele existe, Gomes falará que no Brasil ele existe e nos convocará para identifica-lo, qualifica-lo e extirpá-lo do *hábitus* social (BRAULIO, 2017).

Como na citação acima fica expresso que a identificação de intelectuais negras e negros é de suma importância para consolidarmos em nossos alunos os horizontes, as perspectivas previstas na Lei 10.639/2003. Não que isso se resume a uma atuação entre o bem e o mal, de forma maniqueísta, mas há disputas históricas de narrativas que valorizem, que alterem as políticas vigentes e que construam uma realidade diversa.

Com isso, os alunos foram perguntados se identificavam livros de literatura africana ou afro-brasileira no acervo da biblioteca do Campus e 66% dos alunos não sabiam responder à pergunta por não compreender de que gênero de literatura se tratava e por não terem o costume de ir à biblioteca, 18,5% dos alunos afirmaram que identificavam, mas em número inferior ao adequado, 10% dos alunos não identificavam exemplares com essas características conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 25 – Acervo de literatura africana/afro-brasileira



Não possuir escritores negros, não serem nomeados esses pertencimentos, como o caso de escritores como Machado de Assis, que, antes da implementação da Lei e mesmo hoje, em alguns casos, é compreendido como um escritor branco, levam a um

distanciamento dos objetivos da Lei 10.639/2003. A representatividade diante da sala de aula de professoras como Geny Guimarães, de professores como Luís Novaes e Roberto Borges fazem alunos negros almejam uma ascensão social, torna possível a *Gestalt*, para alunos negros, de sonhos nutridos por nós, brancos, ao longo de nossas vidas, assim como o de sermos super-heróis, príncipes e milionários, como representado nos cinemas. Ter a representação de uma professora, de um professor negro diante de uma sala de aula, em todos os níveis de ensino, tê-los nas esferas de poder convidando esses seres a participarem dessa equidade racial cria uma possibilidade de construção de uma subjetividade recheada de possibilidades positivas.

Ao se analisar o PPC do curso em questão para verificar a incidência de palavras como: *negro, negra, preto, preta*, percebeu-se não haver qualquer menção. Em seguida pesquisou-se a palavra *relações étnico-raciais*, dentro do referido documento. Ele tem uma única incidência na página 19 quando o documento expressa as outras atividades que norteiam as práticas pedagógicas:

Princípios das relações **ÉTNICO-RACIAIS**, da inclusão, da ética, da cidadania, do empreendedorismo, da cultura local, do respeito à diversidade, do desenvolvimento socioambiental, além das previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Trago a lume a dificuldade de cumprirmos os objetivos da Lei 10.639/2003, pois era de se esperar que o termo figurasse ao menos nas disciplinas que sofrem obrigatoriamente a incidência da Lei, tais como Literatura, Artes e História.

Quando retirado da pesquisa o termo composto e pesquisado somente o termo *étnico* ele tem uma segunda e última incidência, na página 64 do Projeto Político do Curso, nos ementários, na disciplina de Geografia, na 3ª série do Curso, como parte do conteúdo a ser trabalhado, descrito da seguinte forma: Conflitos étnicos e territoriais no final do século XX. Isoladamente as palavras *racial* ou *raça* não encontram incidência no documento.

Foram pesquisados as palavras *afrodescendentes, afro-brasileiros, afro, africano*, sem nenhuma incidência no documento. Porém a palavra *África* possui sua primeira incidência na página 30, na ementa da disciplina História, ofertada na 1ª série do Curso, redigido da seguinte forma: A história da África antes e durante o período das grandes navegações. Uma segunda e última incidência na página 64, redigido da seguinte forma: Transformações espaciais decorrentes da II Guerra Mundial:

Descolonização da África e Ásia. Na mesma disciplina de Geografia, que possui inscrito em sua ementa o termo *étnico*.

O termo *Lei* possui 28 incidências sendo que em nenhuma delas está relacionado com a Lei 10.639/2003 ou com a 11.645/2008 e é nessa perspectiva que se chama a atenção para a falta de sistematização da implementação dessas Leis, pois se aprendemos ostensivamente ao longo de toda a nossa vida sobre as Leis de trânsito, por exemplo, e ainda assim as transgredimos, o que diríamos de uma Lei que tem em sua redação a missão de reparar injustiças sociais e de construir pontes sólidas baseadas na diversidade entre o passado e o futuro, proporcionando equidade racial entre negros e brancos? Entretanto não é se quer citada no corpo do Projeto Político do Curso onde ela deve ser aplicada. Para que não reste dúvidas quanto ao descaso com esta demanda, transcreve-se abaixo os sete tópicos citados anteriormente com suas respectivas Leis e obrigatoriedades:

Educação alimentar e nutricional (**Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica**);
 Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (**Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso**);
 Educação Ambiental (**Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental**);
 Educação para o Trânsito (**Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro**);
 Educação em Direitos Humanos (**Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3**);
 Princípios das **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**, da inclusão, da ética, da cidadania, do empreendedorismo, da cultura local, do respeito à diversidade, do desenvolvimento socioambiental, além das previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
 Inclusão de Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação profissional (**Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002**).

A Lei prevê a construção social de uma nova representatividade do negro na sociedade brasileira, pois segundo Silva (2007, p.75), “[...] em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido [...]”. Entretanto, como lidar com instrumentos didáticos tão racistas como os desfiles das semanas de Moda e os figurinos das novelas na sala de aula do Curso Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio?

Chamo a atenção para essas grandes arenas de poder, pois são nelas que ocorrem, na contemporaneidade, o importante fenômeno social e cultural da representatividade que atua incisivamente na construção das identidades sociais e culturais, e que segundo Silva,

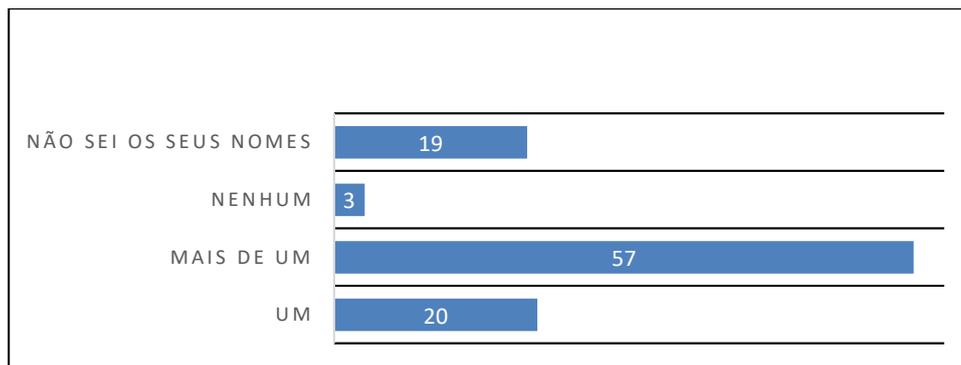
[...] Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a *existência* da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença [...] a identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas [...] é apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais [...] (SILVA, 2007, p. 73, 76 e 77).

A construção de linguagem é composta de uma infinita variação de signos que só adquire valor ou sentido numa cadeia infinita de outras marcas gráficas ou fonéticas que são diferentes dele. Nesse sentido podemos recorrer a um desfile como um texto social e cultural, nele serão inscritos os conceitos do que estará na Moda, e assim como um texto de literatura, ele permite a leitura e a tradução dessas frases, dessas marcar gráficas (signos). Logo, assim como na gramática, o conceito inferido a uma palavra só faz sentido numa cadeia infinita de conceitos que não são essa palavra, já que a língua não passa de um sistema de diferenças.

[...] a identidade, tal como a diferença é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são tão simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. [...] a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. [...] a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. [...] podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. [...] (SILVA, 2007, p.81).

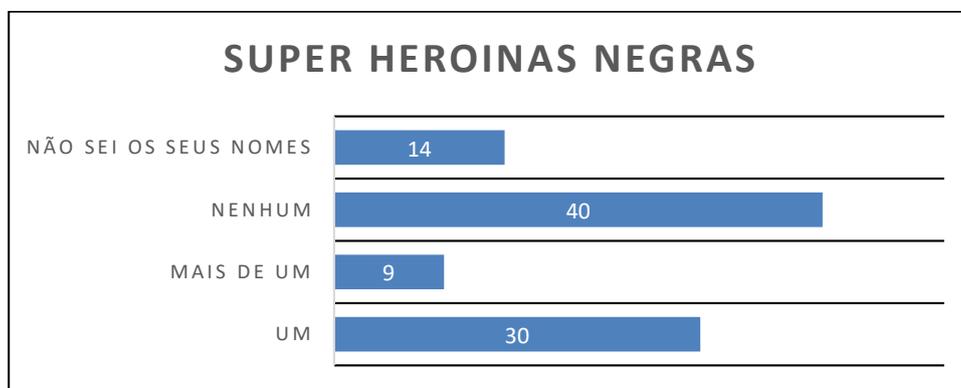
A representatividade foi trabalhada na questão de número 23 do questionário. Tratava-se dos desenhos animados. As alunas era perguntado sobre quantos super-heróis negros elas conheciam? Quando as respostas eram positivas, as alunas eram questionadas sobre o nome desses super-heróis.

Gráfico 26 – Super-heróis negros.



Essa questão se repetiu em sentido do gênero feminino na questão de número 24, quando foram questionadas sobre quantas e quais super-heroínas negras elas conheciam; e quando as respostas eram positivas as alunas eram questionadas sobre o nome dessas super-heroínas.

Gráfico 27 – Super-heroínas negros.



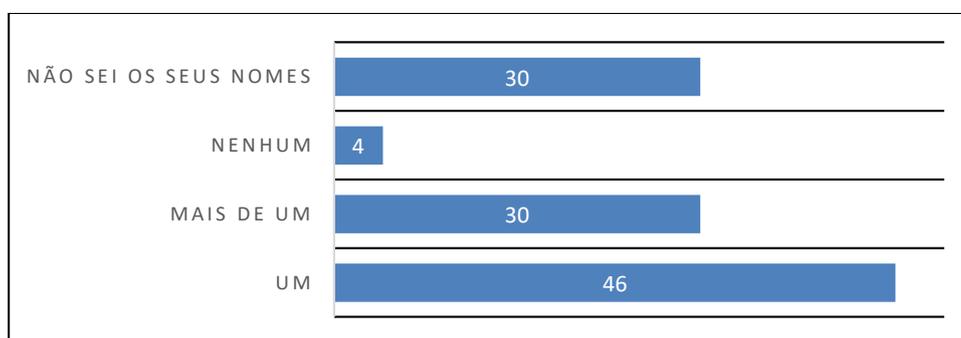
Fica demonstrado nos gráficos anterior que metade das alunas não identificavam, na memória, uma heroína negra nos desenhos animados que assistiram durante toda sua infância, e quando conseguiam lembrar-se de terem assistido tais desenhos, metade das alunas entrevistadas não se recordavam dos seus nomes. Em tese é possível afirmar, com base nesse questionário que para essas alunas, que essa imagem, de uma mulher negra, super-heroína, é interdita nos canais de televisão, quadrinhos, espetáculos teatrais e cinema.

[...] Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida. A diversidade biológica pode ser um produto da natureza; o mesmo não se pode dizer da diversidade cultural. A diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação. Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar

no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las.
(SILVA, 2007, p.100).

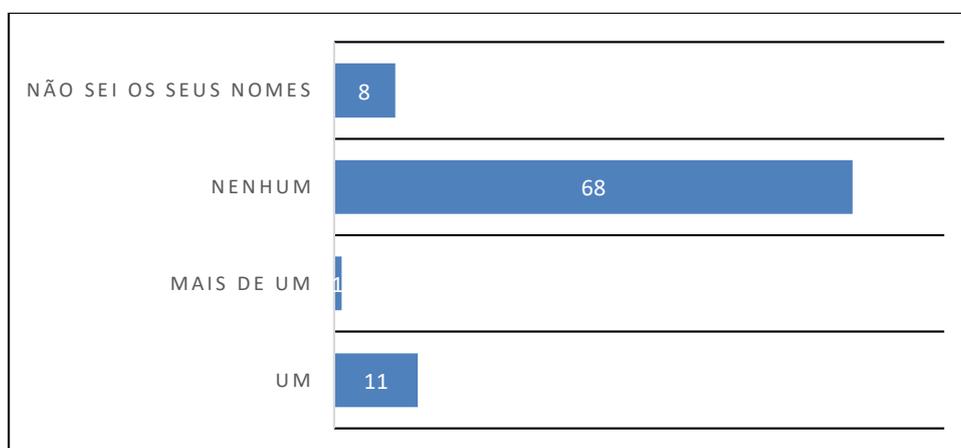
Entendo que os super-heróis figuram, muita das vezes, no gênero de ficção científica, porém as princesas e príncipes figuram no imaginário de uma grande parcela da população feminina, de todas as idades. Mesmo sendo uma mudança de regime de governo, de ser um processo de transformação social, esses seres continuam habitando o imaginário coletivo da grande maioria das meninas. E não me equivocaria em afirmar que é da realeza que emana o fenômeno Moda; nesse sentido, as estudantes foram arguidas sobre os desenhos animados de príncipes e princesas. A pergunta de número 25, perguntava quantos e quais desenhos animados de princesas negras conhecia? E quais os seus nomes?

Gráfico 28 – Princesas negras.



Na questão seguinte, quantos e quais desenhos animados de príncipes negros conheciam? E quais os seus nomes?

Gráfico 29 – Príncipes negros.



Conforme o gráfico, fica expresso a interdição pela indústria cultural de termos um príncipe negro junto às crianças e adolescentes. Das 81 alunas entrevistadas, 68 responderam que não identificam príncipes negros nos desenhos animados, 11 responderam que identificam um príncipe negro e apenas 1 aluna identificou mais de um príncipe negro, porém quando solicitados a identificarem pelo nome, das 12 alunas somente 2 lembraram os seus nomes e 2 lembraram o nome do filme ou da princesa que o príncipe contracena no desenho. Silva ressalta que:

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligado à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação. Não é difícil perceber as simplificações pedagógicas e curriculares dessas conexões entre identidade e representação. A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (SILVA, 2007, p.91 e 92).

Nesta perspectiva, acredito ser de fundamental importância a construção de grupos de estudo e de trabalhos sobre a temática das relações étnico-raciais na área da Moda, que possam ser capazes de colocar em discussão a ausência, em nossa formação, dessas construções identitárias, de decidirmos juntos se as construções pedagógicas de materiais didáticos atendem ao intuito da Lei, pois:

Segundo Judith Butler (1999), a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existente pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. É essa possibilidade de interromper o processo de “recorte e colagem”, de efetuar uma parada no processo de “citacionalidade” que caracteriza os atos performativos que reforçam as diferenças instauradas, que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades (SILVA, 2007, p.95 e 96).

Corroborando e contribuindo com as afirmações acima a pesquisadora Paola Prandini, co-fundadora da Afroeducação, instituição que pensa estratégias para a equidade racial brasileira afirma que:

O trabalho com a cultura e história afro-brasileira traz para as escolas a possibilidade de construir narrativas contra-hegemônicas. “É uma possibilidade para que a população negra, maioria em nosso País, tenha sua autoestima valorizada, sua representatividade legitimada e para que possamos trazer outros lugares de fala que não seja o do homem, branco, heterossexual, rico, cisgênero, que é quem está no poder” (PRANDINI, 2018).⁶⁶

A pesquisa aqui empreendida aponta que as ações de letramentos em questões até então negligenciadas pela academia, podem alterar as perspectivas daqueles que constroem o outro, para o outro, nas relações de poder no Mundo Globalizado e Capitalista.

Finalmente, gostaria de argumentar em favor de uma estratégia pedagógica e curricular de abordagem da identidade e da diferença que levassem em conta precisamente as contribuições da teoria cultural recente, sobretudo aquela de inspiração pós-estruturalista. Nessa abordagem, a pedagogia e o currículo tratariam a identidade e a diferença como questões de política. Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção. A pergunta crucial a guiar o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação? (SILVA, 2007, p.99).

Acredito ter respondido a algumas dessas indagações do autor citado e trago para a minha construção de sala de aula as afroperspectividades propostas por Nogueira (2011) e em um segundo momento a ampliação desse conceito no IFSULDEMINAS, Campus Passos em que atuo.

⁶⁶Disponível em <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/quinze-anos-depois-lei-10-639-ainda-esbarra-em-desconhecimento-e-resistencia/>> Acessado em 15 de julho de 2018.

9- Considerações finais

A Lei 10.639/2003 não produziu, de forma imediata, a mudança nos hábitos instaurados por séculos de descaso com a educação, e, também, com práticas educacionais e currículos solidamente implementados e enraizados, mas se tornou um marco sinalizador para novas experiências educacionais. Trazer a lume as contradições de um país plural como o Brasil, como no caso dos *designers* de Moda que divergem profundamente em suas opiniões, mostrando que ações como a do *rapper* Emicida são possíveis, que histórias como a da *top model* Alek Wek existem, e motivá-los a mudar posturas diante dos desafios propostos pela sociedade é uma das funções do professor no campo da Moda.

Outra função indica que referências culturais negras precisam de atenção redobrada quando manuseadas em estruturas como as das salas de aula, para não perpetuar equívocos como dos desfiles de Moda, que visam ditar padrões de belezas reforçando estereótipos e silenciando as tentativas de insurgências de subalternos e minorias. As referências da população negra necessitam de marcações que as afastem da brasilidade embranquecida deste país, e indiquem um caminho para recriar essa mesma brasilidade a partir do reconhecimento de nossa pluralidade racial e cultural.

Esta pesquisa não pretendeu limitar ou encerrar meus estudos sobre o tema; mas constituir um estágio na minha caminhada, busquei utilizar como fonte de pesquisa o meu próprio local de trabalho. Às limitações próprias de um mestrado – prazos, grande quantidade de disciplinas, ausência de uma experiência anterior como pesquisador acadêmico sistemático, tão comuns a todos os meus colegas, se somou a grande distância entre Passos e o Rio de Janeiro, onde se localiza o PPRER, com as consequentes sobrecargas de deslocamento e tempo. Isso influenciou na delimitação espacial do objeto pesquisado, me levando à abordar os problemas e perspectivas de dentro dos muros da Instituição onde leciono.

Creio, no entanto, que essa delimitação, bem como a pesquisa que nela se concentrou, detectou problemas e dificuldades que se replicam em outras Instituições onde existem cursos semelhantes, em diversas partes do país. Nessa crença, avalio que os resultados da pesquisa desenvolvida, mesmo que provisórios, poderão ser ampliados futuramente, na medida em que forem abarcados novos espaços de pesquisa.

Finalizo indicando, mais uma vez, a relevância da Moda para a autoimagem de um povo. Uma Moda que, na sua elaboração e difusão, incorpore as diversas contribuições que nossa sociedade recebeu ao longo de sua História, ressaltando os afluentes mais silenciados – negros e indígenas – poderá dar uma imensa contribuição para a autoestima da sociedade brasileira, e para a sua projeção em outras partes.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti – 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000.

BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias**. Tradução André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BORELLI, Silvia; PEREIRA, Simone Luci. Cultura de Massa. In: Adilson Citelli...[et al.] (Orgs.) **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores** - São Paulo: Contexto, 2014.

BRAULIO, Wendell Lopes de Azevedo. PRÁTICAS DE ENSINO DA CULTURA NEGRA NA MODA. In: Congresso Internacional de Moda e Design – CIMODE, 3, 2016, Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Buenos Aires: UBA – FADU. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6iu2JHF3lChdy1ETXBPODAtWfK/view>> acessado em 02 de junho de 2018.

_____. A EXPERIÊNCIA DO DENEGRIR JUNTO A ESTUDANTES DE MODA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. In: Colóquio de Moda, 13, 2017, Bauru. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNESP Bauru. Disponível em: <http://www.coloquioModa.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/COM_ORAL/co_2/co_2_A_EXPERIENCIA_DO_DENEGRIR.pdf> acessado em 02 de junho de 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto, CANDIDO, Marcia Rangel e JÚNIOR, João Feres. **Resultados Preliminares da pesquisa: A Raça e o Gênero nas Novelas dos Últimos 20 Anos**. GEMAA: grupo de estudos multidisciplinares da ação afirmativa. IESP.UERJ: Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUTI. **Negro ou afro não tanto faz**. In: _____. Literatura negro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 31-46.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”! : a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, mascaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Edição. Lisboa: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiático, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: RESSIGNIFICANDO E POLITIZANDO A RAÇA**. In Revista Educação e Sociedade, v. 33. Nº 120, jul-set, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2016.

HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Projeto BRA/01/013 – PNUD: Instrumentos Normativos Federais Relacionados ao Preconceito e às Desigualdades Raciais 1950 a 2003**. [Online] Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/images/stories/pdf/legislacao.pdf>. [Acesso 01/01/2016].

MEDEIROS, João Luiz. Elementos de análise para a construção de identidade. In: MEDEIROS, João Luiz (org). **Identidade em movimento: nação, cyber espaço, ambientalismo e religião no Brasil Contemporâneo**. Editora Sulina, Porto Alegre: 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira**. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 7, n.3, 2004. p. 343-348.

_____. TV Escola - MEC, 2008. **TV Brasil: Africanidades brasileiras e educação** [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MIgSc3zZ4UE>> Acesso em: 07 abr. 2015.

NOGUEIRA, Oracy. **PRECONCEITO RACIAL DE MARCA E PRECONCEITO RACIAL DE ORIGEM: SUGESTÃO DE UM QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**. In Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, nº 1, pp. 287-308, Disponível on-line em <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/download/12545/14322>> acessado em 28 de agosto de 2017.

NOGUEIRA, Renato. **DENEGRINDO A FILOSOFIA: O PENSAMENTO COMO COREOGRAFIA DE CONCEITOS AFROPERSPECTIVISTAS**. In: Griot – Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.4, n.2, dezembro/2011. Disponível on-line em <<https://www2.ufrb.edu.br/griot/2-uncategorised/19-volume-04-numero-02-dezembro2011>> acessado em 13 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Carolina dos Santos. **Adolescentes negras: relações raciais, discurso e mídia impressa feminina na contemporaneidade brasileira.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

PALOMINO, Erika. **A Moda.** São Paulo: Publifolha, 2002.

PIO, Alessandra. “**Lei no. 10.639/2003: Outra LDB. Outra escola?**” Cadernos de Educação Básica, v.1, p.67-79, 2016.

POLLINI, Denise. **Breve história da Moda.** São Paulo: Editora Claridade, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Apropriação cultural é um problema do sistema, não de indivíduos.** Publicado em 05/04/2016. Disponível on-line em <<http://azmina.com.br/2016/04/apropriacao-cultural-e-um-problema-do-sistema-nao-de-individuos/>> acessado em 13 de março de 2017.

SANTANA, José Valdir Jesus de; ALVES, Joeslei Santos. **Tensões e desafios para a implantação da lei 10.639/03 no município de Itapetinga - BA.** Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Tensoes_desafios_Itapetinga.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 23-71. Disponível on-line em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>> acessado em 13 de março de 2017.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro.** In: Santos, Sales Augusto dos. (Org.). Educacaoanti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. 1ed.Brasília: MEC/SECAD, 2005, v. 3, p. 21-37.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Entrevista: A Lei nº 10.639 na visão de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.** Palmares Fundação Cultural, 2012. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2012/01/a-lei-n%C2%B0-10-639-sob-a-visao-de-petronilha-beatriz-goncalves-e-silva/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TAVARES, Julio Cesar de. TV Escola - MEC, 2008. **TV Brasil: Africanidades brasileiras e educação** [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MIgSc3zZ4UE>> Acesso em: 07 abr. 2015.

TAVARES, Suzana. **Revista Raça Brasil: Identidade, afirmação e polêmica**. 2010. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Revista-Ra%C3%A7a-Brasil-Identidade-afirma%C3%A7%C3%A3o-e-pol%C3%AAmica.pdf>> Acesso em: 25 set. 2017.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. **ECOS DO NACIONALISMO ITALIANO - Os sentidos da italianidade em Juiz de Fora (1878 – 1922)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, Belo Horizonte, 2016.

TREPTOW, Dóris. **Inventando Moda: planejamento de coleção**. Brusque: 2003.